



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E
URBANISMO**

Rosana Guedes Carrinho

**HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM ALDEIAS
INDÍGENAS: UMA ABORDAGEM SOBRE O AMBIENTE
CONSTRUÍDO MBYÁ-GUARANI NO LITORAL
DE SANTA CATARINA**

**Florianópolis
2010**

Rosana Guedes Carrinho

**HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM ALDEIAS
INDÍGENAS: UMA ABORDAGEM SOBRE O AMBIENTE
CONSTRUÍDO MBYÁ-GUARANI NO LITORAL
DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal de
Santa Catarina, como um dos
requisitos para obtenção do título de
Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Prof. Wilson Jesuz Da Cunha Silveira, Dr.

Orientador

Florianópolis
2010

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

C318h Carrinho, Rosana Guedes

Habitação de interesse social em aldeias indígenas
[dissertação]: uma abordagem sobre o ambiente construído
Mbyá-Guarani no litoral de Santa Catarina / Rosana Guedes
Carrinho; orientador: Wilson Jesuz da Cunha Silveira. –
Florianópolis, SC, 2010.

206 p.: il., tabs., mapas, plantas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo.

Inclui referências

1. Arquitetura. 2. Habitação - Aspectos sociais. 3.
Cidades e vilas. 4. Índios Guarani Mbiá. I. Silveira, Wilson
Jesuz da Cunha. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III.
Título.

CDU 72

Rosana Guedes Carrinho

**HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM ALDEIAS
INDÍGENAS: UMA ABORDAGEM SOBRE O AMBIENTE
CONSTRUÍDO MBYÁ-GUARANI NO LITORAL
DE SANTA CATARINA**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração Projeto e Tecnologia do Ambiente Construído, pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, SC 15 de Dezembro de 2010

Prof. Fernando Ruttkay Pereira, PhD
Coordenador do PósARQ

Banca Examinadora:

Prof. Wilson Jesuz da Cunha Silveira, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª. Alice Therezinha Cybis Pereira, PhD
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª. Maristela Moraes de Almeida, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Maria Dorothea Post Darella, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho a todas as
pessoas que carregam dentro de si o
impulso de fazer deste planeta o “*Yvy
Marã’ eý*”: uma Terra sem mal.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação é sempre um trabalho solitário. É o autor às voltas com muitos livros, escritos, dados de campo, conversas, observações, enfim, inúmeras informações que aos poucos vão sendo transcritas num texto coerente com os objetivos definidos inicialmente pela pesquisa. Embora esse trabalho tenha somente uma autoria, são muitas as pessoas que participam de alguma forma ou de outra no seu desenvolvimento. Há sempre aquela rede que contribui para que qualquer atividade humana transcenda o nível individual e se transforme no êxito de um coletivo.

Neste único momento que me permito escrever na primeira pessoa, utilizo-o para expressar meu reconhecimento a todos àqueles que auxiliaram na materialização desta pesquisa, iniciando com minha gratidão a Deus, por prover nossa existência.

Agradeço ao querido professor Wilson, pela confiança e incentivos iniciais e ao longo do processo, pela orientação, por compartilhar seus livros, pela amizade e pelo entusiasmo dedicado à carreira acadêmica.

Ao PósARQ que me acolheu, em nome do coordenador Fernando Ruttkay Pereira e aos professores que ministraram as disciplinas durante o mestrado: Alice Cybis Pereira, Carolina Palermo, Sônia Afonso, Luiz Salomão Ribas Gomez e Tarcísio Vanzin, sem deixar de mencionar a secretária Ivonete, exemplo de solicitude e competência.

Aos membros da Banca Examinadora, pelo envolvimento e valiosas contribuições para o aprimoramento dessa dissertação: Maristela Moraes Almeida, Alice Cybis Pereira e em especial à Maria Dorothea Post Darella pelo seu vasto saber, que inspirou e contribuiu sobremaneira através da força das suas palavras, as escritas, as faladas e principalmente aquelas que se materializam numa pujante ação em prol dos Povos Indígenas.

Aos colegas de turma com seus interessantes temas de pesquisa, força e alegria que transformaram as aulas em ricas experiências de estudo e a Cláudia, colega que se tornou uma amiga pelas afinidades de ideais;

Aos Guarani pela generosidade com que me receberam em suas terras e por disponibilizarem comigo parte de seu tempo e sabedoria ancestral.

A CAPES pela disponibilidade da bolsa de estudo durante oito meses da pesquisa.

Aos amigos com quem pude dividir meu vivo interesse pelo tema pesquisado, mesmo com todas suas dificuldades, principalmente aqueles que vivenciaram mais de perto este processo: Glória, Dalton, Lourdes pelas viagens e, Angela por isso tudo e pelas fotografias também.

Aos membros da minha família extensa, principalmente minha mãe e irmãs que mesmo estando longe, estão sempre tão perto.

Ao meu marido Ricardo pelo incentivo e paciência.

Às amadas filhas, Tsurriel e Tsamiyah: dádiva maior que recebi nesta vida.

A todos vocês, muito obrigada, ou como aprendi com meus amigos Guarani:

Aguyjeve eté

RESUMO

Tradicionalmente os *Mbyá-Guarani* constroem suas moradias utilizando materiais disponíveis localmente com respeito à sua cultura ancestral, no entanto, cada vez mais o difícil acesso às áreas com abundância de recursos naturais está inviabilizando esses processos construtivos gerando demandas habitacionais nessas comunidades. Este grupo étnico, presente no estado de Santa Catarina vem sobrevivendo em áreas mínimas, algumas à beira de rodovias, sem condições para colocar em prática o modo de vida tradicional. Em muitos desses locais, os indígenas convivem com a falta de alimentos, moradias e saneamento básico, entre outros problemas típicos de populações que se encontram abaixo da linha de pobreza, fatores que requerem a intervenção do poder público através de programas sociais a fim de propiciar melhores condições de vida a essa população. Com vistas a solucionar esse déficit de moradias, a intervenção pública está presente em algumas comunidades através de projetos e sistemas construtivos que diferem da arquitetura tradicional dos *Mbyá*. O contexto no qual esta pesquisa se insere, apresenta-se com variáveis culturais que suscitam um exame mais aprofundado nas intervenções planejadas com investimentos públicos nestas áreas. A avaliação verificou o sistema, os materiais e as técnicas construtivas da casa tradicional, relacionando a forma como esse grupo étnico tradicionalmente concebe e estrutura seu espaço construído com as novas habitações. A análise do processo de implantação de habitações de interesse social em *Tekoá Marangatu*, no litoral de Santa Catarina, contou com os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa documental e bibliográfica, visitas exploratórias, observações, entrevistas não estruturadas, levantamentos fotográficos e arquitetônicos e, diário de campo, tendo sido caracterizadas as casas tradicionais e as intervenções externas. Os resultados demonstram que o projeto das intervenções externas não contempla os significados simbólicos da habitação tradicional, ressaltando a importância da interação intercultural e multidisciplinar na busca por soluções de projetos que utilizem tecnologias contemporâneas, porém respeitem a visão de mundo de culturas diferenciadas etnicamente.

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social; arquitetura *Mbyá-Guarani*; comunidades indígenas.

ABSTRACT

Traditionally *Mbyá-Guarani* build their houses using locally available materials with respect to their ancestral culture, however, increasingly difficult access to areas with abundant natural resources are hindering these constructive processes generating housing demands in these communities. This ethnic group, present in the state of Santa Catarina has been surviving in minimum areas, some on the edge of highways, unable to put into practice the traditional way of life. In many of these places, native people live with insufficient food, housing and sanitation, among other problems typical of populations that are below the poverty line, factors that require intervention by the government through social programs aimed at providing better living conditions for this population. In order to solve this housing deficit, public intervention is present in some communities through projects and building systems that differ from the traditional architecture of *Mbyá*. The context in which this research is situated, presents itself with cultural variables that give rise to a deeper examination in the planned intervention with public investment in these areas. The evaluation verified the system, the materials and construction techniques of the traditional house, describing how this ethnic group traditionally conceives and structures their built space with the new houses. The analysis of the implementation process of social housing in *Tekoá Marangatu*, in the Santa Catarina coast, had the following methodological proceedings: documental and bibliographic search, exploratory visits, observations, unstructured interviews, photographic and architectural surveys and field diary, having being characterized the traditional houses and external interventions. Results demonstrate that the project of external intervention does not include the symbolic meanings of traditional housing, emphasizing the importance of intercultural and interdisciplinary interaction in the search for design solutions that use contemporary technologies, but respect the world view of ethnically differentiated cultures.

Keywords: Social Interest Housing; *Mbya-Guarani* architecture; indigenous communities.

NOTA SOBRE A GRAFIA ADOTADA

As palavras da língua Guarani escritas nesta dissertação seguem as normas lingüísticas propostas pelo Léxico Guarani – Dialeto *Mbyá*, de Robert A. Dooley (2006). De acordo com essa convenção ortográfica, as palavras em Guarani não sofrem flexão de número, permanecendo no singular, mesmo quando apresente discordâncias gramaticais em relação à língua portuguesa.

Para facilitar a pronúncia dos termos escritos em guarani, as palavras oxítonas foram acentuadas.

Todas as palavras escritas em guarani estão em itálico, com exceção daquelas que se encontram em trechos de citações de outros autores, que permanecem do mesmo modo como foi escrita na obra original, podendo ainda haver discordância na norma gráfica adotado pelo presente texto, posto não haver uma grafia da língua guarani oficial no Brasil.

O termo étnico guarani quando se refere a povo(s), pessoa(s) ou grupo(s) e comunidade(s) indígena(s) será escrito com a letra inicial maiúscula e sempre no singular.

LISTA DE FIGURAS¹

Figura 1	Delimitação espacial da pesquisa	32
Figura 2	Fluxograma da Pesquisa	37
Figura 3	Localização aproximada das Comunidades Guarani visitadas	39
Figura 4	Distribuição de Aldeias no âmbito do Território Guarani	53
Figura 5	Rota do deslocamento dos <i>Mbyá</i> a partir de <i>Yvy Mbyte</i>	56
Figura 6	Cartografia da Ilha de Santa Catarina	62
Figura 7	Produção do fogo através do processo de fricção	72
Figura 8	Desenho de uma Aldeia <i>Tupinambá</i>	78
Figura 9	Implantação esquemática de aldeia tradicional Karajá	79
Figura 10	Aldeia-casa <i>Yanoáma</i> : Planta-baixa, estrutura do telhado e vistas	80
Figura 11	Fatores determinantes da baixa qualidade projetual das HIS	101
Figura 12	Dimensões da habitabilidade	106
Figura 13	Habitabilidade	107
Figura 14	Localização do PEST em relação à SC e <i>Marangatu</i> em relação a essa UC	112
Figura 15	Delimitação física de <i>Tekoá Marangatu</i>	113
Figura 16	Croqui esquemático do Núcleo da <i>Opy</i> em <i>Marangatu</i>	114
Figuras 17	Antiga e nova <i>Opy</i> – <i>Tekoá Marangatu</i> (Angela Sala)	114
Figura 18	Núcleos: residenciais, social e religioso	115
Figuras 19	Estrada principal, Rio Cachoeira dos Inácios e vegetação de <i>Marangatu</i>	116
Figura 20	Croqui esquemático da área social de <i>Marangatu</i>	118
Figura 21	Vistas do pátio frente à escola e posto de saúde ao fundo (Angela Sala)	119

¹A fonte das imagens não publicadas estão indicadas ao lado da legenda nesta lista de figuras. As imagens publicadas referenciam o autor e ano da publicação abaixo da legenda no corpo do texto. As demais, sem identificação fazem parte do acervo da autora.

Figura 22	Categorias de relevo e vegetação segundo etnozoneamento Guarani	125
Figura 23	Perfil da paisagem de <i>Tekoá Marangatu</i> em relação ao PEST	127
Figura 24	Núcleo residencial: casa tradicional, de madeira e de alvenaria	130
Figura 25	Localização das três tipologias habitacionais	131
Figuras 26	Edificações em madeira (Angela Sala)	132
Figuras 27	Casa tradicional com cobertura de telha cerâmica	133
Figuras 28	Casas tradicionais Mbyá-Guarani	136
Figura 29	Planta-baixa	137
Figura 30	Vista Frontal	138
Figura 31	Corte Transversal	138
Figuras 32	Pequeno assento de madeira (Angela Sala)	139
Figuras 33	Estrutura de troncos roliços	141
Figura 34	Estrutura da Casa Tradicional (Clovis Brighenti)	141
Figuras 35	Detalhes da estrutura da Casa Tradicional (Clovis Brighenti e Angela Sala)	141
Figuras 36	Detalhe vedação pau-a-pique	142
Figura 37	Trama de pau-a-pique (Clovis Brighenti)	143
Figuras 38	Pau-a-pique e detalhe de partes do recobrimento de taipa-de-mão deteriorado	143
Figuras 39	Parede de pau-a-pique sendo recoberta com barro (Angela Sala)	144
Figuras 40	Coberturas de taquara	145
Figura 41	Telhado com cobertura de folha de guaricanga	145
Figuras 42	Cobertura mista: folha de pindó e taquara	146
Figuras 43	Vista da cobertura na parte interna com as amarrações em fio sintético	146
Figuras 44	Construção de telhado de taquara batida (Clovis Brighenti)	146
Figura 45	Piso de chão batido permitindo a presença do fogo no seu interior (Angela Sala)	147
Figura 46	Novas habitações tradicionais em <i>Marangatu</i> (Angela Sala)	150
Figura 47	Casa Cerimonial- <i>Opy de Tekoá Marangatu</i> – Vista Externa	154
Figuras 48	<i>Opy</i> - Instrumentos Musicais utilizados nos rituais religiosos (Angela Sala)	155

Figura 49	Casa tradicional em <i>Tekoá Vy'á</i>	161
Figura 50	Desenho técnico Habitação Social- Planta-Baixa	164
Figura 51	Desenho técnico da Habitação Social – vista transversal	165
Figura 52	Desenho técnico Habitação Social- Vista longitudinal	165
Figura 53	Implantação das Habitações sociais em <i>tekoá Marangatu</i>	166
Figura 54	Leiaute proposto para as habitações sociais nas comunidades <i>Mbyá-Guarani</i>	168
Figura 55	Casa Tradicional e Habitação Social em construção	169
Figuras 56	Tipologias construídas em <i>Marangatu</i> (Angela Sala)	170
Figura 57	Pátio de uma família <i>Mbyá-Guarani</i> (Angela Sala)	172
Figuras 58	Materiais locais e orgânicos e materiais industrializados	174
Figuras 59	<i>Mbyá-Guarani</i> construindo em mutirão e trabalhador de empresa licitada construindo as HIS (Clovis Brighenti e DNIT)	177
Figuras 60	Casal <i>Mbyá-Guarani</i> , construtores de sua casa e HIS com mão-de-obra externa	179
Figuras 61	Varanda HIS e Mbyá no pátio	182
Figuras 62	Detalhe da divisão da sala de estar e cozinha	182
Figuras 63	Detalhe da planta-baixa da cozinha e imagem desse espaço sem os equipamentos propostos	183

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	5 Etapas do desenvolvimento da pesquisa	36
Quadro 2	Comunidades Guarani visitadas e suas localizações	39
Quadro 3	Sistematização dos dados	43
Quadro 4	Estimativa da População Guarani na América do Sul	59
Quadro 5	As Espécies Vegetais mais utilizadas na Arquitetura Guarani	93
Quadro 6	Comunidades indígenas, municípios e número de moradias	159
Quadro 7	Especificações Técnicas - Habitação Social	164
Quadro 8	Materiais construtivos tradicionais e industrializados	174
Quadro 9	Sistema construtivo tradicional e externo	176
Quadro 10	Técnicas construtivas tradicionais e externas	177

LISTA DE SIGLAS

BNH: Banco Nacional da Habitação
CIASC: Centro de Informática e Automação de Santa Catarina
CIMI: Conselho Indigenista Missionário
CTC: Centro Tecnológico
DNIT: Departamento Nacional de Infra-Estrutura
EIA: Estudo de Impacto Ambiental
EPAGRI: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAU/USP: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FATMA: Fundação do Meio Ambiente
FUNAI: Fundação Nacional do Índio
FUNASA: Fundação Nacional de Saúde
GT: Grupo Técnico
HIS: Habitação de Interesse Social
IAP: Instituto de Assistência Previdenciária
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ONG: Organização Não-Governamental
PACIG: Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Guarani
PEST: Parque Estadual da Serra do Tabuleiro
PósARQ: Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo
RIMA: Relatório de Impacto Ambiental
SC: Santa Catarina
SPI: Serviço de Proteção ao Índio
TI: Terra Indígena
UC: Unidade de Conservação
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	27
1.1	OBJETIVOS	30
1.1.1	Objetivo Geral	30
1.1.2	Objetivos Específicos	30
1.2	LIMITAÇÕES DO TRABALHO	31
1.3	DELIMITAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA	32
1.4	ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	33
2	CAPÍTULO 2: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
2.1	ETAPAS DA PESQUISA	36
2.1.1	Fluxograma	37
2.1.2	Pesquisa Bibliográfica	37
2.1.3	Definição do Campo de Pesquisa	38
2.1.4	Coleta de Dados em Campo	40
2.1.4.1	Observação Direta	41
2.1.4.2	Entrevistas	41
2.1.4.3	Levantamentos Arquitetônicos e Fotográficos	43
2.1.5	Análise e Interpretação das Informações Coletadas	43
2.1.6	Apresentação dos Resultados	44
3	CAPÍTULO 3: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	45
3.1	O POVO GUARANI	46
3.1.1	Territorialidade e Mobilidade Guarani: compondo a tessitura espacial	51
3.1.2	Dados sobre a Demografia Guarani	58
3.1.3	Contextualização Histórico-espacial dos assentamentos <i>Mbyá-Guarani</i> em SC	60
3.1.4	Situação Fundiária	65
3.1.5	Reflexões acerca do significado mitológico presente na arquitetura <i>Mbyá</i>	67
3.1.6	A importância do fogo: o foco no cotidiano guarani	71
3.1.7	A Concepção espacial como símbolo da organização social indígena	76
3.1.7.1	Arquitetura Indígena	81
3.1.8	Espaço simbólico <i>Mbyá-Guarani</i>: <i>Tekoá</i> e <i>Oó</i>	86

3.1.8.1	Implantação: <i>Tekoá</i>	87
3.1.8.2	Casa Doméstica: <i>Oó</i>	89
3.2	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	95
3.2.1	Políticas Públicas Habitacionais: breve histórico do processo no Brasil	95
3.2.2	Interesse Social na Habitação Popular: qualidade projetual, erros e acertos	99
3.2.3	Significações do ato de morar: casa, moradia e habitação	102
3.3	RELAÇÃO ENTRE CULTURA E AMBIENTE CONSTRUÍDO	104
4	CAPÍTULO 4: ESTUDO DE CASO: <i>TEKOÁ MARANGATU</i>	109
4.1	PROCESSO HISTÓRICO	109
4.2	CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA COMUNIDADE	112
4.3	DADOS SÓCIO-CULTURAIS E POLÍTICOS OU ELEMENTOS ACERCA DO COTIDIANO DE CACHOEIRA DOS INÁCIOS	116
4.4	ELEMENTOS QUE COMPÕEM A PAISAGEM ETNO-AMBIENTAL DE <i>TEKOÁ MARANGATU</i>	122
4.4.1	<i>Yvy Yvate</i>	123
4.4.2	<i>Yvy'À</i>	124
4.4.3	<i>Yvy'Ajodjá Porã</i>	124
4.4.4	<i>YvyAngüü</i>	124
4.5	AMBIENTE CONSTRUÍDO DE <i>TEKOÁ MARANGATU</i>	127
4.6	HABITAÇÕES TRADICIONAIS	134
4.6.1	Desenho técnico das habitações tradicionais	137
4.6.2	Principais características das casas tradicionais de <i>Tekoá Marangatu</i>	140
4.6.2.1	Estrutura	140
4.6.2.2	Vedações	142
4.6.2.2.1	<i>Pau-a-pique</i>	142
4.6.2.2.2	<i>Taipa-de-mão</i>	143
4.6.2.3	Tipos de cobertura	144
4.6.2.4	Piso	147
4.6.3	Coleta do material utilizado na casa tradicional	147
4.6.4	Durabilidade das casas tradicionais	148
4.6.5	Novas construções tradicionais em <i>Tekoá Marangatu</i>	149

4.7	CASA CERIMONIAL: <i>OPY</i>	151
5	CAPÍTULO 5: HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM <i>TEKOÁ MARANGATU</i>	157
5.1	DADOS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÕES DE HIS EM COMUNIDADES INDÍGENAS	157
5.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	162
5.3	CARACTERÍSTICAS DAS NOVAS TIPOLOGIAS HABITACIONAIS	163
5.4	RELAÇÃO ENTRE A CASA TRADICIONAL E A HABITAÇÃO SOCIAL	172
5.4.1	Materiais Construtivos	174
5.4.2	Sistema Construtivo	175
5.4.3	Técnicas Construtivas	177
5.4.4	Arranjo Espacial: atividades e comportamento	181
5.5	HABITAR EM DUAS CASAS: VIVENCIANDO A SOBREPOSIÇÃO CULTURAL NA INEVITÁVEL TRANSITORIEDADE HISTÓRICA	185
6	CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
	REFERÊNCIAS	193
	Anexo: Comunidades Indígenas Guarani em Santa Catarina	205

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

O setor da construção habitacional no país expressa um contínuo aprimoramento tecnológico, traduzido no canteiro por economia e rapidez em todas as etapas da obra. Este fato, muitas vezes, se reflete em ambientes construídos com significativa qualidade espacial. No entanto, quando se trata de intervenções do poder público em comunidades com premissas culturais diversas da sociedade envolvente, nem sempre o uso da tecnologia presente em obras urbanas é o mais adequado.

Ao se considerar estudos acerca do ambiente construído de uma dada população e sua cultura, importante se faz buscar o aprofundamento sobre a visão de mundo em que a mesma está inserida, e a partir desse entendimento, se compreende e se valoriza o significado presente nos aspectos simbólicos e materiais do espaço edificado e suas relações com as principais condicionantes advindas do meio circundante.

A construção de um espaço habitável surge, a princípio, como resposta à necessidade humana de abrigo e proteção contra as intempéries e animais ferozes. Esta edificação vai, sistematicamente, sendo aprimorada em sucessivas adaptações ao longo da evolução social do ser humano, com seu estabelecimento de forma permanente, em locais fixos. Assim, o significado de morar amplia-se, refletindo na concepção do seu espaço o seu modo específico de entender o mundo que o cerca. Complementando esse pensamento, Rapoport (1972) esclarece que a arquitetura de alguns povos autóctones apresenta, em seu caráter formal, aspectos simbólicos e técnicos que possuem um mesmo grau de importância, estando sua construção envolta num ritualismo cerimonioso que demonstra o caráter sagrado da edificação e, desta forma, suplanta o valor de um mero abrigo de proteção física contra as intempéries.

O conhecimento indígena vem sendo estudado e respeitado como patrimônio histórico e cultural brasileiro. A tradução de parte desse importante legado pelo setor acadêmico vem de encontro à necessidade de preservá-lo, já que os crescentes processos interculturais aos quais estão sujeitas as comunidades tradicionais, acarretam na maioria dos casos, perdas de seus conhecimentos ancestrais. Ainda que o inexorável dinamismo cultural esteja presente em toda sociedade humana, no caso dos Guarani, foco dessa investigação, observa-se que esse grupo étnico vêm lutando pelo direito de conservar componentes de sua cultura

ancestral, muito embora estejam continuamente adentrando na globalizante contemporaneidade.

A análise do ambiente construído de uma comunidade *Mbyá-Guarani* revela dados sobre os aspectos materiais, tecnologia construtiva empregada, matéria prima utilizada e como os processos construtivos tradicionais se entrelaçam com fatores ambientais, culturais e cosmológicos dessa etnia.

As culturas tradicionais, tal como a do Povo *Mbyá-Guarani* são possuidoras de um saber local, vivenciando na prática diária princípios sócio-ambientais sustentáveis, demonstrando um conhecimento intrínseco através da agricultura de subsistência, dos valores, costumes, crenças e tradições e de processos construtivos que carregam por princípio respostas para a grave crise energética enfrentada pela sociedade contemporânea. A tecnologia utilizada na arquitetura tradicional dos *Mbyá-Guarani* apresenta um sistema construtivo baseado na coleta de elementos vegetais a partir de conceitos culturais que embasam a leitura do ambiente natural, que observa os calendários solar e lunar e a disponibilidade do material no entorno, além de alguns aspectos próprios da sua mitologia.

A casa como primeiro universo do ser humano, engloba inúmeros outros significados, além dos aspectos físicos. Para Itelson *et al.* (2005:1), “quando os homens constroem casas, eles criam não só um ambiente físico, mas também um ambiente psicológico de significados, um mundo simbólico que reforça um esquema particular de gostos e valores.”

Nesse sentido, entende-se que a habitação constitui uma das formas que mais significativamente caracterizam a organização social de determinada cultura. Como as casas tradicionais são produzidas segundo as suas crenças e tradições repletas de simbolismo oriundo da sua visão de mundo, a somatória desses conhecimentos simbólicos aliados a utilização dos recursos que o meio ambiente oferece, encaminha a solução espacial que melhor responde às necessidades cotidianas dessa mesma cultura.

Alexander (1981) elucida que nas culturas tradicionais os processos que envolviam a construção de moradias eram correntes a todos, ou seja, toda pessoa sabia como fazer corretamente uma casa, posto que “as pessoas não conseguem manter suas raízes espirituais e suas conexões com o passado se o mundo material em que vivem não faz algo para sustentar essas raízes” (ALEXANDER, 1981:138).

Neste contexto, nas comunidades *Mbyá-Guarani* pesquisadas, a fala dos seus moradores demonstra que sua tradição construtiva ainda continua presente entre eles. Comumente muitos relatam sobre a construção de suas casas que “todo *Mbyá* sabe fazer casa”. Mas sempre em seguida a essa fala, ouvem-se queixas do porque não constroem mais.

Dentro deste enfoque, com a contínua perda de terras indígenas para a sociedade moderna - com seu paradigma desenvolvimentista, a manutenção do sistema construtivo tradicional foi se tornando inviável em muitas aldeias, restando aos moradores dessas áreas a busca por soluções distantes das tradições construtivas descritas acima, e sem a melhor resposta às suas necessidades sócio-culturais. Tendo em vista essa problemática, foram disponibilizados pelo poder público recursos financeiros destinados à construção de moradias com o intuito de conter o déficit habitacional de algumas comunidades Guarani do estado de Santa Catarina.

Essas edificações, dada a escassez de matéria-prima nas aldeias e proximidades, visam a atender a demanda por moradia destes locais. Contudo algumas das características apresentadas pelo projeto, como o arranjo espacial, o sistema construtivo e os materiais utilizados mostram-se inadequadas à realidade vivenciada pelos usuários, em relação aos aspectos funcionais, formais e principalmente aos aspectos simbólicos presentes nas habitações tradicionais, que são aqueles, conforme levantado nas entrevistas em campo, mais valorizados pelos anciões Guarani.

A pesquisa referente ao modo como essas novas unidades habitacionais foram implantadas nessa localidade e qual o seu grau de aceitação, permitiu aprofundar a compreensão sobre como eles estão se relacionando com essa nova moradia e que significados são atribuídos a essas edificações contemporâneas propostas.

A partir de um primeiro contato inicial, anterior a pesquisa de Mestrado, em algumas comunidades Guarani foi observada essa problemática, surgindo uma motivação e interesse em aprofundar o entendimento sobre essa questão e, dessa forma, emerge a principal pergunta que direciona esse estudo:

Quais os principais fatores que determinaram a construção de Habitação de Interesse Social² nas comunidades *Mbyá-Guarani* de Santa Catarina?

Com esse questionamento central norteando a pesquisa, outras questões pertinentes ao tema são delineadas:

1. Como se configura espacialmente uma comunidade *Mbyá-Guarani*?
2. Quais as principais características das casas tradicionais?
3. O quê define uma habitação de interesse social e qual seu histórico no Brasil?
4. Qual o arranjo espacial proposto pelo projeto das habitações sociais nas comunidades indígenas?
5. Na visão dos *Mbyá-Guarani*, essa nova habitação responde aos seus anseios e necessidades de moradia?

1.1 OBJETIVOS

A partir do delineamento das questões que impulsionaram a realização desse estudo, são identificados o principal objetivo e os objetivos secundários que guiaram o encaminhamento da presente pesquisa:

1.1.1 Objetivo Geral

Avaliar as habitações de interesse social construídas em uma comunidade *Mbyá-Guarani* de Santa Catarina em relação à cultura desse grupo étnico.

1.1.2 Objetivos Específicos:

² Moradia urbana ou rural destinada à população de baixa renda oriunda de programas públicos (DIÁRIO DO SENADO, 2003).

Descrever:

- a) Estruturalmente o ambiente construído de uma comunidade *Mbyá-Guarani*;
- b) Os aspectos funcionais e simbólicos presentes na casa tradicional *Mbyá-Guarani*;
- c) O processo histórico-político de implantação das Habitações de Interesse Social em comunidades *Mbyá-Guarani* de Santa Catarina;
- d) O projeto arquitetônico das HIS construídas nessas localidades.

Cabe ressaltar que essa pesquisa parte do **pressuposto** de que o sistema construtivo guarani é componente integrante de sua cultura e, portanto, deve ser preservado.

1.2 LIMITAÇÕES DO TRABALHO

As limitações ocorridas na pesquisa se devem a etapa da coleta de dados em campo que sofreram influências de ordem prática, dado ao fato de que a aldeia investigada no estudo de caso, e as demais, nos estudos preliminares, estarem situadas, a maioria delas, em áreas rurais de difícil acesso, dificultando muitas vezes a chegada e permanência nesses locais. Durante a fase das entrevistas, o desconhecimento do idioma Guarani também foi um fator que limitou a apreensão de algumas considerações emitidas pelos mais idosos e mesmo com a ajuda de um intérprete bilíngüe não foi possível traduzi-los devido ao caráter não usual desses termos.

Outro agravante que limitou um aprofundamento da pesquisa foi o fator tempo, dado que a dinâmica encontrada numa aldeia guarani difere do modo como essa variável é administrada num local urbano. Dessa forma, o planejamento idealizado inicialmente não pode ser cumprido na prática, inviabilizando muitas vezes o cronograma previsto, acarretando assim um número a mais de visitas ao local estudado e

demandando dessa forma, um tempo maior para a coleta de dados em campo.

Assim, a percepção do “modo de ser guarani” foi apreendido na prática e, através dessa vivência muitos dos aspectos de sua organização social e cosmologia foram aprofundados.

1.3 DELIMITAÇÕES DA ÁREA ESTUDADA

Dentre as seis comunidades guarani, apresentadas na sequência, que foram escolhidas para receber as Habitações de Interesse Social no estado de Santa Catarina, o campo de pesquisa limitou-se a analisar a comunidade *Marangatu*, situada no município de Imaruí, em Santa Catarina.

Os motivos que levaram a essa escolha derivaram do fato de contatos efetuados anteriormente ao trabalho de mestrado com as lideranças dessa comunidade, o que possibilitou a entrada e interação com os demais moradores, elementos indispensáveis para o desenvolvimento da pesquisa de campo.

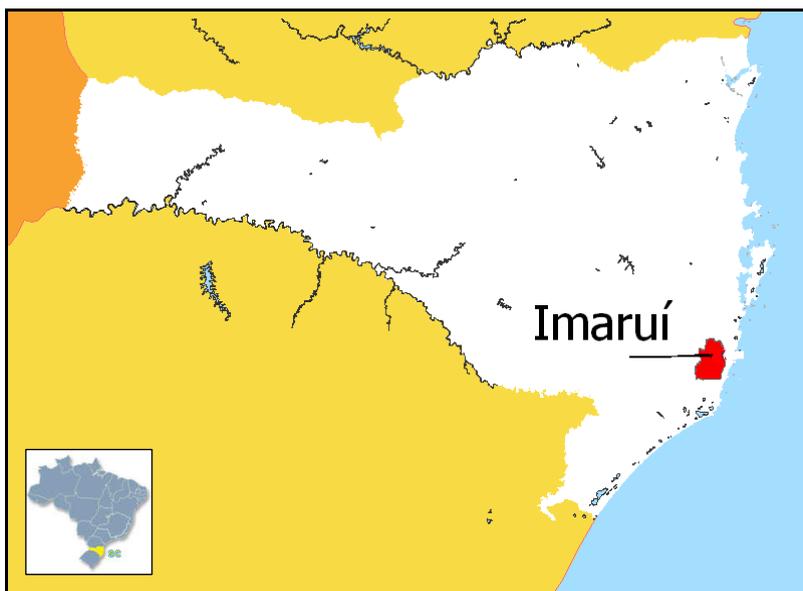


Figura 1: Delimitação espacial da pesquisa. Fonte: Adaptado de CIASC

1.4 ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

A pesquisa está estruturada de acordo com as seguintes etapas:

Este **primeiro capítulo** introduz a investigação, descrevendo a relevância, a problemática e os questionamentos do tema escolhido. Apresenta o pressuposto que norteia a busca pelo alcance dos objetivos: o principal e os específicos; as limitações e delimitações da pesquisa, bem como a estrutura da dissertação.

No **segundo capítulo** são abordadas as estratégias metodológicas seguidas do encaminhamento e alcance dos objetivos desse estudo, assim como apresenta a descrição das ferramentas e técnicas utilizadas para a coleta de dados em campo.

O **terceiro capítulo** apresenta a fundamentação teórica que fornece o embasamento da pesquisa, discutindo temas sob o enfoque interdisciplinar, com a descrição de dados históricos e preceitos culturais dos *Mbyá-Guarani* e o processo histórico e conceitos projetuais da Habitação de Interesse Social. Analisa, por fim a intrínseca relação entre cultura e ambiente construído. Trata-se, pelo exposto, do capítulo mais extenso desta dissertação.

No **quarto capítulo** são apresentados os resultados do trabalho de campo, com a caracterização da comunidade *Mbyá-Guarani* analisada, suas configurações espaciais, suas casas tradicionais e demais edificações presentes neste espaço.

O **quinto capítulo** descreve o processo envolvendo as políticas públicas, estudos de impacto ambiental e as medidas mitigadoras que culminaram com a compra de terras e a construção de moradias nas comunidades *Mbyá-Guarani* do estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. São analisados o projeto arquitetônico e o processo de ocupação dessas novas habitações pelos *Mbyá* e as mobilizações dos movimentos indígenas para a elaboração de políticas diferenciadas que contemplem seus preceitos culturais.

O **sexto capítulo** faz referência às conclusões absorvidas com o estudo, tece as considerações finais e sugere temas para futuros trabalhos relacionados à área abordada na presente dissertação.

CAPÍTULO 2: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As estratégias metodológicas utilizadas para o alcance dos objetivos desta pesquisa priorizaram a obtenção de dados a partir de uma abordagem qualitativa com a adoção de técnicas derivadas do Método Etnográfico, que segundo Richardson (1999) busca uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais do grupo pesquisado sem a necessidade de obter medidas quantitativas que não enfatizam as especificidades do fenômeno abordado.

De acordo com Michel (2005) os fatos em ciências sociais são significados sociais e sua interpretação não se reduz a quantificações descontextualizadas da realidade, porque a verdade não se comprova necessariamente através de dados mensuráveis, mas convence na forma da experimentação empírica, a partir de análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente.

Este procedimento metodológico fundamenta-se num modelo de investigação de caráter exploratório e descritivo, sendo habitualmente utilizado em pesquisas sociais com grupos etnicamente diferenciados porque permite a partir dos registros observados durante o trabalho de campo analisar as manifestações subjetivas e comportamentais da sociedade estudada.

A aplicação deste modelo de investigação implica na inserção e interação do investigador no contexto cultural em questão, que procede a coleta de dados a partir da utilização de técnicas de pesquisa como a observação direta e a entrevista não estruturada.

Para o alcance dos objetivos propostos por esta pesquisa, que tem como foco a análise do ambiente construído numa comunidade *Mbyá-Guarani*, a obtenção de dados foi complementada com o levantamento fotográfico e arquitetônico das edificações, as novas e as tradicionais e de seu entorno. Posteriormente, foram inseridos dados em imagens de satélite, obtidas por meio virtual, com vistas a caracterizar o ambiente construído da comunidade pesquisada.

As pesquisas exploratórias, segundo Gil (1994), envolvem inicialmente um sólido levantamento bibliográfico e documental, seguido de entrevistas não padronizadas e estudo de caso referente ao assunto proposto. São desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, constituindo uma primeira etapa de uma investigação mais ampla.

No caso das pesquisas descritivas, esse autor esclarece que o objetivo principal é a descrição das características de determinado grupo populacional e caracteriza-se pela utilização da coletas de dados no próprio ambiente natural onde o fenômeno estudado se desenvolve.

Por sua vez, Michel (2005) acrescenta que numa pesquisa descritiva os fatos e os fenômenos devem ser extraídos do ambiente natural e analisados à luz das influências que o ambiente exerce sobre eles. Dessa forma, o levantamento de dados dessa pesquisa orientou-se por procedimentos oriundos de estudos exploratórios e descritivos.

2.1 ETAPAS DA PESQUISA

O quadro a seguir descreve de forma sucinta o desenvolvimento das cinco etapas da pesquisa e na sequência é apresentado o fluxograma de forma mais detalhada.

Etapa 1	Etapa 2	Etapa 3	Etapa 4	Etapa 5
Pesquisa Bibliográfica e Documental	Identificação do campo de pesquisa	Coleta de dados em campo	Análise e interpretação dos dados	Apresentação dos resultados

Quadro 1: 5 Etapas do desenvolvimento da pesquisa

2.1.1 Fluxograma

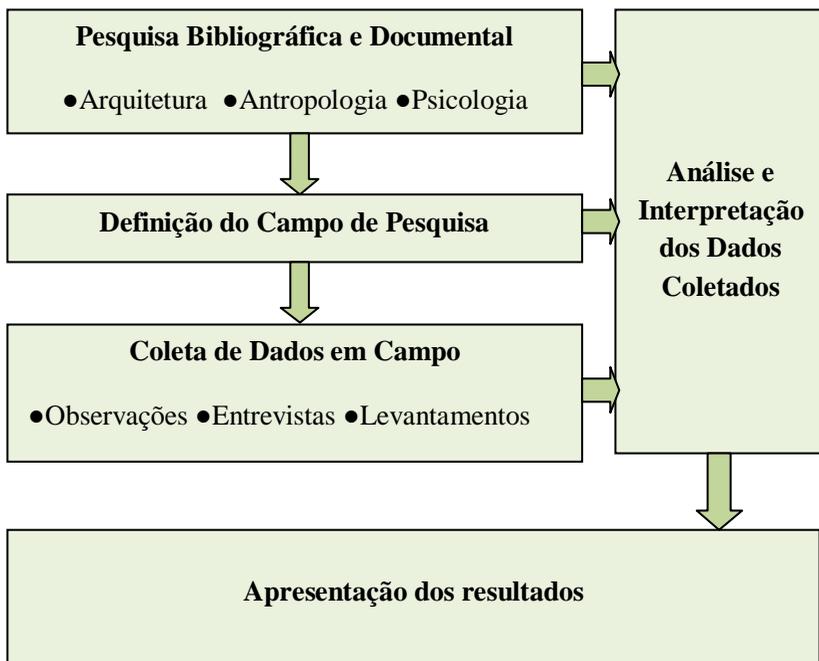


Figura 2: Fluxograma da Pesquisa

2.1.2 Pesquisa Bibliográfica

A revisão da literatura compreendeu um estudo interdisciplinar cujas abordagens se inserem em temas das áreas da arquitetura, antropologia e psicologia ambiental, proporcionando o embasamento necessário para a coleta de dados em campo, bem como para a posterior análise e interpretação das informações coletadas.

De acordo com Marconi & Lakatos (1990), a revisão literária é o procedimento inicial, tratando-se de um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, com notável capacidade de fornecer dados relevantes relacionados ao tema pesquisado.

Este estudo exploratório recolheu informações de variadas fontes como livros, trabalhos acadêmicos, documentos, jornais, páginas

eletrônicas, anotações de palestras, aulas e orientações pertinentes ao objeto investigado.

Desse modo, a pesquisa exploratória abrangeu estudos referentes ao povo Guarani, ao processo histórico e projetual das Habitações de Interesse Social, as distintas significações do ato de morar e, às análises sobre as influências das atividades culturais no ambiente construído de cada sociedade.

No intuito de ampliar a compreensão sobre o grupo pesquisado, partiu-se de registros de autores considerados clássicos da etnografia indígena e, mais especificamente da etnia guarani, bem como autores contemporâneos que acrescentaram sobremaneira uma visão abrangente sobre essa etnia com estudos de suma importância para a compreensão e desenvolvimento da pesquisa em questão.

Quanto à análise das habitações a escolha recaiu sobre referenciais que forneceram conceituações variadas sobre esse tema em relação às especificidades culturais e suas extensões presentes na maneira de conceber sua arquitetura.

Junto com a busca aos objetivos propostos pela pesquisa e o campo de formação da pesquisadora, foi efetivada a análise comportamental dos indivíduos em relação ao espaço edificado presente no contexto pesquisado.

2.1.3 Definição do Campo de Pesquisa

A definição do campo a ser pesquisado e a familiaridade do pesquisador com os indivíduos pesquisados são fatores de suma importância para o sucesso de uma pesquisa qualitativa, decorrendo daí que uma análise prévia do local a ser estudado torna-se uma estratégia positiva para o sucesso da coleta de informações em campo (RICHARDSON, 1999). O campo de pesquisa incluiu inicialmente seis comunidades Guarani localizadas próximas ao litoral centro-sul de Santa Catarina, demandando diversas visitas num período compreendido entre junho de 2008 a maio de 2010.

Em algumas comunidades, a visita contou com o acompanhamento da antropóloga do Museu Universitário da UFSC, Maria Dorothea Post Darella, que a partir de longo envolvimento e defesa da causa Guarani, conquistou sua confiança e respeito, facilitando dessa forma a inserção da pesquisadora nessas comunidades.

O quadro e a figura a seguir apresentam as comunidades visitadas ao longo da pesquisa e os municípios em que se localizam:

	Comunidade Guarani	Município/SC
1	<i>Tekoá Vy'a</i>	Major Gercino
2	<i>Tekoá Tava'í</i>	Canelinha
3	<i>Tekoá Itanhaén</i>	Biguaçu
4	<i>Tekoá M'Biguaçu</i>	Biguaçu
5	<i>Tekoá Itaty(Morro dos Cavalos)</i>	Palhoça
6	<i>Tekoá Marangatu</i>	Imarui

Quadro 2: Comunidades Guarani visitadas e suas localizações



Figura 3: Localização aproximada das Comunidades Guarani visitadas

Fonte: Ilustração sobre imagem CIASC

A metodologia aplicada nas visitas exploratórias contou com observações, conversas e em algumas comunidades foram realizados registros fotográficos.

Após essa fase exploratória inicial, a definição do foco recaiu sobre a Comunidade Indígena *Tekoá Marangatu*, que apresentava os elementos propícios à busca dos objetivos elencados pela pesquisa, tais como a presença de casas tradicionais e de habitações de interesse social já concluídas.

Outro fator definidor na escolha da comunidade foi de ordem prática, facilitado pelo conhecimento prévio de alguns de seus moradores, advindo de convívio anterior à pesquisa de mestrado.

Dessa forma, após o consentimento expresso pelo Cacique Afonso Gerônimo da Silva para a realização da presente pesquisa em sua aldeia, iniciou-se a coleta de dados em campo nessa localidade no período de junho a setembro de 2010.

2.1.4 Coleta de Dados em campo

A partir da clara definição dos objetivos a serem alcançados em campo, da apropriação do conhecimento advindo com a revisão bibliográfica e da definição da comunidade mais adequada para a pesquisa, seguiu-se para a etapa seguinte, qual seja a coleta de dados em campo, que abrangeu os seguintes procedimentos metodológicos: observações, entrevistas, levantamentos arquitetônicos e registros fotográficos.

A pesquisa de campo foi utilizada com o objetivo de levantar informações relativas à questão habitacional da comunidade guarani, através da análise do uso do espaço, do material e técnicas construtivas utilizadas nas construções tradicionais, bem como a análise das novas habitações sociais recentemente construídas nesta comunidade. A obtenção dessas informações colhidas na localidade, somadas ao conhecimento adquirido com a revisão da literatura foi fundamental para a posterior análise cruzada desses dados na sistematização e apresentação dos resultados finais.

A seguir são descritos de forma detalhada os procedimentos efetuados para a coleta de dados em campo.

2.1.4.1 Observação Direta

De acordo com Gil, (1994) a observação direta privilegia a investigação das práticas da vida social e reconhece as ações e as representações coletivas na vida humana. O pesquisador insere-se na vida diária do local investigado, buscando uma maior interação com os elementos desse grupo, a fim de perceber os contrastes sociais, culturais e históricos.

No contexto desta pesquisa, a observação *in loco* das atividades dos *Mbyá-Guarani* somente foi possível com o convívio e o estabelecimento de uma relação de confiança e respeito com os moradores de *Tekoá Marangatu*, implicando com isso uma grande disponibilidade de tempo em campo.

Essa observação sistemática demonstrou sua eficiência na obtenção de dados na medida em que possibilitou observar o cotidiano dessa comunidade, procurando sempre focar as proposições dos objetivos da pesquisa. Tal procedimento acabou resultando na compreensão da sua organização física e na observação comportamental dos seus moradores em relação:

- Aos espaços construídos;
- Às áreas destinadas ao convívio social;
- Às plantações
- Às áreas intactas.

2.1.4.2 Entrevistas

A entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita interação social entre duas pessoas. Esse tipo de abordagem é um elemento fundamental na pesquisa em ciências sociais, sendo obtido um resultado mais satisfatório que no caso de aplicação de questionários.

Quando o pesquisador não deseja impor sua visão ou pressupõe que não conhece bem a população que será entrevistada, ele precisa de uma estratégia diferente, mais flexível que não apresente a rigidez de formulação da entrevista estruturada ou do questionário.

A entrevista não estruturada, também chamada por Richardson (1999) de entrevista em profundidade, ao invés de requisitar respostas às

perguntas por meio de diversas alternativas pré-formuladas, visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo.

Essa técnica exploratória procura saber o que, como e por que ocorre, em lugar de determinar a frequência de certas ocorrências, nas quais o pesquisador acredita.

Em relação à interlocução realizada nas comunidades Guarani visitadas, não foram formuladas perguntas através de um questionário, apenas foi esclarecido o objeto de estudo. Aqueles que dominam o idioma português, de modo geral demonstraram interesse em conversar sobre o tema abordado.

Por meio de uma conversa guiada, pretendeu-se obter informações detalhadas que puderam ser utilizadas na análise qualitativa. Nas conversas com os Guarani, após ter sido esclarecido que o foco de interesse da pesquisa versava sobre habitação, a tradicional e a de *jurua*,³ conferiu-se ampla liberdade para o entrevistado expressar-se sobre esse tema, apenas guiando a conversa para as questões-chaves da pesquisa.

As entrevistas objetivaram a obtenção de informações sobre as técnicas, materiais, opiniões e modos de ocupação das casas tradicionais. Também procuraram obter informações a respeito das “habitações sociais” e os novos comportamentos advindos com o uso dessas novas moradias, num total de 12 interlocutores Guarani, moradores das comunidades visitadas, de ambos os sexos, entre jovens, adultos e idosos e com ocupações diversas.

Em *Tekoá Marangatu*, o principal interlocutor foi o mais antigo morador e ex cacique Augusto da Silva, que se dispôs, em duas ocasiões diferenciadas, a esclarecer muitos dos questionamentos em relação à arquitetura *Mbyá-Guarani*.

Dentre os *jurua*, foram empreendidas conversas sobre o foco no assunto em questão com alguns pesquisadores e agentes dedicados à temática indígena, ligados à instituições como a UFSC, o CIMI e a FUNAI. Com os pesquisadores pôde-se aprofundar sobre dados referentes aos estudos de impacto ambiental decorrentes da duplicação da BR 101 e o processo de encaminhamento de medidas mitigadoras para as comunidades indígenas atingidas pelo novo traçado.

Na apresentação dos resultados das entrevistas foram transcritas algumas falas mais pertinentes que, em alguns casos, receberam o apoio

³ Termo em guarani que se refere a toda pessoa não-indígena

do pensamento de autores referenciados no texto, no sentido de reforçar o entendimento do assunto exposto.

2.1.4.3 Levantamentos Arquitetônicos e Fotográficos

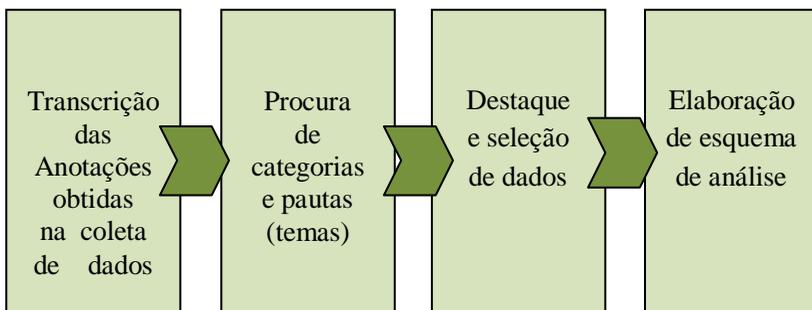
Nos levantamentos arquitetônicos foi utilizada a trena de medição para se obter os desenhos técnicos das tipologias habitacionais, tanto das tradicionais quanto das novas habitações.

O registro fotográfico possibilitou uma melhor compreensão da volumetria das habitações em relação à área circundante e a peculiaridade das suas características plásticas, havendo a preocupação deliberada de se evitar fotografar as pessoas e o interior de suas residências por respeito a suas tradições culturais.

O uso de imagens de satélite obtidas através de meio virtual específico possibilitou o registro da implantação da comunidade com a visualização da posição das edificações, pátios, estradas, trilhas, caminhos, rios e áreas de plantio.

2.1.5 Análise e Interpretação das Informações Coletadas

Fielding (1993 citado por RICHARDSON, 1999) propõe um modelo resumido que orienta na sistematização e análise dos dados etnográficos coletados em campo:



Quadro 3: Sistematização dos dados

As informações coletadas em campo foram posteriormente analisadas e interpretadas à luz do conhecimento apropriado com o

referencial teórico. Este processo proveu o suporte para a sistematização dos dados levantados a partir de critérios subjetivos, simbólicos e culturais, sem se ater a interpretações estatísticas ou numéricas.

Em consonância com os objetivos propostos pela pesquisa foi priorizada em campo a observação comportamental dos indivíduos em relação ao espaço edificado, tanto o tradicional quanto as intervenções habitacionais recentemente inseridas naqueles contextos diferenciados etnicamente.

A coleta de dados foi direcionada no sentido da obtenção das respostas pretendidas pela investigação. Dessa forma a análise e a interpretação dos dados obtidos através das observações, entrevistas e levantamentos realizados nas comunidades Guarani consistiu no estabelecimento de relações entre esses resultados, o referencial teórico e os objetivos propostos.

2.1.6 Apresentação dos Resultados

Os resultados desta investigação, apresentados nos capítulos 4 e 5 derivam da análise dos dados pesquisados em campo e interpretados à luz dos conhecimentos aperfeiçoados através da revisão literária pertinente ao tema investigado.

A caracterização do ambiente construído encontrado na aldeia *Mbyá-Guarani Tekoá Marangatu*, a identificação do processo de implantação e a análise da apropriação das novas habitações são expostas através de textos, desenhos gráficos e imagens fotográficas

CAPÍTULO 3: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo expõe os referenciais que fundamentam teoricamente o trabalho com a apresentação de temas dentro de uma perspectiva interdisciplinar, com vistas a abarcar a amplitude dos questionamentos da pesquisa, situados no universo de disciplinas da arquitetura, antropologia e psicologia ambiental.

Conforme as palavras do antropólogo Roberto Da Matta (1984:14): “(...) é estudando os espaços de uma sociedade que se pode lançar luz sobre questões tão importantes como seu sistema ritual e o modo pelo qual ela faz sua dinâmica (...) [porque esses espaços] contêm visões de mundo ou códigos de interpretação [desse mesmo] mundo que são particulares.” Do mesmo modo pode-se inferir que a análise etnográfica de um povo fornece parâmetros referenciais que auxiliam na leitura dos significados simbólicos presentes no espaço edificado por essa cultura.

Seguindo essa orientação, ao objetivar o desenvolvimento de análises relativas às habitações construídas numa aldeia indígena guarani, este trabalho buscou inicialmente inteirar-se de conhecimentos da área da Antropologia⁴ mas especificamente na Antropologia Cultural⁵, referenciando fontes bibliográficas que apresentam dados históricos, comprovações arqueológicas e estudos etnológicos contemporâneos, que buscam esclarecer as peculiaridades étnicas desse povo.

Contrapondo e simultaneamente complementando estes conhecimentos, dado que esses distintos assuntos se entrelaçam nesta dissertação, a discussão referente às Habitações de Interesse Social, ampliam o entendimento dessa problemática. Ainda que o estudo aponte pesquisas acerca de moradias populares inseridas na malha urbana, fornece elementos que auxiliam na compreensão referente às questões das intervenções habitacionais de origem estatal em aldeias indígenas.

⁴ Ciência que reúne várias disciplinas cujas finalidades comuns são descrever o homem e analisá-lo com base nas características biológicas (antropologia física) e culturais (antropologia cultural), dos grupos em que se distribui, dando ênfase através das épocas, as diferenças e variações entre esses grupos (FERREIRA, 1986).

⁵ Ramo da antropologia que trata das características culturais do homem (costumes, crenças, comportamento, organização social) e que se relaciona, portanto com várias outras ciências, tais como etnologia, arqueologia, lingüística, sociologia, economia, história, geografia humana (*Idem*, 1986).

Por fim, apresenta estudos da psicologia ambiental⁶, que fornece ferramentas úteis para uma análise mais precisa das influências oriundas do ambiente construído em vários aspectos do comportamento dos indivíduos. O aporte desse conhecimento auxilia e enriquece a leitura dos códigos existentes na interação dos *Mbyá-Guarani* e seu espaço edificado, inserido num contexto sócio-cultural que se expressa por uma estrutura simbólica e/ou visão de mundo específica.

Em suma, a apropriação de conhecimentos advindos das áreas das três disciplinas citadas fundamenta o trabalho em campo, cenário onde acontece o entrelaçamento dos universos retratados neste referencial teórico que fundamenta a presente pesquisa.

3.1 O POVO GUARANI

A etnografia contemporânea que tem por tema central estudos sobre os Guarani apresenta-os como um dos vários povos originários das Américas, pertencentes à família Tupi-Guarani do tronco lingüístico Tupi. Este povo⁷ empreendeu movimentos de grandes migrações a partir da região amazônica em direção ao sul há cerca de 2000 anos, dispersando-se em várias direções.

Os grupos Tupi assentaram-se no litoral sudeste e nordeste e os Guarani iniciaram a ocupação no estado do Mato Grosso e nas áreas litorâneas entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, em território brasileiro, e partes de regiões do Paraguai, Argentina, Bolívia e Uruguai. A partir desses deslocamentos iniciais, os Guarani foram se embrenhando para o interior até se estabelecerem próximos às margens dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai (CLASTRES, 1978).

Segundo Berta Ribeiro (1987), no século do descobrimento, os portugueses tiveram contato apenas com os índios litorâneos, pertencentes à família Tupi-Guarani e ao tronco lingüístico Tupi, que habitavam praticamente toda a costa, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul.

⁶ A psicologia ambiental pode ser definida como o estudo do interrelacionamento entre comportamento humano e ambiente físico, tanto o construído quanto o natural (GÜNTHER & ROZESTRATEN, 2004).

⁷ Conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, afinidades de interesse, uma história e tradições comuns (FERREIRA, 1986).

Esses povos originários, esclarece a autora, tiveram papel preponderante não só na unidade cultural como também geográfica do que viria a constituir o território brasileiro.

Diegues (1986) confirma essas palavras quando aponta que os europeus se tornaram quase que totalmente dependentes dos Tupi em suas primeiras investidas ao longo da costa brasileira. Sendo que de fato foi este grupo e seus parentes Guarani, os mais numerosos e poderosos habitantes das baixadas, que mantiveram, por aproximadamente três séculos, intenso intercâmbio cultural com seus invasores (DIEGUES, 1986:48).

Preliminarmente, cabe esclarecer que ao se referir a grupos, povos ou comunidades indígenas, está se fazendo referência ao conceito de etnia⁸ conforme os termos de Valencia (1978)⁹ descritos por Bricenô *et al.* (1988:14):

[...] um grupo unido e identificado por características somáticas e culturais, produto de um processo evolutivo, relativamente isolado. A resultante é uma comunidade homogênea de língua e cultura, em posse de um território comum e, sobretudo de uma consciência dessa homogeneidade, expressada especialmente frente a outros grupos diferentes. (Tradução da autora).

Ou então, visto pela ótica de Viveiros de Castro (2006:11) que entende “o adjetivo ‘índio’ não designa um indivíduo, mas especifica um certo tipo coletivo, [...] neste sentido não existem ‘índios’ apenas comunidades, redes e relações que se podem chamar indígenas.” Dessa forma, entende-se que a maneira como uma sociedade se expressa obedece a um ordenamento cultural que inclui os contextos sócio-ambiental e histórico, nitidamente peculiares a cada grupo distinto.

Seguindo na direção de ampliar o entendimento sobre a história dos Guarani, Soares (1997) explica que o cruzamento de todas as fontes, tanto arqueológicas como históricas e antropológicas possibilitam interpretar corretamente os dados levantados em sítios investigados.

As investigações de Noelli (1993) desenvolvidas a partir de dados obtidos por levantamentos bibliográficos arqueológicos e etnohistóricos relativos à cultura material dos povos Guarani, somados a estudos

⁸ Etnia: grupo biológico e culturalmente homogêneo (FERREIRA, 1986).

⁹ VALENCIA, E. Problemática de la cuestión indígena. En: **Campeinato e Indigenismo en América Latina**. Lima: Ediciones CELATS, 1978. pp. 37-67.

provenientes das áreas da etnobiologia e etnoecologia dos povos indígenas amazônicos atuais, indicam que os Guarani reproduziram por mais de 3000 anos um modelo do ‘padrão amazônico’ habitando áreas florestadas com presença de bacias hidrográficas e várzeas e com o domínio de amplos espaços territoriais que continham várias aldeias (BERTHO, 2005:33).

As pesquisas citadas foram efetuadas em sítios arqueológicos que apresentam vestígios de antigas habitações, fogões, artefatos cerâmicos e material lascado e polido feito em pedra produzidos pelos antigos Guarani.

Esses dados confirmam que as rotas de expansão empreendidas por eles rumo ao sul do continente, seguiam ao longo dos principais rios, estendendo-se até as margens dos rios Paraguai, Paraná, Uruguai e seus afluentes.

Neste sentido, Noelli (1993) esclarece que essa expansão ocorreu de forma lenta, donde as áreas guarani, em geral, apresentam uma ocupação contínua por mais de 100 anos, indicando que esses grupos longe de serem nômades e simples coletores desenvolveram uma relação de sedentarismo com as áreas conquistadas. Possuíam excelentes conhecimentos de agricultura, manejo florestal, além do domínio da arte da cerâmica, com a fabricação de diversas peças utilizadas no seu dia a dia. A técnica agrícola praticada era a de derrubada, queimada e plantio de forma itinerante ou na terminologia indígena chamada de coivara, que conforme Diegues (1996) explica, é a menos invasiva porque imita a escala natural sem causar impacto permanente e sim temporário, propiciando o crescimento de floresta secundária e, por conseguinte, a recuperação do solo.

Essa ocupação territorial, embora apresentasse grandes extensões de terra, ocorria de forma descontínua, não configurando um único povoamento central ou núcleos densamente povoados, antes, porém, eram formados por várias aldeias que se estabeleciam por meio de laços de parentesco e de reciprocidade, com vida material e simbólica em comum (NOELLI, 1993).

Esses domínios territoriais, denominados de *guará*¹⁰ eram subdivididos em unidades territoriais sócio-economicamente aliadas, denominadas de *tekohá*¹¹. Os *guará* formavam alianças entre as *tekohá*,

¹⁰ *Guará* é um conceito sócio-político que determina certa região bem definida, conhecida, familiar, composta por um agrupamento de várias *Tekohá* (NOELLI, 1993).

¹¹ O *tekohá* ou *tekoá* era composto de três distintos espaços, contendo vegetação preservada, as roças e a aldeia. Desses três espaços os Guarani extraíam seu sustento (*Idem*, 1993).

se interligavam por caminhos e trilhas por onde circulava o intercâmbio de sementes e mudas, garantindo dessa forma a manutenção e o manejo de espécies vegetais numa área compreendida além do limite de cada aldeia (SOARES, 1997).

Segundo Brighenti (2005) os espanhóis classificaram esses territórios denominados pelos Guarani de *guará* (conjunto de diversos *tekoha*/aldeias), como províncias. Esses conquistadores observaram que as províncias continham uma estreita semelhança em relação à organização sócio-política e nas manifestações culturais, além do que os diferentes dialetos falados apresentavam uma unidade lingüística, levando-os a chamarem esses vários grupos genericamente por Guarani, habitantes das *guará*, denominação que se perpetua até os dias atuais.

As peculiaridades étnicas destes grupos só foram mais bem esclarecidas com os estudos publicados por Schaden, a partir de extensas pesquisas em aldeias Guarani do litoral de São Paulo na década de 1950. Esse autor apresenta dados sobre a existência de três parcialidades do povo Guarani: os *Nhandeva*¹² os *Mbyá*¹³ e os *Kaiová*,¹⁴ classificação mais conhecida atualmente.

Dentre as principais características que oferecem subsídios para classificar as variações encontradas nessas três etnias Guarani, verificam-se, sobretudo as diferenças lingüísticas, costumes, práticas rituais, organização política, social e religiosa.

As línguas faladas por esses três subgrupos guarani são considerados idiomas guarani, incluídos na família lingüística Tupi-Guarani.

Segundo o autor citado, os Guarani de hoje são remanescentes da antiga 'nação guarani', que na composição étnica e na forma de vida permanecem vivendo como indígenas, porém não apresentam, em muitos aspectos, homogeneidade cultural por vivenciarem uma multiplicidade de situações de contatos interétnicos que apresentam variações de acordo com a região em se encontram (SCHADEN, 1974).

Soares (1997) relata que os diferentes ambientes ocupados pelos Guarani ao longo do tempo, bem como os diversos grupos aos quais se miscigenaram podem tê-los feito assimilar diversas características

¹² Identificados também como *chiripá* ou *xiripá*, *Ava Katu Ete*, *Avá-Chiripá*. Vivem principalmente no interior e litoral sul e sudeste (ASSIS e GARLET, 2004).

¹³ Igualmente chamados por *Mbyá-Guarani* e *Guarani-Mbyá*, entre outras variações. Vivem principalmente no litoral e interior das estados do Sul e Sudeste (idem, 2004).

¹⁴ Podendo ser designados por *Paí-Tavyterã* ou grafados como *Kayová* ou *Kaiowá*. Vivem principalmente no Mato Grosso do Sul (*Ibidem*, 2004).

exógenas que provavelmente determinaram a existência das distintas parcialidades ainda no período pré-contato.

Por outro lado, as colocações de Ladeira (2004) esclarecem que esta classificação de subgrupos não corresponde de todo às definições dos próprios Guarani, dado que essas diferenças envolvem desde a origem dos lugares e regiões que ocupam dentro de um mesmo e amplo espaço geográfico, dos laços sanguíneos e até dos processos de contato vivenciados historicamente pelos Guarani.

Particularmente no que tange à classificação dos Guarani em subgrupos ou parcialidades, importa reconhecer que o traço marcante que distingue os Guarani de outros povos indígenas é a busca pelo aperfeiçoamento humano, o *aguyge*, ou conforme Schaden (1969) entende esse termo como um estado de pureza da alma e o pleno desenvolvimento de suas qualidades, da bem-aventurança espiritual que se concretiza na comunhão mística com as divindades, por meio do exercício constante das danças rituais, prática de jejum e restrições alimentares, apego à cultura, entre outros.

Esse autor esclarece que os Guarani de um modo geral são extremamente religiosos, sendo a vida religiosa praticada em conexão com a existência social o quê de mais genuíno tem a cultura desse povo. Darella (2004:3) traduz ainda o sentido/estado de *aguyge* como perfeição, plenitude ou o substrato que fundamenta as suas vivências culturais, concebendo uma reflexão para essa análise:

[...] utilizar o termo genérico Guarani ao me expressar sobre os Guarani no litoral de Santa Catarina, não significa desconsideração às especificidades de cada subgrupo. Mas acentuação à crença que lhes é comum: a busca da superação da condição humana, através do alcance de *aguyge* (plenitude), da Terra sem Males.

Consonante com essa abordagem, esse estudo quando se refere aos Guarani, sem fazer distinções entre as suas parcialidades, tem em vista que os aspectos que lhe são comuns superam as particularidades que os distinguem.

Segundo Chamorro (1999) na época da conquista européia havia 14 grupos Guarani no continente sul americano contatados pelos conquistadores, e em pouco menos de 200 anos, dez desses grupos foram extintos. Além das três parcialidades descritas por Schaden, a

autora inclui os Chiriguanos que habitam exclusivamente na Bolívia, como uma das 4 parcialidades sobreviventes.

Entre os Guarani atuais e aqueles primeiros contatados existem diferenças significativas em decorrência do largo processo de interferências externas ocorridas ao longo da história de contato, como as relações interétnicas, a imposição do sistema escravagista, as reduções jesuíticas, formas econômicas e políticas, que foram as principais responsáveis pelas profundas mudanças nas sociedades Guarani.

Partindo-se desse entendimento, Noelli (1993) esclarece que a cultura material carrega consideráveis informações a respeito das formas de organização da sociedade que a produz.

Neste contexto, estudos desenvolvidos sobre a morfologia da cultura material Guarani, confeccionadas principalmente em matérias primas perecíveis, demonstram uma uniformidade definida e similar entre os Guarani e seus parentes lingüísticos Tupi-Guarani, sendo reproduzidas por mais de 3000 anos as mesmas características materiais, até o grande impacto das invasões européias nos séculos XVI e XVII, “que provocaram desestruturações e ressignificações na manutenção das características materiais dessa cultura” (NOELLI, 1993:13).

Desse modo o impacto causado pelas relações interétnicas se refletiu em sensíveis mudanças internas no seu cotidiano, advindas da aquisição de novas tecnologias e de novos valores culturais, forçando os Guarani a recriarem identidades frente à realidade que se impunha, porém sem nunca deixarem de pertencer à “Nação Guarani” grupo étnico o qual se identificam.

3.1.1 Territorialidade e Mobilidade Guarani: compondo a tessitura espacial.

Para auxiliar na compreensão da dimensão territorial guarani é necessário retomar, mesmo que em poucas palavras, o processo histórico empreendido por esse grupo após a sua dispersão da região amazônica. Em suma, dados arqueológicos atestam a presença Guarani na região do Paraguai e Argentina há cerca de 3000 a 2000 anos e no litoral atlântico, cerca de 1000 anos atrás (NOELLI, 1993).

Com as adversidades decorrentes da invasão européia ocorrida ao longo dos primeiros séculos, parte desse grupo rumou para uma região

conhecida como “O Centro do Mundo”, denominada em guarani como “*Mbyte*”, área compreendida entre as fronteiras do Paraguai Argentina e Brasil, próxima às bacias dos rios Paraná e Uruguai.

No século XX, os diversos movimentos expansionistas, a destruição de florestas, a mecanização da agricultura, o parcelamento dos *guará* e *tekohá* e as políticas de assimilação, levaram os Guarani a ‘retornarem paulatinamente pela bússola de sua memória em busca de espaços territoriais da floresta Atlântica, numa constante recriação de seu mundo’ (BERTHO, 2005:89).

O entendimento sobre o significado de território tradicional guarani é ampliado com a leitura das palavras de Ciccarone (1996¹⁵ citada por MEDEIROS, 2006: 25) quando argumenta que:

Se para todos os povos indígenas a terra é condição de vida, território da experiência, de sustento, de desenvolvimento e alicerce da identificação étnica, para os Mbyá a terra carrega-se dos significados da revelação de uma visão profética que impregna a busca e o reconhecimento do próprio espaço. A sua complexa concepção de território articula-se nas referências aos atributos do ecossistema; à localização à beira do mar, seguindo as coordenadas norte - leste; aos marcos da passagem dos antepassados; à representação das redes geográficas que traçam a topografia da reciprocidade, o intenso e constante intercâmbio entre aldeamentos.

Essa citação expressa bem o território tradicional que continua presente na memória coletiva dos *Mbyá-Guarani*, que abarca estados e fronteiras transnacionais, apresentando espaços com diversidade de fauna e flora e compartilhados por distintas sociedades em vários períodos históricos. Esse extenso território foi se tornando fragmentado pela imposição de fronteiras políticas. A dinâmica dos constantes deslocamentos efetuada por esse grupo permitiu a manutenção de uma unidade cultural e lingüística dentro deste espaço físico, unindo as diversas aldeias espalhadas por esse território que mantêm uma rede de alianças geográficas no chamado “Território Guarani”, o qual

¹⁵ CICCARONE, C. T. **Revelações sobre a terra: a memória viva dos Guarani**. Vitória: UFES, 1996.

compreende partes do Paraguai, Argentina, Uruguai e regiões sul e sudeste do litoral brasileiro (LADEIRA, 2004; MELLO, 2006).

A configuração espacial de parte do território guarani está demonstrada no mapa da figura 4:

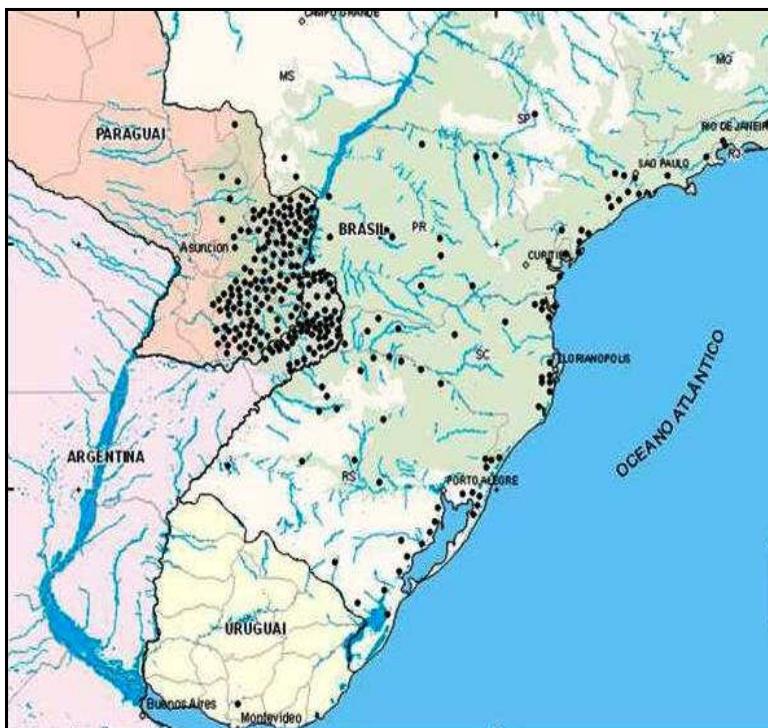


Figura 4: Distribuição de Aldeias no âmbito do Território Guarani

Fonte da imagem: Brighenti (2010:131)

Embora as fronteiras nacionais tenham se consolidado sobre o território tradicional, a configuração espacial permaneceu ativa na percepção Guarani. A veracidade deste fato é comprovada pela sua constante circulação em diferentes pontos dentro deste território, que não consideram as fronteiras nacionais como obstáculo, mas antes compreendem este território como um continuum que supera estas fronteiras implantadas sobre ele pela sociedade englobante (MELLO, 2006).

Neste contexto, Ladeira (1989) esclarece ainda que a apreensão dessa configuração territorial implica em permanente mobilidade que se ampara nas redes de parentesco e no sistema de reciprocidade que não se encerram em suas aldeias, mas abrangem vários agrupamentos numa ampla extensão geográfica.

O Território Guarani compreende uma rede de trilhas inseridas numa tessitura que confere uma unidade espacial e serve de mapa da memória coletiva dos Guarani. Esse conceito de unicidade territorial foi expresso de forma punjante nas palavras do cacique Roque Timóteo quando relata sua visão sobre o Território Guarani:

Vou contar um pouco do nosso sistema de antes, de antigamente, de quando vivia nosso vovô, nossa vovó. Nós Guarani, *Mbyá-Guarani*, desde antes, no principio do mundo, morava no Paraguai. Agora já estamos esparramados por toda parte. Na Argentina, no Brasil; eu mesmo já morei quatro anos no Uruguai. Em todos esses países já morei, como dizem vocês, os brancos, são quatro ou não sei quantos países diferentes, mas para mim, para nós Mbyá, é uma terra só. Vocês é que falam diferente, têm leis diferentes e cada país tem bandeira diferente, porque dividiram a terra e criaram países diferentes com não sei quanta raça de gente. Para nós, *Mbyá-Guarani*, não é assim: nosso Deus fez uma terra só. Nossa lingua é uma só, nosso sistema só existe um, nossa lei é só uma. Nós não temos fronteira (GARLET, 1997¹⁶ citado por DARELLA, 2004:50).

Neste sentido, Darella (2004:18) esclarece que a expressão guarani “*ore yvy rupa*”, cuja tradução se aproxima da noção de território guarani, também pode ser entendida como uma categoria política: “o mundo no qual se encontram as aldeias atuais, os lugares dos antepassados, as áreas já sonhadas, os espaços desocupados [e] os locais a serem apropriados.”

A mobilidade faz parte do estilo de vida dos *Mbyá* e, se por um lado implica em se manterem dispersos por comunidades formadas por famílias extensas num amplo território, por outro se afirma como

¹⁶ GARLET, I. J. **Mobilidade Mbyá: história e significação**. Dissertação de Mestrado em História Ibero-Americana da PUC-RS. Porto Alegre, 1997.

atividade vital na organização da dinâmica social, política, religiosa e econômica, essencial à reprodução de suas tradições e para a manutenção de seu espaço geográfico.

Estas características reforçam a identidade étnica desse grupo, contrariando as tentativas de fixação impostas pela ação do Estado, através da manutenção de um sedentarismo que impede seu livre acesso às matas que servem de sustento físico e espiritual e contraria seu ritmo itinerante fundamentado numa tradicionalidade dinâmica (DARELLA, 2004; BERTHO, 2005).

Os deslocamentos através do território tradicional são empreendidos como uma estratégica difusão da biodiversidade ecológica num amplo círculo de ligações entre aldeias que ocorrem dentro de ciclos sazonais, através da troca de sementes e outros recursos naturais disponíveis (FELIPIM, 2001). Além desta função de caráter pragmático, outros motivos que levam os *Mbyá* a circular em no espaço territorial são as visitas a familiares, a participação em festas, jogos, mutirões e a busca por cura tradicional, todos imbuídos de relevância dentro de seu modo de ser. Destarte que “[...] o movimento no interior das aldeias, entre as aldeias e entre elas e a sociedade envolvente, esculpe cotidianamente a peculiaridade de seu modo de ser e viver” (DARELLA, 2004:338).

Além dos motivos citados, as migrações estão inseridas num contexto religioso, expresso pelo termo guarani “*oguatá porã*”, que significa a boa caminhada, que é empreendida pelos *Mbyá* a partir do interior do continente até o litoral atlântico (DARELLA, 2004). Este conceito está fundamentado no mito que orienta a busca pela Terra Sem Mal, “*Yvy marã eý*” (CLASTRES, 1978), o paraíso mítico guarani sem definição de fronteiras físicas, mas simbolicamente localizada a leste de *Yvy Mbyte*, o centro do mundo.

Na cosmologia guarani *Yvy Mbyte*, centro da terra ou também citado centro do mundo (o mundo guarani) é a região situada em *Caaguazú*, atual Paraguai, considerada como a terra primordial criada por Deus para os Guarani habitarem e, onde outrora continha grandes florestas e águas abundantes (CADOGAN, 1960¹⁷ citado por LITAIFF, 1996).

Dentro dessa visão, o caminhar enfatiza a observância aos referenciais culturais da tradição guarani marcado por um percurso

¹⁷ CADOGAN, L. **Em Torno a la Aculturación de los Mbyá-Guarani del Guairá**. México: América Indígena, v. XX, 1960.

físico nas direções e aos locais sonhados pelos *xamãs*, em busca de novos espaços onde possam construir casas, cultivar roças, exercer sua religiosidade, reproduzir enfim o *Mbyá Rekó*, o modo de vida tradicional guarani. O percurso dessa rota parte do interior do Paraguai num sentido anti-horário transpõe o rio Uruguai e segue percorrendo para o leste um vasto território até chegar ao litoral atlântico, conhecido em guarani como *para guachu*, “a beirada do mundo” (DARELLA, 2004; SOUZA, et al., 2007). A figura a seguir descreve de forma simbólica essa trajetória.

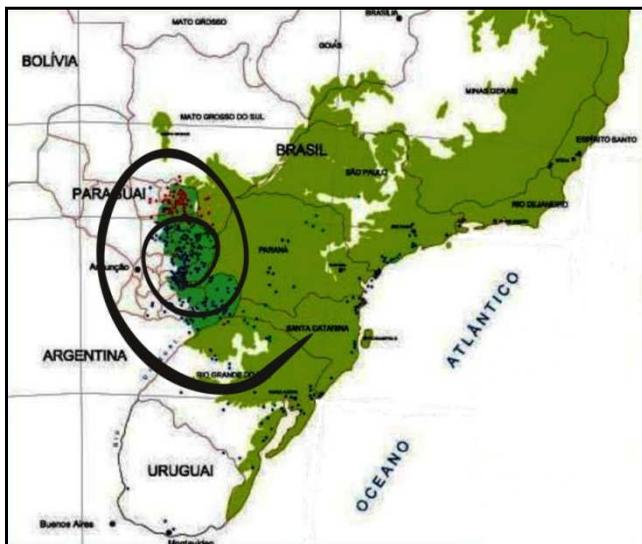


Figura 5: Rota do deslocamento dos *Mbyá* a partir de *Yvy Mbyte*
 Fonte da imagem: Adaptação sobre imagem LADEIRA & MATTA (2004:7)

Atualmente os Guarani estão impossibilitados de utilizar as antigas rotas de integração ou os caminhos que foram trilhados por seus ancestrais, porque muitas dessas trilhas hoje fazem parte de espaços privados sem livre acesso. Dessa forma os Guarani empreendem seus deslocamentos ao longo de estradas, montando seus acampamentos nas margens das rodovias, em locais próximos a fontes de água e com algum recurso vegetal para a confecção de artesanato (SOUZA, et al. 2007).

Schaden (1974) relata que os *Mbyá* são o único grupo que ainda empreendem migrações com motivações baseadas no mito da busca do Paraíso. Interessante notar que muitos autores que se dedicam a temática

guarani, buscam novas reinterpretações para o mito de *Yvy marã eý* dentro de uma significação que mais se aproxima de um lugar físico que contenha as condições ecologicamente propícias à vida guarani.

No entanto, Melià (1989¹⁸ citado por LITAIFF, 1996) entende que não há contradição entre buscar uma terra de solo fértil e mata virgem, onde seja possível viver de acordo com as normas e valores da sua cultura e ao mesmo tempo uma terra mítica descrita nos ensinamentos dos seus ancestrais como sendo o elo de ligação com os deuses.

Neste sentido Litaiff (1996) relata que os dados obtidos em pesquisas desenvolvidas entre os *Mbyá*, confirmam o pensamento de Melià quando escreve que: “Estes guarani procuram um lugar concreto onde seja possível viver de acordo com sua cultura e, ao mesmo tempo, buscam seu paraíso mítico.” Esse autor menciona que os principais motivos que levam os *Mbyá* a migrarem são a busca por terras que contenham florestas, água boa, fertilidade para a plantação, proximidade com as redes de parentes, dificuldades de acesso para estranhos, sem a presença de outros grupos étnicos e, “a busca de *Yvy marã eý*” (LITAIFF, 1996:123).

Um aspecto importante a ser mencionado é que a constante mobilidade dos *Mbyá* não permitiu o estabelecimento de relações sociais mais duradouras com a sociedade não indígena, dessa forma, a manutenção de sua tradicionalidade pôde ser mais preservada, sem a maciça incorporação de elementos externos nos padrões culturais, religiosos e econômicos do grupo.

Schaden (1974:170) relata que os *Mbyá* aparecem como o subgrupo Guarani com mais resistência aos processos de aculturação, ou em suas palavras: “os guarani menos aculturados”. Neste mesmo sentido, Clastres (1978:85) reforça essa afirmação quando escreve que “os *Mbyá* são inegavelmente os que afirmam e tentam com o máximo rigor preservar sua identidade cultural”. Essa autora também argumenta que os *Mbyá* embrenharam-se no interior das florestas sem nunca conviverem com os Jesuítas, de modo que puderam conservar a sua autonomia, porque se estabeleceram num território que durante muito tempo permaneceu inacessível: daí a denominação de *caaiгуás* (gente da floresta) que lhe foi atribuída (CLASTRES, 1978).

¹⁸ MELIÀ, B. A experiência Religiosa dos Guarani. In: **O Rosto índio de Deus**. São Paulo: Vozes, 1989.

Na percepção de Darella (2004:6), “o território guarani é pensado como *território-em-transformação*, de circulação, intercâmbio, rede de sociabilidade e parentesco, [como] (...) base da experiência individual e coletiva.” Discorre ainda que “o território é portador de sentido cosmológico, mitológico, ecológico, social, histórico e político, [onde] (...) áreas vêm sendo reconhecidas pelos Guarani através de seu poder organizador de mundo.”

Desta forma, este referencial aponta as imbricações presentes entre a mobilidade empreendida pelos Guarani e o estabelecimento do seu Território, que se configura simbólica e fisicamente como uma tessitura orgânica que dá sustentação e mantém a visão de mundo desse povo.

3.1.2 Dados sobre a Demografia Guarani

Dados quantitativos relativos à demografia dos Guarani mostram-se muitas vezes imprecisos em função da dinâmica de ocupação territorial própria dessa sociedade, com seus constantes deslocamentos entre aldeias. Cabe ressaltar que em relação à América do Sul, os Guarani ocupam hoje pequenas ilhas do que foi outrora seu amplo território tradicional.

Para Assis & Garlet (2004), vários estudos arqueológicos atestam a presença Guarani distribuída numa ampla região, que ao longo da história foi se comprimindo a locais cada vez mais exíguos, levando ao que se observa atualmente, a ocuparem pequenas ilhas incrustadas em meio à presença massiva da sociedade moderna. Segundo estes autores, se no passado este espaço geográfico era disputado com outros povos indígenas, no presente ocorre desse modo: “a expansão da sociedade englobante ampliou e radicalizou essas descontinuidades, provocando, inclusive, alguns movimentos de ampliação da plasticidade dos limites.” De forma que a redução na configuração espacial dos assentamentos indígenas promovida pela expansão colonialista nacional provocou uma profunda ruptura na concepção da sua organização social (ASSIS & GARLET, 2004:48).

Em relação à América do Sul, dados recentes apresentados no mapa GUARANI RETÃ 2008, organizado por Grünberg *et al.* revelam que na região das fronteiras entre Brasil, Argentina e Paraguai, vivem em torno 100 mil índios Guarani habitando cerca de 500 aldeias. Desse

total, esse estudo aponta a presença de aproximadamente 50 mil Guarani vivendo no Brasil, o que incluiu as três parcialidades.

A tabela a seguir demonstra os dados estimados da população Guarani na América do Sul:

	Argentina	Brasil	Paraguai	Total
<i>Mbyá</i>	5.500	7.000	15.000	27.000
<i>Ava-Guarani/Nhandeva</i>	1.000	13.000	13.200	27.200
<i>Pãi Tavyterã/Kaiová</i>	0	31.000	13.000	44.000
<i>Aché</i>	0	0	1.200	1.200
Total	6.500	51.000	42.400	99.900

Quadro 4: Estimativa da População Guarani na América do Sul

Fonte: Grünberg *et al.* (2008)

Os números revelados pela tabela acima a respeito do povo Guarani que vive no Brasil, indica que essa população constitui o maior grupo indígena deste país. As aldeias dos Guarani estão distribuídas nos três estados da região sul, além de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. Também se verifica uma pequena presença nos estados do Pará, Tocantins e Maranhão (ASSIS & GARLET, 2004).

Em Santa Catarina, a maioria dos Guarani são da parcialidade *Mbyá-Guarani* e ocupam regiões desde o litoral até o interior do Estado, com uma população estimada em 1.300 pessoas (ASSIS & GARLET, 2004).

Litaiff & Darella (2000) também discorrem sobre a dificuldade encontrada na determinação precisa dos dados numéricos referentes aos *Mbyá*, devido ao fato de que os indivíduos dessa etnia apresentarem tradicionalmente uma mobilidade/migração entre aldeias, esclarecendo, portanto que as quantificações demográficas dessa população são sempre estimativas próximas do número real.

3.1.3 Contextualização histórico-espacial de assentamentos *Mbyá-Guarani* no estado de Santa Catarina

O professor Silvio Coelho dos Santos (2002:84) atesta que no início do século XVI os primeiros navegadores europeus ao visitarem o

estado de Santa Catarina encontraram-no habitado por populações Guarani, denominadas pelos europeus por ‘índios carijós’, e que de acordo com relatos da época indicavam “que entre São Francisco e a Lagoa dos Patos (RS) devia haver cerca de 100 mil carijós.”

Além de provas históricas, as muitas evidências arqueológicas reforçam que as aldeias guarani situadas ao longo do litoral sul eram agrupamentos formados por famílias extensas, que se baseavam na economia de reciprocidade, ou conforme Santos (2002) esclarece, a circulação dos bens objetivava atender a necessidade de todos os membros da comunidade, não apenas de agns.

Desfrutavam de uma economia de abundância com o uso não intensivo dos recursos naturais disponíveis, através caça, pesca, das plantações de milho, feijão, mandioca, abóbora, algodão, fumo, cabaça e plantas medicinais. Além do domínio de técnicas de olaria, cestaria e fiação de algodão, conforme palavras desse autor:

Foram os Carijó que passaram para os europeus, nesta parte da América os saberes fundamentais a sua sobrevivência no espaço geográfico que estavam invadindo. Esses saberes chegaram até nós, absorvidos que foram pela população que acabou dominante [como a] (...) farinha de mandioca, do peixe assado na brasa, uso do cipó, das diversas plantas no cotidiano das gerações que se sucederam na Ilha. O fabrico de balaios, o uso da canoa, a arapuca, o mundéu, o covo, o bodogue, o arpão, etc. Além disso, os Carijó deixaram como testemunho de sua longa presença na Ilha diversos topônimos, entre os quais [...]: Itacorubi, Cacupé, Itaguaçu, Anhatomirim, Jurerê, Caiacanga, Perajubaé, Peri (SANTOS, 2002:89).

Esse autor discorre ainda que apesar da cordialidade manifesta pelos carijós para com o grupo estranho, inclusive com amplo abastecimento de alimentos, auxílio na indicação de vias terrestres, mão-de-obra e fornecimento de abrigo em suas terras, a violência dos invasores expressa através da espada ou de doenças foi extrema, de modo que no século seguinte já não havia mais índios na ilha de Santa Catarina (SANTOS, 2002).

Expulsos desse local, grupos de indígenas foram se estabelecer ao longo da costa catarinense, onde pesquisas arqueológicas constataam que

o litoral de Santa Catarina foi extensamente povoado por agrupamentos guarani através de achados arqueológicos do século XVIII, como “material cerâmico tipicamente guarani, produzido numa fase pós-contato”, conforme Fossari (1992¹⁹ citada por LITAIFF & DARELLA, 2001:4).

Entretanto, Assis & Garlet (2004:48) inferem que essa ocupação territorial praticado pelos Guarani não ocorreu de modo contínuo e fixo, porém, “repleto de descontinuidades e com uma constante fluidez nos seus limites”.

Diversos relatos de navegadores, cronistas, náufragos e missionários religiosos do século XVI referenciam a presença desses indígenas no litoral catarinense, descrevendo de forma detalhada acerca da sua organização física, política, religiosa e social, destacando-se, entre muitos, os testemunhos de Álvar Nuñez Cabeza de Vaca e Hans Staden.

As vivências do navegador alemão Hans Staden em terras brasileiras no século XVI, foram registradas e publicadas²⁰ na Europa, onde o autor relata o modo de vida dos indígenas brasileiros por meio de texto e imagens

A figura da próxima página é uma representação cartográfica da Ilha de Santa Catarina com a visão de uma aldeia indígena situada no continente em frente, retratada durante a sua estadia por mais de dois anos neste local.

¹⁹ FOSSARI T. D. A pesquisa arqueológica do sítio histórico São José da Ponta Grossa. Anais do Museu Antropológico, Florianópolis. Anos XIX e XX (19): 5-103, mar.

²⁰ Impresso em Marburgo no ano de 1557, essa obra se tornou uma das fontes mais autorizadas da etnografia sul-americana, tendo inclusive a configuração do primeiro mapa da Ilha apresentando uma aldeia indígena.



Figura 6: Cartografia da Ilha de Santa Catarina
Fonte da Imagem: Staden ([1557] 1974:60)

Outra importante descrição da organização sócio-espacial da nação Guarani, que esclarece a forma como se configuravam as suas inúmeras aldeias através do intenso inter-relacionamento entre elas, foi relatado pelo navegador espanhol Cabeza da Vaca ([1555] 1999) quando empreendeu viagem²¹ em direção a Assunção do Paraguai, partindo da Ilha de Santa Catarina em 1541. Esse grupo foi guiado por índios Guarani, exímios conhecedores das trilhas que ligavam as duas regiões. Durante todo o trajeto foram sendo recepcionados por indígenas da mesma etnia, que habitavam os diversos aldeamentos estabelecidos

²¹ O relato dessa expedição, redigido por Pedro Hernández e Cabeza de Vaca no seu livro *Comentários*, foi impresso em Sevilha no ano de 1555.

próximos do caminho²² percorrido. Sem se mostrarem hostis, os nativos abasteciam a expedição com grandes quantidades de víveres e segundo relato do autor, era suficiente para alimentar com fartura todo seu contingente.

O processo histórico iniciado com a vinda e permanência dos portugueses no Brasil desencadeou uma intensa exploração da Mata Atlântica com a ocorrência de vários ciclos: derrubada do Pau-Brasil, plantio da cana de açúcar, extração de ouro, carvão vegetal e madeira, plantação de café, pastagens, produção de papel e celulose, assentamentos de imigrantes europeus, construção de rodovias, barragens e por fim intenso processo de urbanização.

O impacto causado por esses diversos empreendimentos e com a contínua devastação dos seus remanescentes florestais resultou na drástica redução da sua biodiversidade original, além de séria ameaça de extinção a esse ecossistema. Essa dinâmica de ocupação da Mata Atlântica²³ efetuada pela sociedade emergente afetou profundamente a vida dos povos originários que habitavam e habitam tradicionalmente esse espaço.

Ladeira (1989, 2004) discorre que a presença dos Guarani junto à Mata Atlântica é evidenciada por diversas fontes históricas que fornecem provas contundentes sobre a sua relação com esse bioma, que simbólica ou praticamente permite sua sobrevivência, de onde se mantém uma intrínseca relação de dependência cultural e econômica com esse habitat. A reprodução cultural dos Guarani só pode acontecer conjugada com a Mata Atlântica, porque segundo a autora citada, esse bioma é o habitat natural dos Guarani, onde buscam fundar suas aldeias como pontos estratégicos e vitais da sua organização sócio-cultural.

Um considerável acesso a informações que auxiliam na indicação de locais de antigas ocupações indígenas em Santa Catarina, são aquelas advindas de fontes etnográficas que revelam importantes elementos que corroboram com os dados arqueológicos e históricos levantados, haja vista que os conhecimentos dos Guarani contemporâneos acerca do

²² Essa rota milenarmente trilhada pelos indígenas é hoje conhecida como caminho do Peaberu. Para maiores informações ver: BOND, R. **A saga de Aleixo Garcia: descobridor do Império Inca**. Fpolis: Insular, 1998.

²³ O bioma Mata Atlântica apresenta diversas formações vegetais na costa litorânea sofre contínua devastação de seus remanescentes florestais, ocasionando a perda quase que total desse ecossistema, que conta atualmente com apenas 7% do total das florestas originais intactas, o que o torna um dos mais ameaçados de extinção do mundo. Apesar deste quadro, ainda assim contém uma das maiores biodiversidades do planeta. Fonte: <<http://mapas.sos.ma.org.br/dados/>>.

meio ambiente dão conta de indicar que a presença de certos manejos florestais foram efetuados por sociedades guarani pretéritas, ou expresso do seu modo como “terra dos nossos antigos”.

Neste sentido, Darella (2004:149) cita o levantamento realizado em 1991 pela antropóloga Maria Inês Ladeira, autora do relatório: “Aldeias Guarani no Litoral de Santa Catarina”²⁴, documento que apresenta farto material comprobatório da presença dos Guarani em diversos municípios catarinenses, foram decisivas para o processo demarcatório das primeiras áreas Guarani em Santa Catarina.

Outra forma de abordar o direito dos Guarani à terra se dá num contexto que fornece claras indicações da imposição do poder dominante a esse povo através das migrações forçadas, reduções jesuíticas, assentamentos em reservas e demais imposições, abrangendo as dimensões históricas, culturais e sociopolíticas.

As palavras de Viveiros de Castro (2006) esclarecem que os laços históricos comprovam a continuidade da implantação territorial da comunidade em relação à situação existente no período pré-colombiano, como “a idéia de território tradicional, da terra imemorial, [sendo] impossível não reconhecer a importância disso”. Em relação à dimensão cultural, ela fornece o contexto onde os mitos e rituais religiosos são exercidos. E por último, a dimensão sócio-política decide a forma como a comunidade se manifesta “como corpo socialmente diferenciado dentro da comunhão nacional” (VIVEIROS DE CASTRO, 2006:12).

O movimento empreendido pelos Guarani no sentido de reivindicarem terras no estado de Santa Catarina ampara-se num direito tradicionalmente constituído, posto que Brighenti (2005:52) ressalta ainda que além do direito ao acesso a locais ambientalmente propícios à manutenção da cultura guarani, esse povo “tem uma contribuição extremamente relevante no tocante à convivência com o meio ambiente justamente por compreendê-lo na sua complexidade”. Medeiros (2006) reforça que a regularização fundiária de terra tradicionalmente ocupada configura-se como direito originário do povo Guarani garantido constitucionalmente, sendo a luta pelo reconhecimento e demarcação das atuais áreas ocupadas constitui-se uma estratégia política essencial para a sobrevivência desse grupo.

Em suma, o texto jurídico aliado às comprovações históricas, arqueológicas e etnográficas acerca da presença pretérita do Guarani no

²⁴ LADEIRA, M. I. **Aldeias Guarani do litoral de Santa Catarina**. Relatório CTI, São Paulo, 1991.

estado catarinense, legitima o processo atual de reivindicação por espaços propícios à manutenção e reprodução de sua cultura.

3.1.4 Situação Fundiária

A Constituição Federal de 1988, no Artigo 231 reconhece “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.” No parágrafo 1º desse mesmo artigo é definida Terra Indígena (TI) como uma categoria jurídica com a seguinte descrição:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar e as necessárias a sua preservação física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Dessa forma, as Terras Indígenas guarani em Santa Catarina²⁵ são aquelas em processo demarcatório, finalizado ou não. A demarcação de Terras Indígenas no Brasil ocorre a partir de um processo administrativo²⁶, sob a responsabilidade da FUNAI, que institui um Grupo Técnico (GT) encarregado de desenvolver Estudo Antropológico e Fundiário sobre a área analisada, cujas conclusões serão emitidas em Relatório Circunstanciado.

A etapa seguinte prevê a aprovação pela FUNAI do resumo do relatório, com a delimitação da TI e publicação nas Imprensas Oficiais da União, Estado, Município e demais interessados, sendo aberto prazo do contraditório. Analisadas as alegações pela FUNAI, cabe ao Ministério da Justiça a emissão de parecer e declaração da TI. Posteriormente ocorre a demarcação física, a homologação e o registro na Secretaria de Patrimônio da União e cartório (s) imobiliário (s) como Terra Indígena. De acordo com essas decisões estabelecidas legalmente, caberá à FUNAI o pagamento das benfeitorias e ao INCRA a promoção

²⁵ Ver a relação das Comunidades Guarani de Santa Catarina no anexo.

²⁶ Segundo o Decreto 1775, de 8 de Janeiro de 1996.

do reassentamento dos não-índios que eventualmente estiverem ocupando as terras tradicionalmente indígenas.

Vale ressaltar que a promulgação da Constituição Federal reconheceu e regularizou o uso de terras indígenas, garantindo como direito originário a sua posse e usufruto exclusivo, embora sem o direito de propriedade porquanto estas terras são bens e patrimônios da União.

No caso das recentes aquisições de terras através de verbas oriundas de medidas mitigadoras advindas de estudos de impactos sócio-ambientais, para as comunidades dos municípios de Imaruí (Aldeia *Marangatu*, 2000); Biguaçu, (Aldeia *Itanhaén*, 2007); Canelinha, (Aldeia *Kuri'y*, 2008) e Major Gercino, (Aldeia *Vy'*, 2008) advêm indagações complexas pelas lideranças indígenas. Alguns se mostram contrários, pois entendem que adquirir terras por medidas compensatórias enfraquece o direito indígena exposto na Constituição Federal.

Por outro lado, há aqueles com uma visão mais pragmática que perceberam essa via como válida e com efetivo poder de prover áreas para o Povo Guarani, como ficou demonstrado com a compra de terras para o estabelecimento das comunidades citadas.

A regularização fundiária no estado de Santa Catarina reitera as falas guarani, quando estes expressam que seu principal anseio é por terra onde possam exercer a plenitude de suas tradições, ou expresso em seu próprio idioma: “*ore roipota yvy porã*: nós queremos/precisamos terra boa”. Darella (2004:3) traduz essa expressão como sendo: “afirmação que solicita deferência, por ser portadora de sentido mitológico-cosmológico-ontológico, fundamento que deságua na reivindicação fundiária e em procedimentos (...) concernentes ao processo demarcatório.”

A apresentação do panorama das áreas indígenas legalmente inseridas no estado catarinense indicam um direito histórico de ocupação de terras propícias à manutenção do modo de vida tradicional dos Guarani, alicerçando-se em dados que demonstram inseparabilidade de se viver a cultura distante de um habitat²⁷ que propicie a plena vivência de suas tradições.

²⁷ Conceituando a palavra habitat, encontra-se que é: total de características ecológicas do lugar específico habitado por um organismo ou população (FERREIRA, 1986).

3.1.5 Reflexões acerca do significado mitológico presente na arquitetura Guarani

No sentido de ampliar a compreensão sobre a visão de mundo do *Mbyá-Guarani*, entende-se que os estudos sobre narrações míticas desse povo asseguram o avanço nesta direção, contudo este tópico não tem a pretensão de aprofundar tema tão complexo. Os dados aqui salientados buscam elucidar apenas alguns aspectos dos relatos míticos relativos à estrutura do ambiente construído como a representação simbólica do seu mundo, conforme a interpretação dada pelo arquiteto Carlos Zibel Costa (1993:114) para os mitos da tradição original guarani como sendo: “Mitoses são aspectos que tem ligação direta com o conceito guarani de espacialidade –*tecoá* –lugar onde se pode realizar a cultura guarani – *teco*.”

De acordo com Littaif (1996)²⁸ os mitos guarani são narrativas que envolvem a criação e destruição de mundos, onde convivem deuses, animais, plantas e seres humanos. Embora revelem a busca por um sentido e significado para sua existência, esse conhecimento, por muitas vezes, não consegue ser interpretado pelo pensamento lógico e racional. Dessa forma, a leitura de narrações mitológicas oriundas de culturas tradicionais distintas permite entender que a função do mito é prover um sentido e um objetivo à vida de cada indivíduo.

Segundo Campbell (2007), os mitos são expressos em símbolos, a partir de verdades universais oriundas das experiências ancestrais de um povo que dão sentido à sua existência e permitem conexão com acontecimentos atemporais (CAMPBELL, 2007).

As investigações desse autor denotam que enquanto a idéia básica por trás de um mito é universal, os símbolos e a linguagem do mito variam de povo para povo. Da mesma forma, Samuels (1993) defende que algumas sociedades possuem estórias que são repassadas oralmente desde tempos imemoriais que falam da criação do mundo e o lugar das pessoas nele.

Reforçando esse saber, Carl Jung (2006:297) descreve uma conversa que teve com *Ochwiay Bianco* (lago da Montanha), um chefe índio de *Taos Pueblo*, do estado norte-americano do Novo México, quando estavam sentados no topo do *Pueblo*, a mais de 2000 metros de altura acima do nível do mar. Olhando para o círculo de montanhas ao

²⁸ Para um aprofundamento a respeito dos mitos Guarani ver a tese desse autor publicada em 1999.

seu redor, *Ochwiay Bianco* apontou para o sol e disse com grande emoção:

Aquele que se move lá em cima não é o nosso pai? [...] Nós somos um povo que vive no topo do mundo; nós somos os filhos do Pai Sol, e com nossa religião nós ajudamos diariamente o nosso pai a atravessar o céu. Não fazemos isto por nós, mas por todo o universo. Se deixássemos de praticar a nossa religião, em dez anos o sol não se levantaria mais. Então seria noite para sempre.

Texto semelhante a este foi relatado pelos Guarani da aldeia *M'Biguaçu* para Oliveira (2009:84), que apresenta a seguinte versão:

Contam que todas as manhãs quando o sol nasce no horizonte, existe em algum lugar pelo menos um Guarani rezando para *Nhamandu Miri*, divindade que representa o sol. Segundo a tradição, o dia em que não houver nenhum Guarani rezando ao nascer do sol, este mundo acabará.

Nas sociedades tradicionais, mitos como este, cujas ações cotidianas adquirem um significado cósmico e se unem ao movimento do universo, conferem um sentido e um objetivo profundos à vida. Quando os mitos principais de uma cultura desaparecem ou perdem o significado, o povo pode perder sua energia e direção, visto que, o efeito mais importante de um mito é despertar e orientar as energias vitais dos seus indivíduos (SAMUELS, 1993).

No que tange a sua arquitetura, a cultura guarani contém narrativas mitológicas proferidas pelos ancestrais que se referem à utilização de determinadas espécies vegetais nas edificações, advindas do mito da criação do mundo, que originalmente foi sustentado por árvores cósmicas primordiais, ofertadas aos *Mbyá* para a construção de suas casas.

Na visão de mundo dos Guarani, Costa (1989) percebe que na organização do Cosmo há uma possibilidade de estabelecer uma relação entre o Homem, a Terra (ou seja, a Natureza) e o mundo celestial. A observância a essas normas tradicionais estabelece certos rituais na vida prática, que definem desde a abertura de uma clareira na floresta ou a

implantação de uma roça de milho, até a construção de uma simples habitação ou da Casa de Reza - *Opy*, *lócus* religioso das comunidades.

Dessa forma, o autor verifica que em toda construção realizada segundo os preceitos da tradição cultural dessa etnia, há uma busca em estabelecer uma ligação entre o que se pode designar de três mundos: a Terra, o submundo (o que está abaixo da Terra) e o Céu (que está acima dela). Uma sociedade tradicional vê sua arquitetura como a expressão material dos ritos realizados sobre o conhecimento dos seus mitos “e são estes mitos, que fornecem a base e o ‘desenho’ que essa estrutura a ser estabelecida obedece” (COSTA, 1989:124).

Partindo de sua experiência, Darella (1999) encontra nos relatos dos mitos guarani compilados principalmente por Cadogan (1992)²⁹ representações de um universo simbólico materializado na importância conferida a duas árvores: palmeira e cedro, ou em guarani, *pindó* e *yary*, utilizadas principalmente nas edificações tradicionais.

A autora busca fundamentar a centralidade presente na cultura material guarani dessas duas espécies vegetais nas obras do filósofo Mircea Eliade³⁰ quando expressa que a percepção de que o pilar central de uma habitação é o “centro do mundo”, o arquétipo de uma árvore sagrada cujos significados primordiais podem incluir as seguintes concepções: “[...] o centro do mundo, *axis mundi*, pilar cósmico, pilar do mundo, eixo do universo, sustentáculo do cosmos, ponto de apoio, comunicação com o céu, representação da vida inesgotável” (DARELLA, 1999:5).

Seguindo essa proposição, Costa (1989) infere que na mitologia guarani o significado do *pindó* representa o elo de ligação entre o Céu e a Terra, sendo que as raízes dessa palmeira estão fixadas na Terra e a sua copa encontra-se no Céu. Ou seja, as folhas do *pindó* são a própria cobertura das casas tradicionais guarani, que por analogia representa uma abóbada celeste, conferindo amparo e proteção aos seus habitantes.

As narrativas, as práticas rituais e a reflexão filosófica expressas nos mitos dos *Mbyá*, demonstram existir uma profunda dimensão cosmológica, um pensamento extremamente elaborado sobre a origem,

²⁹ CADOGAN, L. *Ayvu Rapyta. Textos míticos de los Mbyá-Guarani Del Guairá*. Assunción: Biblioteca Paraguaya de Antropología: Fundación “Leon Cadogan”: CEADUC-CEPAG, 1992.

³⁰ ELIADE, M. *Mefistófeles e o Andrógino. Comportamentos religiosos e valores espirituais não-europeus*. SP: Martins Fontes, 1991.

_____ *Imagens e símbolos*. SP: Martins Fontes, 1996.

_____ *Tratado de história das religiões*. SP: Martins Fontes. 1998.

as características e o destino da existência no mundo terrestre e no universo (SOUZA *et al.* 2007). Segundo as lendas da criação da terra, no momento que *Nhande Ru*³¹ criou a primeira terra *Yvy Tenondé*, assentou-a sobre cinco palmeiras azuis, *pindovy*. Uma colocada no futuro centro da terra, as outras quatro demarcando os pontos cardeais: uma na morada de *Karai* (orientes), uma na morada de *Tupã* (poente), uma na origem dos bons ventos (norte e nordeste) e uma nas origens do tempo (sul) (DARELLA, 1999).

Estabelecendo uma ligação com essas histórias míticas, Hamphrey & Vitebsky (1997) relacionam o significado cosmológico representado pelo pilar na arquitetura das sociedades tradicionais como o de um eixo cósmico arquetípico evidenciado muitas vezes na forma de totens que possuem a função de manter a ligação da comunidade com os mundos espirituais.

Neste sentido, aventa-se que nas manifestações materiais de culturas tradicionais pode ser percebido um profundo comprometimento com certas qualidades conferidas aos materiais utilizados, mais frequentemente verificado com o significado atribuído às árvores que proporcionam não somente a matéria prima, mas também uma imagem reintegradora do contexto simbólico Céu-Terra.

Do mesmo modo esse aspecto é verificado na materialidade expressa nas habitações tradicionais guarani que, como foi visto, são utilizados certos elementos vegetais vinculados ao seu universo mitológico, os quais proporcionam a proteção espiritual e reafirmam a importância do âmbito ritualístico para essa sociedade.

Estes procedimentos impregnados de significados sagrados resultam na valorização e na busca pela manutenção da sua espacialidade tradicional.

³¹ O termo guarani *Nhande Ru* ou também *Nhanderu ete*: nosso Deus verdadeiro, o criador do mundo. A mais sagrada divindade para os Guarani.

3.1.6 A importância do fogo: o foco no cotidiano guarani.

Em várias sociedades tradicionais a presença do fogo transcende ao uso dado para o cozimento dos alimentos e adquire uma utilização simbólica em cerimônias e rituais com finalidades de proteção e contato com o espiritual. Na cultura guarani, Schaden (1969, 1974) aponta haver um sentido religioso na observância de muitos preceitos tradicionais e o costume das famílias assentarem-se em torno do fogo, como um foco a partir do qual os valores transmitidos através das histórias contadas de geração em geração, se constitui o principal deles.

O escritor guarani *Tataendy Antunes*³² (2008:19) relata dentre algumas estórias e lendas do seu povo, narradas por seu *xeramõi* (avô) ao redor do fogo, a importância mítica desse elemento: “[...] o fogo dessa aldeia era um fogo puro, sagrado, santo”, considerado como uma dádiva divina que confere poder e proteção aos Guarani.

Há uma grande quantidade de mitos sobre a origem, o valor e o poder do fogo na cosmologia guarani. Noelli (1993) referencia Cadogan (1978)³³ para demonstrar que a reprodução da cultura guarani se deu fundamentalmente através da repetição da palavra, tradição que ocorria com o convívio íntimo ao redor dos fogos. Cadogan afirma que quanto mais pudessem estar próximos de “*los asientos de fogones*”³⁴ mais se poderia comprovar a importância que era dada à reprodução e manutenção das tradições culturais (NOELLI, 1993:16).

A relevância desse costume é ressaltada na palavra guarani *tatapy* ou assentos de fogueiras, tradicionalmente utilizada para denominar um *tekoá*, ou o lugar onde se pode viver a plenitude do sistema guarani (CICCARONE, 2001:227³⁵ citada por DARELLA, 2004: 79).

Mauss (1974) acrescenta que nas sociedades tribais, o fogo sempre foi um instrumento de proteção muito considerado, não somente por desprender calor e espantar insetos durante as noites, mas também, conforme suas crenças, o fogo tem o poder de afugentar maus espíritos. Durante muito tempo o fogo necessitou ser conservado, dado que esse

³² Professor da Escola de Ensino Fundamental da Comunidade do Morro dos Cavalos, Palhoça, SC.

³³ CADOGAN, L. Asiento de fogones (fragmento de uma autobiografia). In: Augusto Roa Bastos (Org.). *Las Culturas Condenadas*. México D. F. Siglo XXI. PP. 27-31.

³⁴ Assentamentos de fogos.

³⁵ CICCARONE, C. T. *Drama e sensibilidade. Migração, xamanismo e mulheres Mbya guarani*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC/SP, 2001.

autor entendia ser interessante incluir nos estudos de etnologia os procedimentos efetuados por essas sociedades para manter a conservação desse elemento.

Neste sentido, Cooper (1987) distingue dois processos utilizados pelos antigos indígenas para acender o fogo, podendo ser por fricção ou por percussão, tendo esses dois modos grande capacidade de improvisação e eficácia. E nesses casos, acrescenta, havia o cuidado de não deixá-lo se extinguir, sendo “mantido aceso dia e noite” (COOPER, 1987:114).

Também os apontamentos da viagem de Hans Staden ao Brasil na década de 1550 relatam o modo como os indígenas produziam fogo, através da fricção de dois pedaços de madeira de *ubaçú-iba* previamente secos. Essa operação, de atritar os pedaços de madeira um sobre o outro produzia um pó que se aquecia e gerava fogo.

A figura a seguir é uma xilogravura do século XVI que retrata a produção de fogo pelos indígenas.



Figura 7: Produção do fogo através do processo de fricção
Fonte da imagem: Staden ([1557]1974:60)

Segundo Velthen (1987) a utilização do fogo para o cozimento de alimentos é feito com um arranjo simples de achas de lenha dispostas no chão, onde as panelas são colocadas por cima das brasas, ou ainda, no caso de certos alimentos, são assados diretamente nas brasas. A autora aponta que o fogo também exerce a função de aquecer e iluminar a casa indígena, além de ser muito utilizado na confecção e decoração com pirogravura dos artesanatos em madeira.

Mello (2006) relata que os membros de uma família extensa costumam compartilhar o mesmo espaço onde se situa o fogo de chão durante as conversas no início da manhã, para tomar chimarrão, “observar o nascer do sol, lembrar em *Nhanderú* e *Nhandectchi* e dar início às tarefas do dia” (MELLO, 2006:39). A autora descreve que observou em suas pesquisas numa aldeia guarani, os hábitos matinais vivenciados pelos membros de uma família extensa que desfrutavam deste momento ao redor do fogo para compartilharem seus sonhos e acompanharem atentamente a interpretação dada pelos anciões a essas experiências oníricas.

Para os Guarani, os sonhos são percebidos como significativas mensagens advindas das divindades que dependendo do seu conteúdo, podem ter repercussões no cotidiano da família ou até mesmo de toda a comunidade. Do mesmo modo Souza et al (2007:32) descreve que ao longo do dia os *Mbyá* se reúnem ao redor do fogo de chão, em: “[...] rodas de conversação, acompanhadas pelo sorver do mate (*ca’ay*) e pelo saborear das baforadas de cachimbo (*petyngué*) além do consumo compartilhado dos alimentos.” Esse costume indica que o fogo é um espaço de integração das famílias Guarani:

[...] índio Guarani tem que viver junto do fogo. Se apagar o fogo é muito triste. No nosso sistema³⁶ tem que ter fogo, fazer a roça, juntar a lenha. No nosso sistema de dia e de noite sem fogo não pode ficar. Tem que ser junto do fogo e água (Francisco Timóteo Kirimaco)³⁷.

Noelli (1993) esclarece que investigações arqueológicas realizadas em sítios guarani comumente identificam áreas contendo vestígios de fogo, que podem apresentar distintas conformações, como fogueira ou fogão, conforme tenha sido seu uso principal, localizados em três áreas bem definidas: dentro da estrutura de habitação, fora da estrutura de habitação e dentro das estruturas anexas.

Por sua vez, Humphrey e Vitebsky (1997:20) ao estudarem a arquitetura sagrada vernacular presente em várias sociedades tradicionais ao redor do planeta, verificaram que em muitas delas a casa doméstica também é considerada sagrada, sendo que o fogo constitui o

³⁶ Os Guarani utilizam a palavra sistema para designar o seu modo de vida, seus costumes tradicionais. A significação dos termos guarani tekó: sistema e *nhanderekó*: nosso sistema.

³⁷ In: DARELLA, 2004:78.

centro da vida familiar, protegendo “de impurezas e ações agressivas e simboliza a continuação da vida familiar.” Sua presença reforça a compreensão religiosa e as crenças através de um significado que é simultaneamente doméstico e sagrado.

Em relação ao sagrado universo da vida em família, Darella (2004:97) busca em Ciccarone (2001) “a identificação indígena da sociedade com o feminino”, entendendo haver uma “profunda imbricação entre fogo, alimento e mulher [posto que,] (...) guardar o fogo do alimento e dos rituais é função da mulher.” A autora também esclarece que há uma clara distinção quanto aos vários usos do fogo praticados pelos *Mbyá*, acrescentando além das funções já mencionadas, o uso do cachimbo *petynguá* nos ritos cerimoniais.

Neste sentido, Zanin (2006) acrescenta que o uso do fogo dentro das habitações tradicionais dos *Mbyá-Guarani* exerce várias funções, uma vez que além de aquecer o ambiente nos períodos frios do inverno, a fumaça protege as sementes do ataque de insetos e forma uma película protetora nas folhas da cobertura. Da mesma forma ressalta a preocupação dos técnicos que atendem às comunidades guarani quanto à presença do fogo no interior das casas, pois alegam que a exposição das crianças à fumaça pode provocar problemas pulmonares. Contrapondo essa idéia, a autora explica que:

No caso das barracas de lona, esta possibilidade parece mais próxima da realidade, porém no caso das habitações construídas com os materiais naturais e as técnicas adequadas, desenvolvidas e adaptadas ao uso do fogo através de um longo período (pode-se considerar séculos), esta possibilidade já é mais remota (ZANIN, 2006:104).

Também as casas tradicionais que tiveram suas coberturas de palha substituídas por telhas de cerâmica ou amianto³⁸ não comportam mais a presença do fogo de chão em seu interior pela falta de exaustão da fumaça, o que prejudica principalmente as crianças. Percebe-se então que mudanças e adaptações de materiais construtivos industrializados

³⁸ Medida efetuada em razão da exigência da companhia de eletrificação rural e do Programa Luz para Todos que obrigam a mudança de cobertura tradicionalmente utilizada para a instalação da rede de energia elétrica.

acarretam a perda do conforto térmico original e requerem novos usos ao ambiente doméstico com a descontinuidade dos hábitos tradicionais.

Outro importante uso dado ao fogo é observado na produção agrícola efetuada pelos Guarani, com a prática de corte e queima da vegetação para preparar o terreno para o plantio. Este processo é descrito por Medeiros (2006:58) como fazendo parte de uma técnica tradicional guarani que envolve a seguinte seqüência de manejo: “Corte/derrubada da vegetação, queima da biomassa, plantio, colheita e pousio (abandono da área cultivada até que a cobertura vegetal nativa se restabeleça no local, seguindo uma sucessão lógica).”

Felipim (2001) esclarece que essa técnica é chamada de roça de coivara, itinerante ou rotativa e, longe de trazer prejuízos ao solo, configura-se como importante aliada para a manutenção da diversidade biológica. “Só agora, biólogos e agrônomos reconhecem que o sistema de lavoura indígena é mais complexo e, de um modo geral, melhor adaptado às condições tropicais do que se supunha” (POSEY, 1987:21). Ou seja, essa técnica milenar reflete grande conhecimento dos ciclos da natureza com a promoção de efeitos positivos para a conservação do solo.

Assim, a presença do fogo no sistema tradicional guarani apresenta uma significação pragmática conforme descrição dos vários usos: cocção de alimentos, aquecimento, conservação das sementes, iluminação e manejo agrícola, todos fundamentais para a manutenção da existência material desse povo. Foi reafirmado o significado simbólico desse elemento com seu uso restrito a cerimônias ritualísticas que adentram a esfera do sagrado, conferindo cura, proteção e comunicação com o panteão das divindades Guarani.

3.1.7 A concepção espacial como símbolo da organização social indígena

Tendo em vista ser possível ressaltar o fato que entre todas as sociedades indígenas, a organização espacial reflete a sua concepção de mundo e se justifica por certas formas de comportamento, distintas de povo a povo. Se as regiões habitadas são semelhantes em termos ecológicos, isto não significa que haverá soluções idênticas em termos de padrão de estabelecimento.

Esse conceito é defendido por Milton Santos (1991), segundo o qual a configuração territorial ou espacial é dada pelo arranjo sobre o território dos elementos naturais e a dinâmica social ou o conjunto de variáveis econômicas, culturais e políticas que definem uma sociedade em um dado momento. Ou, em suas próprias palavras:

O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está exatamente na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado [pois] uma das características [desse] espaço habitado é a sua heterogeneidade: a enorme diversidade qualitativa sobre a superfície da terra, quanto a raças, culturas, credos e níveis de vida (SANTOS 1991:40).

Para melhor esclarecer o estabelecimento formal peculiar de cada sociedade, pode-se descrever o padrão circular das comunidades Jê, encontradas no Parque Nacional do Xingu, Brasil Central, sendo um exemplo clássico as aldeias dos Bororo. As pesquisas de Lévi-Strauss nos anos de 1950 descrevem que a mudança na forma tradicional de configurar o espaço resultou em desajustes no seu cotidiano:

A distribuição circular das palhoças em torno da casa dos homens é de tal importância, no que diz respeito à vida social e à prática do culto, que os missionários Salesianos da região do Rio das Garças, rapidamente descobriram que a maneira mais segura de converter os Bororos, consistia em obrigá-los a abandonar a sua aldeia, trocando-a por outra, onde as casas são dispostas em filas paralelas. Desorientados, relativamente aos pontos cardeais, privados da planta que fornece um

argumento para o seu saber, os indígenas perdem rapidamente o sentido das tradições, como se os seus sistemas social e religioso (vamos ver que são inseparáveis) fossem muito complicados, para passarem sem o esquema, tomando patente pela planta da aldeia e cujos contornos são perpetuamente refrescados pelos seus gestos cotidiano (LÉVI-STRAUSS, 1955:270).

Estudos realizados por Costa & Malhano (1987) referentes à morfologia de aldeias indígenas situadas no Brasil Central, descrevem que cada grupo, entre as centenas que vivem nesta vasta área geográfica, apresenta um tipo de configuração global que o diferencia de maneira inequívoca de qualquer outro grupo.

Consideram que o estabelecimento de um padrão geométrico é definido pelo modo como seus habitantes exercem ações sobre o território circundante, através da adoção de soluções que envolvem uma adaptação ecológica específica ao meio ambiente, visando a sua continuidade. De acordo com os autores citados, a apresentação dos resultados indicou ser “impraticável a tentativa de esboçar uma tipologia das aldeias e casas indígenas segundo um critério único, ou critérios complementares, tais como famílias lingüísticas, áreas geoecológicas ou áreas culturais” (COSTA & MALHANO, 1987:87).

E não poderia ser de outra forma, uma vez que o espaço habitado e a concepção que o engendra são frutos de toda uma concepção de mundo, que é único para cada povo (NOVAES, 1983).

De forma geral, foi constatado que a maior parte dos povos indígenas do Brasil Central dispõe as suas casas de modo a dar à aldeia uma forma circular, embora tenha sido observado também que em relação à planta de situação, haja configurações espaciais que apresentam formas retangulares e lineares.

A planta das aldeias circulares, comuns aos grupos indígenas falantes de língua Jê (*Xavante*, *Kayapó*, *Timbira*), como também aos Macro-Jê (*Bororo*), apresentam as habitações de famílias extensas circundando uma praça central, local geralmente ocupado pela casa-dos-homens, onde são desenvolvidas atividades ritualísticas.

As aldeias retangulares, disposição espacial efetivada pelas sociedades indígenas *Assuriní* e *Tupinambá*, bem como de outros grupos pertencentes ao tronco lingüístico Tupi, possuem disposição das casas em torno de um pátio central com forma de “U”, uma variação da aldeia de praça central retangular ou quadrada. A figura a seguir é de uma

aldeia Tupinambá, ilustrada por Hans Staden em 1557 em sua viagem pelo Brasil.



Figura 8: Desenho de uma Aldeia Tupinambá
Fonte da imagem: Staden ([1557] 1974)

Por sua vez, as aldeias que apresentam implantação **linear** são constituídas de alinhamentos de casas paralelas ao rio ou uma estrada. As aldeias dos *Karajá* (Macro-Jê) se configuram com as casas enfileiradas ao longo das margens do Rio Araguaia e do grupo *Omágua*, no Rio Amazonas.

A ilustração a seguir é a configuração de uma aldeia tradicional *Karajá*, às margens do rio Araguaia.

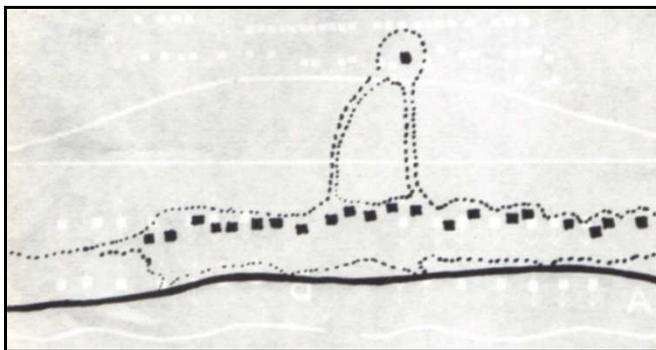


Figura 9: Implantação esquemática de aldeia tradicional *Karajá*
Fonte da imagem: Sá (1983)

Em relação aos grupos Tupi, que abarcam os Guarani, os autores esclarecem que seus assentamentos se estabelecem a partir de pequenos núcleos, cujo elemento constituinte é um pátio em comum.

Essa organização espacial está de acordo com a implantação encontrada nas aldeias dos *Mbyá-Guarani* estudadas, cujas plantas de situação serão apresentadas no capítulo referente ao estudo de caso. A localização da aldeia é determinada pela posição das roças, as quais não devem situar-se a grande distância, para que não se torne penoso o transporte da colheita (COSTA & MALHANO, 1987:29).

Os autores destacam ainda haver grupos amazônicos que configuram seu espaço como uma casa-aldeia, edificação de grandes proporções que abriga um grupo local, caso dos grupos *Tukano*, *Mayoruna*, *Marúbo*, *Pano* e *Yanomami*.

Nessas sociedades indígenas há uma única unidade arquitetônica que acumula as atividades econômicas e a estrutura social. Nela existem espaços definidos, porém não compartimentados: o espaço feminino para atividades domésticas, o espaço junto às paredes reservado para o dormitório e lazer de cada família nuclear, e o retângulo central, amplo e limpo, destinado às cerimônias de conagração social e aos rituais (RIBEIRO, 1987).

Essa grande maloca apresenta na cobertura uma abertura na área central superior para a penetração da luz solar no pátio, conforme demonstra a figura 10.

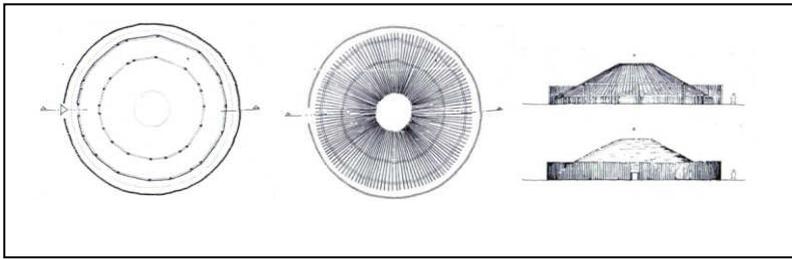


Figura 10: Aldeia-casa *Yanoáma*: Planta-baixa, estrutura do telhado e vistas
 Fonte da imagem: Costa & Malhano (1987)

Darcy Ribeiro (1996) referencia essas edificações como “às soberbas malocas do Rio Negro”, sendo grandes edificações construídas com sólida estrutura e com cobertura que oferecia segurança e proteção contra as fortes chuvas da região. Mediam de vinte a trinta metros de comprimento por oito a dez metros de altura e com estas dimensões proporcionavam um ambiente interno fresco e agradável e representavam excelente adaptação à floresta tropical. Como habitavam neste local todos os membros de uma família extensa, os salesianos alegaram problemas de ordem moral e obrigaram os indígenas a destruí-las, passando cada família nuclear a habitar em pequenas casas (RIBEIRO, 1996:372).

Em se tratando da relação entre comportamento e padrão de assentamento, Malard (2006:44) entende haver uma correspondência entre cada padrão de atividade cotidiana e o ambiente construído “que abriga o evento deixa-se conformar por ele, ao mesmo tempo em que o acolhe e o afeta, [sendo] específico para cada cultura e congruente com a organização social daquele grupo.” A configuração espacial pode advir de uma imagem compartilhada e aceita por todos, embora nem sempre a materialização das peculiaridades étnicas se expresse através de formas geométricas concretas.

Confirmando essa assertiva, as pesquisas de Loch (2004) descrevem a partir de uma abordagem antropológica, as formas de organização espacial praticados pelos *Xokleng*³⁹ na Terra Indígena de

³⁹ Os *Xokleng* que outrora habitavam o planalto sul, possuem um pujante histórico marcado por enfrentamentos, conquista e domínio dos seus territórios. Aqueles que sobreviveram ao intenso massacre passaram a viver em reservas, com seu potencial de mão de obra sendo utilizados em várias frentes de trabalho da sociedade dominante (Santos 1975). Atualmente, os *Xokleng* vivem, em sua maioria, na Terra indígena *Laklanō*, situada no Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina.

Ibirama, situada no município de mesmo nome. Por força do intenso contato interétnico ocorreram significativas mudanças no padrão de assentamento tradicional e atualmente os *Xokleng* vivenciam uma configuração espacial imposta pela política nacional, distante do modo de vida “dos índios do mato”, como se referem aos seus antepassados.

Esse grupo utiliza no seu cotidiano as referências simbólicas para localizar e significar seu território, sendo a partir desses referenciais que se orientam e através deles que contam sua história e, “mesmo com novas configurações espaciais que hoje se apresentam, as antigas continuam vivas, ainda que não seja mais possível percebê-las na sua materialidade e concretude” (LOCH, 2004:39).

O desenho do espaço da aldeia que é configurado pela localização das casas, locais sagrados, caminhos, roças, rios e áreas da mata apresentam características que vão além das condicionantes físicas e tecnológicas, porque sendo particulares de cada etnia, carregam identidade própria em relação aos aspectos físicos e/ou simbólicos.

Nesse contexto, entende-se haver fatores que conferem resposta cultural e relevância cosmológica na organização espacial das sociedades indígenas.

3.1.7.1 Arquitetura Indígena

Uma conceituação de arquitetura aceita de modo geral é aquela que a entende como a arte de criar espaços adequados aos diferentes tipos de atividades humanas, seguindo princípios, normas, materiais e técnicas peculiares a cada local, civilização e época. Estudos contemporâneos esclarecem que toda modificação do meio ambiente praticada pelo ser humano com fins habitacionais ou outras formas de utilização são manifestações arquitetônicas.

Entretanto, esse entendimento nem sempre foi corrente diante do olhar eurocentrista que entendia arquitetura como uma expressão material proveniente exclusivamente de grupos sociais dominantes, com a produção de edificações construídas com materiais duradouros e elaborados sistemas construtivos (COSTA & MALHANO, 1987).

Essa visão limitadora não considerava a arquitetura de palha produzida pelos grupos indígenas no Brasil, que lograram uma satisfatória adaptação ao meio ambiente devido ao largo uso desse material (RIBEIRO, 1987).

Nesse conceito, ainda que a arquitetura indígena apresente características elementares nos seus aspectos formais e construtivos, ela materializa espaços que refletem uma perfeita adaptação ao meio circundante. Essa expressão material ancora uma estrutura organizacional capaz de dar sentido às atividades sociais, espirituais e econômicas de um grupo. Esta constatação é corroborada por Loch (2004) quando afirma que:

[...] a forma dá limites, organiza, simboliza. Ao moldar esse vazio, esse informe que é o espaço, ela estabelece arquiteturas. Na produção e reprodução de si mesma, uma sociedade inscreve no mundo visível suas formas de habitar, de organizar e dispor seus membros sobre o território que ocupa. E por essa criatividade e pela agência que os grupos humanos imprimem na construção de suas moradas, aldeias, vilas, urbes e metrópoles que entendo a arquitetura como arte de construção do espaço. Arte porque está imbuída de significados vinculados a escolhas, gostos beleza, a modos específicos de ser e estar no mundo (LOCH, 2004:11).

A arquitetura praticada pelos povos autóctones revela uma capacidade em propor soluções a suas necessidades de abrigo procedente de uma visão de mundo que inclui a natureza e seus ciclos vitais. A partir de um vasto conhecimento dos materiais do seu meio circundante, desenvolveram tecnologias apropriadas com caráter artesanal, conferindo dessa forma as melhores respostas tanto nos aspectos bioclimáticos quanto de apoio aos seus sistemas de crenças que relacionam a casa tradicional com suas raízes ancestrais.

A característica artesanal das habitações indígenas foi observada por Lévi-Strauss (1955:202) e como a percepção é sempre um processo seletivo de apreensão, esse autor denota um sensível olhar ao descrevê-las:

[...] habitações que pelo seu tamanho se tornam majestosas apesar da fragilidade, empregando materiais e técnicas conhecidas nossas como expressões menores, pois essas residências, mais do que construídas, são amarradas, trançadas,

tecidas, bordadas e patinadas pelo uso; em vez de esmagar o morador sob a massa indiferente de pedras, reagem com flexibilidade à sua presença e a seus movimentos; ao contrário do que ocorre entre nós, estão sempre subjugadas ao homem.

Berta Ribeiro (1987) sustenta que a população rural herdou em grande parte da tradição indígena o modo construtivo e a matéria-prima para as suas moradias. Essa autora apresenta uma fonte do século XIX que atesta essa afirmação e ainda que demonstre o pensamento vigente na época da obra, expressa, contundo, uma admiração pela criatividade e autonomia dos povos indígenas e dos mestiços:

[...] o madeiramento para a casa, o cipó que faz às vezes de pregos, a palha das paredes e teto, proveio, sem quase nenhum esforço da natureza ao redor. [...] é fornecido pela mata vizinha riquíssima variedade de fibras têxteis das palmeiras e bromeliáceas, todas as cordas de que hão mister, a matéria do balaio que lhes serve de baú, do tupé que lhes serve de tapete sob a rede [...] a mata fornece-lhes ainda a caça, o rio, o peixe, a terra e seus frutos (JOSE VERÍSSIMO⁴⁰, 1887: 371 apud RIBEIRO, 1987:105).

As casas tradicionais construídas pelas sociedades indígenas apresentam, via de regra, um único espaço, sem divisórias, onde são desenvolvidas as atividades domésticas. Algumas comunidades constroem abrigos externos para funções diversas, que contam apenas com a cobertura, sem vedações laterais.

As características dessas casas são influenciadas por fatores físicos como o clima, os materiais disponíveis, a topografia, além dos fatores sociais e simbólicos que norteiam a expressão material dessa comunidade.

A adequada resposta ao meio ambiente é reconhecida como uma característica primária da casa vernacular, muito embora Rapoport (1972) esclareça que esse determinismo ambiental seja uma exigência primária, mas não a única. Os aspectos social, econômico, político,

⁴⁰ VERISSIMO, J. As populações indígenas e mestiças da Amazônia, sua linguagem, suas crenças e seus costumes. **Ver. Trim. Inst. Hist. Geogr. Bras.** Rio de Janeiro, p. 295-390, 1887.

religioso, entre outros, também determinam ou condicionam a produção, distribuição, forma e uso da habitação tradicional.

Por sua vez, para Mascaró (2004) uma das características mais importantes nas decisões arquitetônicas é a necessidade de otimizar ao máximo os recursos naturais locais, o que acaba exercendo uma grande influência nas tipologias das edificações vernaculares, levando ao uso racional das formas e materiais de construção.

Esta arquitetura em sentido social e cultural é mais que uma estrutura, é uma instituição, criada para uma completa rede de propósitos, já que construir uma casa constitui fenômeno cultural, sua forma e organização estão muito influenciadas pela herança cultural a qual pertence.

Um correto entendimento sobre o ambiente construído indígena parte do conhecimento sobre as condições naturais (habitat), das atividades econômicas e da organização social, abrange os processos construtivos, o estudo das técnicas e matérias-primas utilizadas, a relação entre forma e função, até se chegar à compreensão dos significados peculiares expressos na cultura material.

O conceito de cultura referenciado nessa pesquisa está embasado no contexto antropológico que defende cultura como comportamentos e ações que um grupo de indivíduos exerce sobre a natureza dentro de uma realidade social. Ribeiro (1987:95) esclarece que cultura “é um modo de produzir, interagir, pensar e simbolizar visando o provimento das necessidades humanas, [...] como o cultivar, habitar e, por extensão, viver; ou seja, um modo de cultivar, uma forma de morar e um jeito de viver.”

Para Silva (2004) a diferenciação construtiva de grupos humanos é decorrente da determinação cultural resultante de fatores como a localização geográfica, a matéria prima, a estrutura e a forma historicamente utilizadas para abrigar fisicamente a existência do grupo. A articulação racional e criativa de um conjunto de elementos materiais permite evidenciar que a etnoarquitetura, como explica esse autor, é o conjunto material e figurado das estruturas espaciais que cada grupo social edifica para abrigar a sua vida cotidiana.

Como uma elaboração espacial da inteligência humana, constituiu-se também no seu universo simbólico e identitário, possibilitando e ao mesmo tempo restringindo a vida cotidiana do grupo, que se adapta sucessiva e crescentemente ao território em que se escolheu viver (SILVA, 2004).

Confirmando essa proposição, os estudos sobre a arquitetura dos povos autóctones da Costa Rica pesquisados por Bricenõ, Chaves e Vasquez (1988) revelam que a morfologia da casa cônica tradicional reflete simbolicamente a cosmovisão daqueles grupos indígenas. A casa tradicional materializa alguns conteúdos simbólicos, como a representação do corpo humano, estando esta moradia intimamente associada ao seu universo mítico, ritual e emblemático. Esses autores esclarecem que as idéias cosmogônicas próprias da cultura indígena têm sido reinterpretadas numa gama de tipologias habitacionais atualmente edificadas, que se afastam do padrão construtivo tradicional, conforme as mesmas se aproximam de áreas de influência da cultura dominante.

Embora ocorra esse processo, a pesquisa encontrou ações que afirmam sua importância enquanto sociedade com uma cultura distinta, através de uma organização social que segue reinterpretando seu universo ideológico com a materialidade da sua expressão construtiva, geralmente construções cerimoniais executadas através de ritual ancestral e com materiais tradicionais. Essas demonstrações permitem elaborar um modelo da cosmovisão indígena, além de fornecer uma clara compreensão sobre a importância que pode ter a arquitetura na vida de um povo.

Em respeito ao conteúdo simbólico das casas tradicionais, as palavras de Reichel-Dolmatoff (1971)⁴¹ citadas por Bricenõ *et al.* (1988:12) elucidam esse significado de maneira quase poética:

[...] todo um sistema simbólico, toda uma rede de referências que dão sentido a uma vida e fazem possível o mundo indígena. Uma casa é muito mais que um mero teto, paredes e um fogão. Uma casa indígena é um modelo cósmico, penetrado de um profundo simbolismo. Cada casa coletiva é uma unidade harmônica de trabalho, de colaboração, de ajuda mútua; é um sistema que dá coesão e segurança; que educa o índio a viver em função do outro, quer dizer, de assumir responsabilidades com a sociedade. (tradução da autora)

⁴¹ REICHEL-DOLMATOFF, G. **Amazonian Cosmos. The sexual and religious symbolism of the Tukano indians.** Chicago: The University of Chicago Press, 1971.

Em suma, as casas tradicionais são produzidas por uma comunidade segundo as suas crenças e tradições repletas de simbolismo oriundo da sua visão de mundo, a somatória desses conhecimentos simbólicos aliados à utilização dos recursos que o meio ambiente oferece apresenta a solução espacial que melhor responde as necessidades cotidianas dessa mesma comunidade.

3.1.8 Espaço simbólico *Mbyá-Guarani: Tekoá e Óo*

Se para os Guarani, a terra onde vivem é denominada *tekoá*, espaço que permite a reprodução das relações econômicas e sociais e do estabelecimento da organização política e religiosa, o conjunto dessas práticas, imprescindíveis para a vivência do sistema tradicional é sintetizado pela palavra *tekó* ou *reko*, para os *Mbyá*.

Desse modo, sem o espaço *tekoá* não se consegue reproduzir o *tekó*, da mesma forma, pode se entender que sem a vivência do sistema tradicional, não se materializa uma *tekoá*, ou ainda, segundo Meliá (1989⁴² citado por LITAIFF, 1996) “sem *tekoá* não há *tekó*”.

Essa expressão tradicionalmente aludida em muitos estudos sobre os Guarani, ainda é a que melhor resume a importância da configuração espacial para esse grupo, simbolicamente materializada na sua implantação: *Tekoá* e nas casas domésticas: *Óo*.

De forma que a definição desses dois importantes termos encerra o referencial teórico a respeito do Povo Guarani, sendo mais adiante retomados quando da caracterização da aldeia *Tekoá Marangatu*, local da pesquisa em campo, cujos resultados são demonstrados por meio de imagens e textos para melhor compreensão do espaço construído pelos *Mbyá*.

3.1.8.1 Implantação: *Tekoá*

Segundo Zibel Costa (1989; 1993), estudos de campo, pesquisas bibliográficas e investigação arqueológica atestam que o padrão de implantação espacial tradicionalmente estabelecido pelos Guarani caracteriza-se por ocupações em “elevação de pouca altura, em áreas de vegetação florestal, localizados em suaves elevações na proximidade do

⁴² Ver referência dessa obra citada no item 3.1.1.

mar, pequenos riachos ou a grandes rios dos vales costeiros.” Conforme esse autor, há uma intrínseca ligação entre algumas tradições culturais dos *Mbyá-Guarani* com o desenho da sua arquitetura, tendo em vista que “o complexo cultural da busca da terra sem mal veicula de modo essencial o conceito guarani de desenho e arquitetura do *tecoá*.”

Esse autor acrescenta ainda que o termo desenho refere-se ao conceito para o qual ele é desígnio-logo, intenção, como também no sentido convencionalmente utilizado como traço-síntese, gráfica ou visual de um programa arquitetônico e discurso técnico sobre a construção do espaço, tendo preferido usar o termo desenho cultural a culturalismo (COSTA, 1993).

Para Soares (1997:16) há uma estreita relação entre a cultura material e a organização social, estando o “parentesco e a organização sócio-política fortemente entrelaçada com as análises sobre espaços, continuidade cultural e reprodução como característica do ethos guarani.”

Reforçando esse entendimento, pode-se perceber que a espacialização guarani ocorre a partir de um ordenamento social. Kus (1983⁴³, citado por SOARES, 1997:30) descreve que “um conceito de espaço deve ser entendido em um contexto social e cultural (...), [porquanto] o contexto cultural inclui não somente o meio físico-ecológico, mas também o contexto social.”

Neste sentido, o modo de implantação de uma comunidade guarani se estabelece em função de uma rede de parentesco, sem a preocupação formal de um desenho geométrico, que se apresente como um traçado comum a toda comunidade dessa etnia, visto que, o centro não é uma localização geográfica literal, mas antes, um conceito simbólico que define o foco dominante.

Desta maneira, como a concepção espacial das aldeias *Mbyá-Guarani* não apresenta um traçado geométrico comum que caracterize esses locais, pode parecer a primeira vista uma ocupação aleatória com a implantação de alguns pequenos núcleos de casas em torno de um mesmo pátio. No entanto, essa forma espacial reflete e mantém a organização social dessas comunidades, com a proximidade de casas segundo a rede de parentesco constituída de famílias extensas compostas

⁴³ KUS, S.M. The spatial representation on space: dimensioning the cosmological and the quotidian. In: Moore, J. Keene, A. S. (Ed.) **Archeological hammers and theories (studies in archeology)**. Academic Press, N. N., 1983. p. 277-298.

em geral, de pai/mãe, filhos/filhas, noras/genros e netos (LITAIFF, 1996).

A implantação desses locais engloba a apropriação de três importantes espaços para a plena vivência de seu sistema sócio-cultural e ambiental: a casa; a área de cultivo de alimentos, que fica ao redor e/ou nas proximidades da casa e o espaço destinado à coleta, pesca, caça, manejo e extração de matéria prima para a construção e o artesanato, localizado nas bordas das áreas de cultivo.

Portanto entende-se o espaço de uma aldeia como um local que permite a vivência das práticas culturais e sociais. Azanha & Ladeira (1988) definem o *tekoá* como sendo “o lugar onde existem as condições de se exercer o modo de ser/estar Guarani”. Os autores acrescentam que os espaços ocupados pelos *Mbyá* estão em constante construção porque constituem um espaço geográfico que contém características simbólicas peculiares dessa etnia.

A partir desse entendimento, pode-se identificar numa aldeia *Guarani-Mbyá* características advindas de uma tradição cultural que se fundamenta no desapego à materialidade com vistas a manter presente a mobilidade territorial, típica desse grupo étnico. Essas comunidades também apresentam algumas variáveis em relação à proximidade de grandes rodovias e locais com presença não-indígena, quanto ao dimensionamento físico, às características ambientais e à situação fundiária, além das diferenças entre aquelas que contam com escola, posto de saúde ou projetos de etnosustentabilidade.

Um forte elemento que se apresenta como diferencial é a personalidade do cacique e até mesmo de sua família extensa, que se reflete na organização político social da comunidade que lidera (DARELLA, 2004).

Litaiff & Darella (2000) apontam que as aldeias guarani presentes no estado catarinense não asseguram os condicionantes físicos necessários para manter o sistema e forma de vida tradicional, devido à insuficiência de recursos naturais específicos, com poucos afluentes hidrográficos, mata nativa praticamente inexistente que dificulta a coleta de material para a construção de suas casas tradicionais e artesanato, para a caça de pequenos animais e para a coleta de ervas medicinais para sua terapia tradicional.

Reconhece-se que essas comunidades estão inseridas numa mata de formação secundária, que impossibilita a total auto-subsistência do grupo segundo suas tradicionais estruturas econômicas e culturais. Além do que, a existência de áreas de preservação ambiental, denominadas

unidades de conservação (UC), próximas às aldeias, como é o caso do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, infere leis ambientais que impedem a presença de populações humanas nesses locais (LITAIFF & DARELLA, 2000).

O povo Guarani das comunidades litorâneas de Santa Catarina vem sendo obrigado a um convívio permanente com situações adversas como a falta de alimentos, moradias e saneamento básico, entre outros problemas típicos de populações que sobrevivem em terras exíguas, algumas à beira de rodovias, sem condições necessárias para colocar em prática o seu modo de vida tradicional.

A vivência de acordo com suas tradições depende diretamente das condições de acesso, manejo e controle de seus recursos produtivos, e de acordo com as falas de muitos Guarani, não se consegue mais viver conforme seu modo tradicional pela diminuição das florestas e seus recursos.

A apropriação desse entendimento permite compreender que a implantação de uma *tekoá*, termo guarani cujo significado transcende o conceito de aldeia, se dá através da apropriação de espaços que contenham as características necessárias à subsistência cultural e ambiental do modo de vida tradicional guarani, o *nhande rekó*.

3.1.8.2 Casa Doméstica: *Óo*

As primeiras referências históricas acerca das habitações guarani provêm dos antigos cronistas que incursionaram pelo sul do Brasil nos primeiros anos da conquista. Esses relatos históricos, embora sucintos em suas descrições, ao serem somados aos estudos arqueológicos, demonstram que as habitações desse grupo indígena abrigavam em seu interior todos os elementos de uma família extensa, tendo, portanto, um tamanho bem superior às construídas atualmente, na qual habita uma família nuclear composta de pai, mãe e filhos.

A ocorrência de modificações no padrão construtivo da casa tradicional guarani é decorrente das modificações contextuais, do contínuo contato intercultural, a ocasionar trocas, mudanças e inovações na tecnologia construtiva.

A visão de Staden (1974:155-156) sobre a habitação dos *Tupinambás*, grupo indígena pertencente à mesma família lingüística dos Guarani, reforça o que foi dito:

Edificam suas habitações de preferência em lugares cuja proximidade tem água e lenha, assim como caça e peixe. Se uma região se exaure, transferem seu lugar de moradia para outro. Quando querem construir suas choças, um chefe reúne um grupo de cerca de quarenta homens e mulheres, [...] sendo usualmente seus amigos e parentes que edificam uma cabana, de mais ou menos quatorze pés de largura, a qual, conforme o número de pessoas que abriga, chega a ter cento e cinqüenta pés de comprimento. Tais cabanas têm mais ou menos duas braças de alto, arredondadas em cima como a abóbada duma adega e cobertas espessamente com folhas de palmeira, a-fim-de que não chova dentro. Não tem divisões no interior. Ninguém tem um quarto separado (...) [porém] cada ocupante tem seu fogo próprio. Cada cabana é provida em geral de três pequenas portas, uma em cada extremidade, e uma no meio. Elas são tão baixas que os índios precisam curvar-se para entrar e sair. Poucas aldeias contam mais do que sete cabanas. Entre estas deixam eles pátio livre [...].

Apesar de ser uma citação extensa, entendeu-se que descrever integralmente esse importante registro histórico, reforça o conhecimento acerca da configuração espacial dos assentamentos indígenas encontrados à época do descobrimento.

Em se tratando de estudos contemporâneos relativos à arquitetura guarani, o arquiteto Zibel Costa (1989) aborda esse tema por meio de uma interface entre cosmologia e arquitetura, numa comunidade *Mbyá* no município de São Paulo. O autor relaciona algumas tradições culturais da sociedade guarani com o desenho da sua arquitetura, entendendo que a produção desta espacialidade se insere no complexo mítico-cultural vivenciado por esta parcialidade indígena. Trata-se de um estudo bastante significativo no que tange a questão que envolve as referências simbólicas na concepção espacial, pois de acordo com o autor, “a casa tradicional é, assim, além do suporte físico, da proteção material e do apoio efetivo e emocional que conhecemos, o lócus adequado à manifestação da parte mais alta da alma Guarani” (COSTA, 1989:263). Esse autor destaca também, em obra posterior, alguns

aspectos referentes ao sistema construtivo, descrevendo didaticamente as técnicas empregadas na arquitetura guarani:

O sistema construtivo guarani baseia-se em um equilíbrio estático dos esteios, cujas forquilhas apóiam os frechais e espigões e suportam o peso de toda cobertura. Todas as peças descarregam o peso verticalmente e encontram-se simplesmente amarradas, assim como o conjunto da cobertura, por ilanas e cipós. Os esteios são travados por travessão em pórtico. A cumeeira normalmente descarrega numa forquilha cujo pontalete se apóia nos travessões dos pórticos ou diretamente no solo de chão batido (COSTA, 1993:121-122).

Em relação às amarrações efetuadas com material de origem vegetal, Costa & Malhano (1987) esclarecem que essa técnica tradicional visa a fixação dos elementos construtivos da estrutura, revestimento e cobertura, destacando duas maneiras de fixar os elementos estruturais. Sendo que a primeira é obtida através do enlaçamento das peças de madeira com cipó, e a segunda técnica executada com um encaixe lateral, sendo que a madeira deve ser ligeiramente escavada a fim de proporcionar um melhor ajustamento entre as peças. Segundo Litaiff e Darella (2000) é utilizada para fins de amarração nas construções e artesanato, a raiz de *imbé* (*Phylodendron selloun*). Da mesma forma, Zanin (2006) esclarece que o uso que os Mbyá fazem da raiz de cipó nas construções tradicionais é similar ao uso do prego utilizado nas construções contemporâneas produzidas pela sociedade nacional.

A matéria prima utilizada predominante é a madeira, cuja apropriação do meio ambiente responde a condicionantes ecológicas e além dessas implicações ambientais, também obedecem aos preceitos simbólicos. Dentre as espécies vegetais utilizadas pelo *Mbyá* na sua arquitetura tradicional, foi visto que Darella (1999) destaca a importância do significado simbólico do *pindó* e do *yary*, a palmeira e o cedro respectivamente, que vão além do aspecto material comumente utilizado como estrutura, vedação e cobertura.

Litaiff & Darella (2000:20) observaram que as habitações costumeiramente encontradas nas aldeias mbyá se caracterizam como pequenas construções com telhados de duas águas, recobertas com travessas de bambu ou finos barotes de madeira e revestidos com folhas

de palmeira. Sua estrutura é executada com troncos de árvores cortados a machado de forma longitudinal, fincados no chão, amarrados a uma travessa no sentido horizontal, com cipó imbé, coletado a partir de técnicas tradicionais.

Os autores citam o depoimento de um construtor *Mbyá-Guarani*, quando faz referência a sua casa tradicional: “[...] essa casa nós aprendemos com nossos avôs, que sempre faziam e passavam pros outros, os mais novos, e assim nunca perde o sistema” (LITAIFF & DARELLA, 2000:20).

Também ressaltam os autores que apesar da vontade dos mais idosos em manter a tradição construtiva, atualmente as comunidades indígenas enfrentam a ausência de matéria prima natural no local para a execução da construção dessas casas tradicionais, e reforçam essa problemática incluindo a continuação do depoimento do *Mbyá* citado:

[...] nós, no caso, fazendo nossa casa tradicional, agente nunca quis fazer uma outra [...] nós sabemos fazer tudo direitinho [...] inclusive minha mãe sempre falou que era mais confortável para nós morar em nossas habitações tradicionais [...] como os brancos moram nas suas habitações [...] é nós do nosso jeito [...] porque nós podemos fazer o fogo dentro da casa e não tem fumaça, sai tranquilamente [...] mas nós não temos como, queremos fazer nossa casa, não tem material para podermos trabalhar hoje nós não temos como, queremos mas não temos como.

A tecnologia utilizada na arquitetura tradicional dos *Mbyá-Guarani* apresenta um sistema construtivo baseado na coleta de elementos vegetais a partir de conceitos culturais que embasam a leitura do ambiente natural, que observa a época do ano, as fases da lua, a disponibilidade do material no entorno, além dos aspectos próprios da sua mitologia. Neste contexto, Felipim (2001) aponta que as práticas de manejo dos *Guarani-Mbyá* estão relacionadas com sua organização sociocultural, e com seus constantes esforços no sentido de manterem o acesso e a conservação dos recursos naturais existentes nas suas aldeias.

O quadro a seguir descreve as espécies vegetais tradicionalmente utilizadas na construção guarani.

Nome Popular	Nome Científico	Nome Guarani
Cedro	<i>Cedrela fissilis</i>	<i>Yary, Yyrya Namandu, Ne'ery</i>
Guajuvira	<i>Patagonula americana</i>	<i>Gwajayvi</i>
Imbé (cipó)	<i>Philodendron selloun</i>	<i>Guembepi</i>
Palmeira	<i>Arecastrum romanzoffianum</i>	<i>Pindó</i>
Taquara	<i>Merostachya clasenii Chusquea ramossina Cuadua trinni</i>	<i>Takuapi Tucuaembo Tuaquarusu</i>

Quadro 5: As Espécies Vegetais mais utilizadas na Arquitetura Guarani.
Fonte: (LITTAIF & DARELLA, 2000)

Mais recentemente, as dissertações de mestrado de Zanin (2006) e Prudente (2007) discorrem sobre a habitação dos Guarani em comunidades do Rio Grande do Sul.

A primeira autora apresenta uma abrangente pesquisa sobre a arquitetura desenvolvida pelos *Mbyá-Guarani* em várias comunidades daquele estado, ressaltando as orientações relativas aos significados simbólicos e culturais presentes nas soluções encontradas, além de descrever o processo construtivo, conforto ambiental gerado por essas edificações e a sua funcionalidade.

Zanin (2006) reconhece ainda que a expressão construtiva Guarani contém importantes características que conferem relevância cosmológica e respaldo cultural. A autora descreve as técnicas, o processo construtivo e materiais utilizados pelos *Mbyá-Guarani*, relacionando estes aspectos formais com os diversos níveis de sustentabilidade atualmente aceitos: ambiental, econômica, cultural, social, política e espiritual.

A partir dessa análise, considera que a arquitetura praticada por eles está entremeada por princípios sustentáveis e conclui que sustentabilidade na visão dos *Mbyá* significa a manutenção do *nhande rekó*, modo de vida tradicional guarani, ou seja, numa vivência sistêmica.

Por sua vez, Prudente (2007) destaca uma comunidade *Guarani-Mbyá* situada no interior do Rio Grande do Sul, que utiliza o xaxim (*samambaiçu*) como elemento de vedação para as suas moradias. Esta interessante solução arquitetônica é proveniente de comunidades da

Argentina, sendo reproduzida pelos Guarani naquele espaço, devido ao material ser facilmente encontrado na região.

Este local, que está distante dos centros urbanos, insere-se numa região de abundantes recursos naturais, em uma extensa área da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica daquele estado.

Dentre as várias características peculiares desta tipologia construtiva analisadas pela autora, cabe ser destacado o padrão de conforto ambiental que esse material construtivo propicia, devido à espessura das paredes que gera grande inércia térmica, traduzida por agradáveis temperaturas internas durante todas as estações do ano.

Desse modo, entende-se que a ocupação espacial efetuada pelos Guarani reflete o modo como se organizam suas relações político-sociais que são condicionadas pelo ambiente que lhe dá suporte. Ou que a configuração espacial é determinada pela soma de fatores como a organização social, os hábitos culturais, as crenças, além é claro das condicionantes do meio circundante.

Ao final da revisão bibliográfica que apresentou a visão de respeitáveis autores referente ao vasto universo do povo Guarani, apreende-se como fundamental para entender a sua arquitetura o conhecimento das condicionantes naturais que englobam o seu habitat, assim como as suas atividades econômicas e organização social. Interessante também observar nesta sociedade, a relação da habitação com as raízes ancestrais que permeiam a concepção do cosmo, a natureza e seus ciclos.

3.2 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Este tópico apresenta uma revisão bibliográfica relacionada à habitação social, descrevendo brevemente o processo histórico das políticas públicas habitacionais no cenário brasileiro. Além dos aspectos políticos, discute a qualidade do projeto da habitação social referente aos requisitos necessários à habitabilidade dessas edificações e ainda, apresenta a visão de autores que defendem a incorporação dos conhecimentos acadêmicos ao universo das decisões políticas desse setor.

Cabe ressaltar que neste trabalho o termo Habitação de Interesse Social – HIS referencia de forma geral moradias executadas através de políticas públicas para a população de baixo poder aquisitivo, sem adotar diferenciações quanto a sua localização, urbana ou rural, nem quanto às especificidades étnicas de seus moradores.

O contexto desse referencial teórico é finalizado com a discussão sobre estudos que auxiliam na compreensão do modo como a interferência das configurações espaciais se reflete no bem estar humano. A base conceitual insere-se no âmbito da psicologia ambiental, com a apresentação da visão de autores que fornecem indicativos referentes aos significados simbólicos do ato de morar, seguindo na direção de fornecer subsídios a propostas de projetos habitacionais sociais mais adequadas à população usuária.

3.2.1 Políticas Públicas Habitacionais: breve histórico desse processo no Brasil.

Explicar sobre as políticas habitacionais desenvolvidas no Brasil implica primeiramente numa compreensão, mesmo que sucinta, dos contextos histórico, econômico e tecnológico presentes na urbanização das principais cidades brasileiras. O entendimento deste tema, brevemente referenciado em diferentes épocas, permite visualizar o papel exercido pelo Estado ao longo deste processo culminando nos dias atuais.

A partir do século XIX o contínuo êxodo rural acarretou uma crescente demanda por moradias nos grandes centros urbanos, tendo a iniciativa privada tomado a frente e transformado esse déficit numa

oportunidade de lucro, com a produção de precários locais conhecidos como “cortiços”, sub-habitações alugadas para famílias que ansiavam por moradia. Esses espaços inadequados para habitação desencadearam graves problemas de saúde pública, com necessidade de interferência do Estado, que entendeu ser a questão habitacional um problema social, adotando medidas legais para a produção e a manutenção das moradias populares (BONDUKI, 1998).

A crescente industrialização das grandes cidades brasileiras na década de 1930 atraiu mais ainda grandes contingentes de trabalhadores para atuarem nesse setor, cabendo inicialmente aos empresários a produção de tetos para seus funcionários. Com a era Vargas e sua ênfase à causa das classes trabalhistas, a construção de Habitações de Interesse Social concentrou-se nas mãos do Estado, que assumiu o encargo de prover moradias para a população de baixa renda através de financiamentos públicos.

Nesse período são criados os Institutos de Aposentadoria e Pensão – IAPs, responsáveis pela construção de vários conjuntos habitacionais, favorecendo os trabalhadores organizados em empregos estáveis, deixando aqueles desprovidos de vínculos empregatícios excluídos desse sistema (BONDUKI, 1998).

A produção de moradias para os trabalhadores através da implementação das chamadas Vilas Operárias, continha um forte apelo “à difusão da família nuclear como unidade moral para a construção da sociedade e a casa própria como símbolo de progresso” (PALERMO, 2009:31).

Essa intervenção governamental caracterizou-se na primeira fase pelo enfoque estritamente social dessas intervenções e, ao longo do processo, foi modificando seu caráter com a adoção de diretrizes técnicas e econômicas aos projetos arquitetônicos, acarretando como consequência a perda da qualidade projetual nas habitações sociais (FARAH, 1998).

Segundo Bonduki (1998) a intervenção estatal foi fundamental para assegurar as condições mínimas de habitabilidade nas moradias e na garantia de aluguéis justos e compatíveis. Esse autor acredita que o forte papel exercido pelo Estado na produção das moradias populares deste país difundiu o conceito que o setor público era o único responsável, tendo o dever de prover a casa própria aos trabalhadores urbanos com preços acessíveis a sua renda. A prática demonstrou, no entanto, que a administração da política pública estatal não atingiu os objetivos pretendidos.

Um marco importante na história da política habitacional brasileira foi a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH, órgão público instituído com a incumbência de promover a construção e a aquisição da casa própria para a população inserida na faixa de renda mensal entre 1 a 3 salários mínimos. Apesar dessa premissa, durante sua vigência, entre os anos de 1964 a 1985, do total de residências financiadas, apenas 26% destes financiamentos foram destinados a população de baixa renda (AZEVEDO, 2007).

Em 1985, a má administração do Sistema Financeiro Nacional desencadeou na extinção do BNH, que apresentava na época inúmeros problemas e graves índices de inadimplência. A posterior incorporação das atividades do BNH à Caixa Econômica Federal, um banco que, embora tenha vocação social, possui diretrizes estritamente comerciais, tornou explícita a falta de um projeto consistente para a política habitacional (MARICATO, 2001; AZEVEDO, 2007).

Dessa forma, pode-se perceber que as políticas públicas para o setor da construção de moradias apresentou estratégias variadas de atuação e em algumas, pouca eficácia.

Segundo Schweizer e Pizza Jr (1997) as políticas habitacionais reformulam suas ações sem a correção dos erros passados e sem nem mesmo, agregarem os acertos. Nas palavras desses autores, lê-se que “a cada 20 ou 30 anos é desenvolvida uma experiência no Brasil, para depois se abandonar tudo, ou se reiniciar um novo ciclo que já se havia experimentado no passado” (SCHWEIZER & PIZZA JR, 1997:17).

Com a Constituição Federal de 1988, fica previsto o princípio da função social do uso do solo urbano para os setores da população de baixa renda, incorporando constitucionalmente o conceito de interesse social às moradias populares.

Através dessa lei, a Habitação de Interesse Social fica garantida constitucionalmente como direito e condição de cidadania. Embora, o conceito da função social da propriedade estivesse previsto em lei, foi somente a partir da aprovação do Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257 de 2001) que se regulamentou a Constituição e se definiu o contorno exato da função social do solo urbano. Desse modo a habitação assume efetivamente o caráter de direito básico da população.

Pode-se perceber no encaminhamento dessas diretrizes políticas, a influência dos encaminhamentos expressos na Conferência das Nações Unidas Sobre Assentamentos Humanos - Habitat II⁴⁴ realizada em

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.unhabitat.org>> Acesso em 15/07/2009.

Istambul, em 1996. Este importante evento definiu dois objetivos centrais como os maiores desafios a serem enfrentados globalmente: “Moradia adequada para todos” e “Desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos num mundo urbanizado.”

O cenário político atual apresenta um pacote habitacional que tem como objetivo principal a implementação de políticas e programas para a promoção do acesso à moradia digna para a população de baixa renda, que compõe a quase totalidade do déficit habitacional do país.⁴⁵

Dentre as medidas implementadas com investimentos públicos neste setor, vigora o pacote habitacional que visa estimular a produção de moradias através da ampliação do acesso ao crédito por parte da população de baixa renda, associado com a queda da carga tributária em muitos produtos fabricados pela indústria construtiva.

De acordo com Rolnik e Nakano (2009) a aplicação dessa proposta sem prever maiores estudos de impacto no setor urbanístico ou fundiário pode comprometer sua eficácia. Para esses autores, o incentivo dado à compra de materiais de construção para famílias da população mais carente resulta na autoconstrução desordenada em assentamentos precários e na maioria das vezes em áreas de risco. Esse processo é completamente desvinculado de um projeto de urbanização ou assistência técnica que garanta a produção de moradias seguras e de qualidade, implantadas em locais com infra-estrutura adequada e sem a deterioração da paisagem urbana e ambiental. Os pesquisadores citados defendem que para a análise dos cálculos para as construções de unidades habitacionais, não deve prevalecer critérios meramente econômicos e quantitativos, porque “construir moradias é produzir cidades.” É essencial discutir os impactos dos empreendimentos imobiliários nas condições de vida, na instituição ou destituição de direitos sociais, no ordenamento territorial e no funcionamento das cidades (ROLNIK & NAKANO, 2009:5).

A habitação, no que concerne ser um direito fundamental do cidadão, é indissociável de questões como a sua inserção na malha urbana ou meio rural e como às especificidades de seus usuários. Neste âmbito, programas do Governo Federal garantem a concessão de subsídios para o financiamento de moradias destinadas à população de baixa renda das áreas rurais.

Essa linha de crédito destina-se um público alvo específico: agricultores, pescadores artesanais, extrativistas, silvícolas, aquicultores,

⁴⁵ Disponível em < <http://www.cidades.gov.br> > Acesso em 23/08/2009.

maricultores, piscicultores, comunidades quilombolas e Povos Indígenas.⁴⁶

Em suma, a questão habitacional é complexa e interage com uma série de variáveis que envolvem os setores sociais, econômicos e ambientais. Neste sentido, as conclusões apresentadas no III Congresso Iberoamericano de Habitações de Interesse Social⁴⁷ demonstram que as políticas públicas habitacionais estão produzindo conjuntos habitacionais extremamente adensados, com um único padrão tipológico nas habitações e ainda com baixa qualidade técnica e funcional, apresentado dessa forma um retrocesso sob o ponto de vista de muitos estudos contemporâneos. Essa produção de Habitação de Interesse social em grande escala, vêm de encontro a políticas populistas e a interesses econômicos que visam com o adensamento e a adoção de tipologias padronizadas a redução de tempo e custos, consequentemente com baixa qualidade técnica e funcional (ABIKO & COELHO, 2006). Ou seja, um panorama já descortinado no cenário brasileiro e amplamente entendido como inadequado sob muitos aspectos.

3.2.2 Interesse Social na Habitação Popular: qualidade projetual, erros e acertos

A habitação popular abrange aquelas edificações destinadas fundamentalmente ao atendimento das necessidades habitacionais do contingente populacional de baixo poder aquisitivo. O “interesse social” foi incorporado nesses programas habitacionais à época do extinto BNH, que nos primeiros anos atendia mutuários com renda média mensal até 3 salários mínimos, como mencionado anteriormente. Desde então, o termo Habitação de Interesse Social tem prevalecido na política de habitação popular no Brasil, sendo utilizado por várias instituições e agências como definidor para uma série de soluções de moradia voltada à população de baixa renda (ABIKO, 1995).

A contínua e crescente demanda de moradias por parte da população com menor poder aquisitivo, vem constantemente exigindo que o poder público promova ações para suprir esse déficit, com a

⁴⁶ Fonte dos dados: http://caixa.gov.br/arquivos/habitacao/mcmm/cartilha_completa.pdf

⁴⁷ Evento promovido pelo GHAB/PósARQ/UFSC (Grupo de estudos sobre Habitação), realizado em novembro de 2009, na cidade de Florianópolis, SC.

proposta de soluções pouco criteriosas que priorizam a quantidade em detrimento da qualidade. Dessa forma as casas são entregues, por vezes inacabadas, sem os equipamentos necessários para o mínimo desempenho requerido, além do que, conforme Palermo (2009) menciona que os hábitos e costumes dos futuros moradores não são atendidos nos projetos, com a imposição, muitas vezes, de modos de vida distorcidos de seus contextos culturais. Nesses projetos de habitação social, Silveira (2000) sinaliza a necessidade de uma pesquisa de materiais de construção e de técnicas construtivas que respondam às demandas de preservação da cultura popular, ‘para um planejamento das atividades produtivas adaptáveis à população, seus gostos e anseios’ (SILVEIRA, 2000:82).

Pode-se acrescentar também a incorporação de resoluções espaciais que estejam mais próximas do universo cultural dos usuários dessas habitações.

Conforme visto anteriormente, o maior determinante da produção de Habitação de Interesse Social no Brasil ainda é seu custo financeiro, fator que exerce pressão para reduzir as dimensões das habitações, ocasionando soluções construtivas e espaciais de baixa qualidade projetual com excessiva padronização e mínima flexibilidade.

Os projetos para as habitações sociais no Brasil são definidos a partir de um programa de necessidades elaborado para um cliente genérico que, partindo de uma primeira definição, estabelece um custo mínimo possível na obtenção da especificação dos materiais, execução dos serviços, métodos construtivos e demais fatores relacionados à construção da edificação. A resultante desses procedimentos é definida pejorativamente como “projetos carimbos”⁴⁸ que desconsideram, na maioria das vezes, até mesmo as características regionais presentes no país, como clima, cultura, economia, e tudo que nesses termos implica.

Dessa forma, os projetos para habitação social, além de não conseguirem suprir a demanda por moradias para a população que necessita desse bem, são oferecidos sem responderem às necessidades físicas, culturais e simbólicas dos usuários. Este dado é frequentemente refletido no esforço das famílias em efetuarem modificações espaciais, logo após a aquisição da moradia, no sentido de criar um arranjo espacial mais adequado a sua realidade, para somente assim se apropriarem da habitação adquirida.

⁴⁸ Palermo, C. Anotações em sala de aula. Pós-ARQ/UFSC. Disciplina: Habitação de Interesse Social, Projeto, Produção e Tecnologia. Setembro/2009.

Palermo (2009) discorre sobre a necessidade de incrementar a busca por alternativas construtivas que reduzam os custos de produção, sem a redução dimensional e qualitativa, no sentido de aumentar a oferta de habitações econômicas e de qualidade, com fácil acesso às comunidades ainda não atendidas.

Segundo essa autora, a baixa qualidade projetual das habitações populares decorre principalmente dos seguintes fatores, conforme representados na figura a seguir.

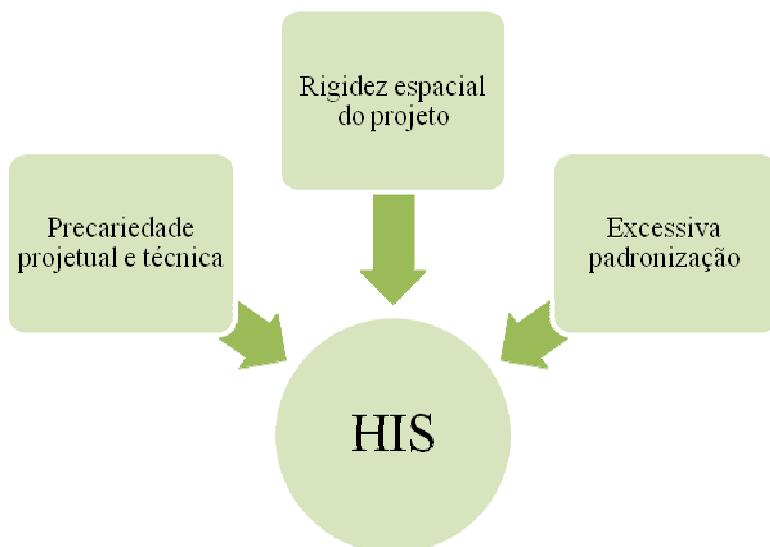


Figura 11: Fatores determinantes da baixa qualidade projetual das HIS

Nestes parâmetros, torna-se um grande desafio a busca por alternativas construtivas que reduzam o hiato existente entre o que os moradores necessitam e desejam e o que o produto casa oferece. A responsabilidade social sobre a questão habitacional extrapola a esfera política, tendo relevância as pesquisas decorrentes de Universidades e grandes centros de pesquisa que desenvolvem estudos nessa área com vistas ao aprimoramento técnico e funcional das habitações populares (SILVEIRA, 1995; PALERMO, 2009).

O vasto campo de conhecimento apropriado por diversos pesquisadores neste setor permite propor soluções técnicas com vistas ao aprimoramento desse processo e principalmente do resgate de

atributos qualitativos de ordem espacial, além do que, a incorporação de técnicas construtivas inseridas no paradigma da sustentabilidade ambiental.

Por sua vez, Silveira (1995) entende que não há um projeto padrão que seja capaz de solucionar o problema habitacional da população, mas argumenta que a incorporação do processo participativo na produção de Habitações de Interesse Social, através de cursos de formação de mão-de-obra que qualifiquem os futuros moradores, possa ser importante requisito para a qualidade dos projetos. Acredita-se que o envolvimento dos futuros usuários no projeto e na construção de suas moradias gere sensíveis melhorias.

3.2.3 Significações do ato de morar: casa, moradia e habitação

O projeto do ambiente construído de uma habitação deve buscar sua adequação à organização social peculiar de cada cultura, com vistas a melhor atender seus valores e expectativas, bem como aos significados que esse espaço habitacional representa. Considerando que os termos casa, moradia e habitação possuem conceitos diferenciados, conforme definição adaptada de Martucci (1990⁴⁹ citado por FOLZ, 2002):

Casa: é a estrutura física de uma construção material, o invólucro constituído de paredes e teto que separa e divide o espaço interior do espaço exterior.

Moradia: indica a realização de uma função humana, e se relaciona com os elementos que fazem a casa funcionar. Reflete os valores simbólicos dos seus moradores e confere identidade ao ente físico casa. Uma mesma casa se converte em moradias diferentes, com características específicas, em função do modo de vida de quem nela habita.

Habitação: define uma visão mais dinâmica no uso da casa ou da moradia; indica a ação de habitar, ou seja, casa e moradia integradas a

⁴⁹ MARTUCCI, R. **Projeto tecnológico para edificações habitacionais: utopia ou desafio?** 1990. Tese (doutorado). FAU/USP, São Paulo.

um entorno, urbano ou rural, com todos os elementos que este espaço oferece.

Esses conceitos se complementam e se integram na necessidade humana primeira de se constituir um abrigo repleto de significações onde possam exercer as atividades peculiares de sua cultura, das suas funções sociais e do contexto ambiental nos quais se inserem (SCHWEIZER & PIZZA JR, 1997:16).

Nestes termos, entende-se habitação como um sistema complexo de condições que pressupõe qualidade de vida, sistemas de transportes e de comunicação, de abastecimento e de atividades culturais. De modo que a casa, enquanto fenômeno cultural deve corresponder aos ideais de moradia de seus usuários, para que o indivíduo se aproprie efetivamente do espaço, a fim de possibilitar a adequação dos ambientes às suas necessidades culturais e aos diferentes usos e costumes que compõe o espaço habitacional (SILVEIRA, 1995).

Sendo a essência da significação do espaço habitado intrínseco ao próprio ser humano, a habitação, independentemente de fatores como classe social, localidade (urbana ou rural), peculiaridades étnicas, além de ser objeto arquitetônico (representação material) é também um fenômeno cultural, que permite leituras pessoais e sociais, sob o enfoque de diferentes áreas de conhecimento.

Mais do que um problema econômico, a complexidade técnica, social, cultural e ambiental dos fatores relativos aos projetos para a habitação social demanda uma gestão multidisciplinar, envolvendo estudos acadêmicos, para além de decisões políticas, de modo que a somatória do conhecimento envolvido nessas questões contribua para a criação de espaços com requisitos humanos básicos de habitabilidade.

Diante desses conceitos, fica claro que um referencial para projetos de habitações sociais não se restringe unicamente a definição de critérios de ordem técnica, econômica e política, devendo-se aliar a essas dimensões, um dos preceitos básicos da arquitetura, que é refletir os aspectos subjetivos presentes no contexto cultural em que a edificação irá se inserir.

3.3 RELAÇÃO ENTRE CULTURA E AMBIENTE CONSTRUÍDO

De acordo com Corral-Verdugo (2005), diferentes culturas induzem as pessoas a sustentar diferentes visões de mundo e afetam o modo como o pesquisador pensa as relações pessoa-ambiente. Para esse autor, a ciência, incluindo os seus ramos sociais, é um empreendimento cultural e as diferenças culturais e as especificidades dos problemas sociais e ambientais também produzem explicações particulares do comportamento humano em uma cultura específica.

Verifica-se que essa afirmação é reforçada quando Kim (2000) escreve que a Psicologia Indígena ou Autóctone, tem como principal objetivo compreender a forma como as pessoas pensam, sentem e agem em um contexto cultural particular.

E, neste sentido, Triandis (2000⁵⁰, citado por CORRAL-VERDUGO, 2005) abarca a Psicologia Indígena como uma vertente das Ciências Sociais e, apreende que o comportamento humano está enraizado em um contexto cultural peculiar, havendo fenômenos que só existem na cultura estudada e são inteiramente desconhecidos e não esperados por pesquisadores de outras culturas.

É importante estudar o modo como a cultura influencia as visões de mundo, modos de vida, normas, sentimentos e comportamentos das pessoas, principalmente se esta cultura é específica. Mesmo quando Corral-Verdugo (2005) ressalta que há mais aspectos comuns entre pessoas do que diferenças e que estes aspectos diversos e similares devem ser encontrados para uma apropriada adaptação de um ambiente construído de maneira eficiente e responsável.

Neste sentido, Hall (2005), observando as relações comportamentais do ser humano no espaço físico, compreendeu que as especificidades culturais influenciam o comportamento humano, dado que povos de culturas diferentes “não apenas falam línguas diversas, mas [...] habitam em diferentes mundos sensoriais.” Esse autor argumenta haver uma série de filtros sensoriais culturalmente padronizados que condicionam a experiência sensorial vivenciada pelo ser humano no espaço, fazendo com que se tenha percepção de alguns elementos e a não-percepção de outros. Esclarece ainda ser possível entender como povos diferentes interagem com seus ambientes, através

⁵⁰ TRIANDIS, C. Dialectics between cultural and crosscultural psychology. In: **Asian Journal of Social Psychology**, n. 3, 2000. p. 185-195.

da distinção de “variações significativas entre aquilo que é levado em conta e o que se elimina pela filtragem, [pois] os ambientes arquitetônicos que as pessoas criam são expressões deste processo de filtragem-peneiramento” (HALL, 2005:14).

Considerando o ambiente construído como uma forma de expressão humana, infere-se que ele é resultado dos tipos de organização social da cultura da qual ele surge. Para Malard (1993) o ambiente construído é uma concreção da cultura dentro da qual a existência humana tem primeiramente o seu lugar, porquanto um espaço não é habitado porque está construído, mas antes, foi construído e tem-se construído porque se habita, ou enquanto se é habitante.

Em razão desse entendimento, buscam-se abordagens interdisciplinares para compreender como os fatores social, cultural e físico desse espaço influenciam o comportamento dos usuários e, da mesma forma, como esses usuários com suas ações afetam e produzem esse ambiente.

Confirmando esse raciocínio, Sommer (1973) argumenta que num certo sentido, todas as pessoas do mundo são afetadas por cada edifício construído, sendo necessário aperfeiçoar os meios políticos para introduzir a participação do usuário no processo projetual, de tal forma que a influência de determinado grupo sobre esta estrutura seja proporcional aos efeitos que essa mesma estrutura provocará em suas vidas.

Essa linha de pesquisa encontra eco nas palavras de Mallard (2006) quando sustenta que os lugares arquitetônicos estão impregnados da dimensão simbólica advinda do processo cultural e são remetidos para além deles mesmos. O edifício é construído para atender a um propósito que emerge de um contexto cultural em um lugar específico, o qual apresenta os componentes essenciais para um projeto de edificação.

Enquanto Cooper (1972)⁵¹ *apud* Speller (2005), afirma que a casa sempre é uma extensão de seu ocupante. Bachelard (1989:53) amplia esse entendimento com uma definição poética na qual todo espaço habitado traz a essência da noção de casa, evocando sempre lembranças adicionadas de valores de sonho que beiram a fronteira da filosofia e da poesia, quase nunca de forma objetiva, porquanto na visão do morador “a casa é todo um mundo”.

⁵¹ COOPER, C. (1972) The house as symbol of the self. In: LANG, J. et al. (Ed.) **Designing for Human Behavior: Architecture and behavioral sciences**. Stroudsburg, PA: Dowden Hutchinson & Ross.

Speller (2005) também confirma esse pensamento ao citar Brown e Perkins (1992⁵²), quando associam que a vinculação ao lugar se dá através das ligações comportamentais, afetivas e cognitivas estabelecidas entre indivíduos e/ou grupos e o seu ambiente sócio/físico, ao longo do tempo. Essa autora confirma que nas investigações vinculadas a casa, tem sido utilizada principalmente uma abordagem qualitativa, na qual medidas essencialmente numéricas não dão conta de abarcar o significado de um lar, pois que “numa pesquisa sobre as imagens da intimidade [...] recebem por vezes, valores que não tem a menor base objetiva” (BACHELARD, 1989:20).

Do mesmo modo, Okamoto (2002), reafirma esse entendimento quando argumenta que, para uma análise antropológica sobre a apropriação do ambiente arquitetônico, apenas uma abordagem do espaço euclidiano, ressaltado pela dimensão funcional, não atende à dimensão simbólica responsável por garantir a expressão de seus anseios e aspirações espirituais.

Na busca por incorporar conceitos relativos ao estabelecimento da habitabilidade de um dado lugar, Malard (1993) compreende como sendo uma condição que possibilita ao usuário se sentir seguro no ambiente habitado e propicia a vivência de um sentimento pleno de pertencimento ao lugar.

Para essa autora, a habitabilidade engloba três dimensões:

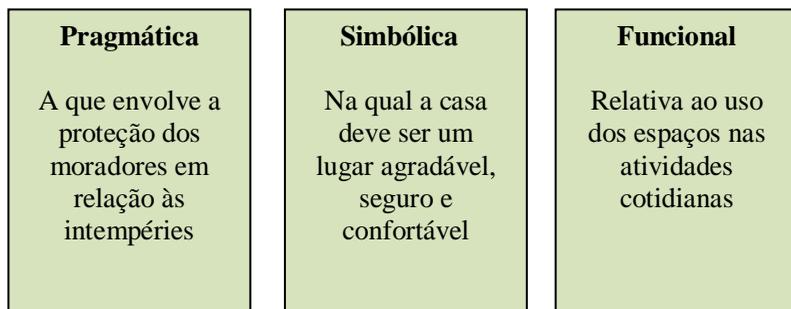


Figura 12: Dimensões da habitabilidade

⁵² BROW, B. B. & PERKINS, D. D. **Disruption in place attachment**. In: I. Altmann & S. M. Low (eds.), *Place Attachment*. New York: Plenum Press, 1992.

Com o intuito de ampliar essas ponderações, a habitabilidade vista agora a partir de uma abordagem fenomenológica⁵³, de acordo com Mallard (1992⁵⁴ citada por ALMEIDA, 1995), é a qualidade espacial que um dado lugar apresenta, conseguida através da presença dos fenômenos espaciais, descritos na figura 13.

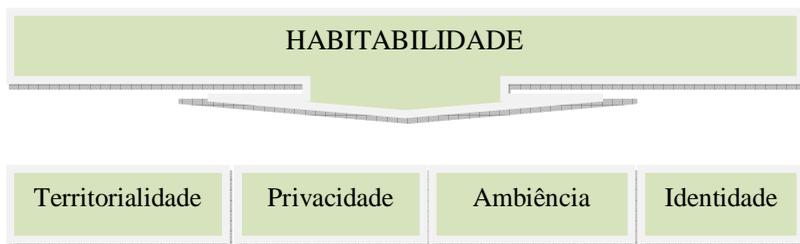


Figura 13: Habitabilidade

Para Gifford (1987), territorialidade é um padrão de comportamento e atitudes realizado por um indivíduo ou grupo, que se baseia na percepção, tentativa ou o controle efetivo de um espaço físico definido. Sua defesa, personalização e marcação pode ocorrer através de objetos, idéias ou envolvendo uma ocupação habitual. Pode-se especular que todas as culturas são igualmente territoriais, levando-se em conta as diferentes condições de vida, e que a territorialidade apenas se expressa de maneira diferente em culturas diferentes.

Esse mesmo autor, na mesma obra, cita Altman (1975)⁵⁵ para definir a privacidade como um controle seletivo de acesso a si mesmo ou ao seu grupo. A medida de privacidade varia de acordo com a cultura e verifica-se que dentro da sociedade indígena a necessidade da privacidade individual é quase nula, diante da necessidade da privacidade do grupo.

⁵³ A abordagem sob a ótica da fenomenologia analisa os fenômenos humanos e suas interações com o ambiente construído, além de buscar entender as características deste espaço que sobrepujam suas relações geométricas e propriedades físicas (MALARD, 1992 citada por ALMEIDA, 1995).

⁵⁴ MALARD, M. L. **Brazilian low-cost housing: interactions and conflicts between residents and dwellings**. Tese (doutorado). Universidade de Sheffield, Inglaterra, 1992.

⁵⁵ ALTMAN, I. **The environment and social behavior**. Monterey, CA: Brooks Cole, 1975.

Malard (1993:4) conceitua ambiência como as características de um espaço organizado e animado arquitetonicamente que atendem aos aspectos subjetivos relativos à cultura. Nas palavras dessa autora: “O conjunto de qualidades que fazem de um lugar um domínio sagrado constitui a ambiência desse domínio.” Ambiência atende também os aspectos objetivos que podem ser traduzidos pelo conforto das sensações corporais, que é inerente à condição humana.

Proshansky et al. (1983:59), por sua vez, define identidade de lugar como a relação dinâmica que ocorre num ambiente físico e social e subestrutura a auto-identidade de uma pessoa através das cognições do mundo físico que a cerca. Também conceitua identidade de lugar como um sinônimo de ambiente físico, que consiste de lugares e espaços com propriedades que satisfazem as necessidades biológicas, psicológicas, sociais e culturais de um indivíduo.

Desse modo, para uma análise do ambiente construído de uma dada cultura, necessário se faz levar em conta o conhecimento dos códigos simbólicos e dos rituais de comportamento peculiares dessa sociedade, ou seja, é preciso compreender os significados presentes no espaço e nos elementos que o compõem.

Seguindo essa orientação, ao objetivar o desenvolvimento de análises relativas às habitações sociais construídas em aldeias indígenas guarani, buscou-se uma abordagem interdisciplinar que fornece um aporte para a realização das leituras do espaço edificado pelos *Mbyá-Guarani*, compreendido como possuidor de uma dimensão simbólica advinda do contexto cultural particular em que está inserido.

CAPÍTULO 4: ESTUDO DE CASO: *TEKOÁ MARANGATU*

Este capítulo apresenta dados de campo obtidos na comunidade investigada, através da observação, entrevistas e levantamentos fotográficos e arquitetônicos. A sistematização desta apresentação inicia com a descrição do processo histórico de ocupação e a implantação física, passando à organização sócio-política, os recursos naturais e o modo de vida dos Guarani que vivem nesse *tekoá*. Abarca a caracterização da casa tradicional guarani, descrevendo graficamente seus elementos arquitetônicos, materiais, técnicas e sistemas construtivos, além das características simbólicas inerentes ao fenômeno cultural em que estão inseridas, demonstradas através do uso dos espaços e funções e captadas por meio de observações e entrevistas com os seus construtores/moradores.

4.1 PROCESSO HISTÓRICO

Tekoá Marangatu, que em guarani significa “Aldeia da Boa-aventurança”, foi assim designada por dona Maria Guimarães, nome este que traduz seu sentimento sobre a terra conquistada no ano de 1999. A percepção dos anciões a respeito do local a ser habitado é sempre considerada pelos mais jovens e sob um clima de esperança e muita expectativa, gerada pela materialização de antiga reivindicação, é que se iniciou o processo de ocupação dessa comunidade *Mbyá-Guarani*, situada no litoral sul catarinense.

O histórico referente ao encaminhamento que permitiu a mudança da família extensa do casal Augusto da Silva e Maria Guimarães, juntamente com outras famílias *Mbyá*, é relatado por alguns autores (DARELLA, 2004; BERTHO, 2005; QUEZADA, 2007), que citam o antropólogo Aldo Litaiff do Museu Universitário da UFSC, como o coordenador técnico do GT⁵⁶ responsável pelo encaminhamento do relatório⁵⁷ que viabilizou o ordenamento jurídico/financeiro para a aquisição dessa área, indicada pelos *Mbyá-Guarani*. Naquela

⁵⁶ Grupo técnico da FUNAI.

⁵⁷ LITAIFF A. (Coord.) Relatório de eleição da área a ser destinada pela TGB aos índios *Mbyá-Guarani* do litoral do estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.

conjugação singular de espaço/tempo que se apresentava, aquele local oferecia as condições físico-ambientais propícias para que algumas famílias Guarani estabelecessem o seu *tekoá*.

Os autores mencionados esclarecem que em reuniões efetuadas no início do ano de 1998, entre técnicos da FUNAI, representantes da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TGB) e lideranças indígenas das comunidades Guarani de *M'Biguaçu*, Morro dos Cavalos e Massiambu, foram discutidos os impactos gerados pelo gasoduto Bolívia-Brasil nas localidades indígenas citadas. A partir desses encontros ficou decidido que a TGB pagaria como medida compensatória o valor de R\$120.000,00 às comunidades atingidas. A reivindicação expressa pelas lideranças guarani foi que essa verba indenizatória deveria ser revertida integralmente na ampliação e aquisição de terras. Porém, em 1999, quando foi firmado o convênio entre a TGB e a FUNAI, definiu-se que parte do recurso advindo com a medida mitigadora seria destinado à construção de casas na comunidade *M'Biguaçu* (R\$ 20.000,00). Da quantia restante (R\$ 100.000,00) adveio a aquisição pela FUNAI da Terra Indígena Cachoeira dos Inácios, no mesmo ano do convênio. Esse processo foi conduzido por Litaiff com a participação das lideranças *Mbyá* de Morro dos Cavalos e Massiambu. Segundo Darella (2004) a escolha dessa terra fundamentou-se em critérios tradicionais defendidos pelos *Mbyá*, como terra adequada para a plena vivência do sistema guarani. Em relação aos trabalhos da equipe de campo, foram focados na busca pela disponibilidade de terras inseridas na faixa de preço compatível com o recurso disponível e na legalidade da documentação apresentada pelos proprietários.

Se a mudança para esse novo espaço representava para aquelas famílias, além da ocorrência de novas articulações nas esferas sociais, política e econômica, carregava em si também a possibilidade de viverem geográfica e ideologicamente mais afastadas da sociedade envolvente. Porém, com o passar do tempo e a chegada de parentes ligados às famílias extensas, ficou demonstrado que a área adquirida era insuficiente para sustentar o modo de vida tradicional para um número mais expressivo de *Mbyá* (DARELLA, 2004).

Os fatos relevantes que antecederam e definiram a aquisição dessa terra foram e ainda estão inseridos na atual pauta de reivindicações dos Guarani, que visa a reincorporação de espaços tradicionais da Mata Atlântica, porque são estes que respondem as suas necessidades físicas e culturais. Este processo recente empreendido pelos Guarani junto aos poderes públicos busca garantir partes do

território historicamente perdido para a coletividade dominante. Como já exposto, além de ser um direito amparado constitucionalmente⁵⁸, trata-se para Darella (2004) de uma re-significação cultural de algumas áreas do litoral catarinense, ou em seus próprios termos, de uma “re-guaranização”, ou seja, a retomada e incorporação de espaços ambientalmente adequados e que contemplem as características inseridas no seu repertório prático e simbólico.

Uma vertente a ser considerada no processo de aquisição desta terra deve-se ao fato de que a forma como ocorreu essa ocupação não ter acontecido pelo modo tradicionalmente empreendido pelos *Guarani-Mbyá*⁵⁹. Essa quebra de paradigma acabou gerando muitas discussões sobre a referida ação e as conseqüentes repercussões desencadeadas com esse novo proceder. De acordo com os saberes tradicionais guarani, a terra é um presente de *Nhanderu* para seus filhos, considerada, portanto como uma dádiva divina a qual não corresponde preço e que conseqüentemente não pode ser comprada. Na cosmovisão dos Guarani, uma terra a ser ocupada é antes de tudo resultado de um processo de fé numa liderança xamânica, que possui as prerrogativas necessárias para conduzir seu povo a um determinado espaço revelado através de sonhos e/ou outras formas de comunicações transcendentais. Essa terra também precisa conter registros de ocupação pretérita de seus ancestrais, como a presença de algumas espécies vegetais significativas simbolicamente, água abundante e remanescentes florestais que possibilitem a sobrevivência através de uma economia de reciprocidade. Diante da impossibilidade de que este tipo de ação possa ser empreendida atualmente, restou aos *Mbyá* e demais representantes das entidades envolvidas neste processo, a busca por novas interpretações e atuações no que tange essa importante questão, no sentido de que a readequação dessa reminiscência possa continuar oferecendo uma explicação para os Guarani seguirem adiante como Guarani.

⁵⁸ Artigo da Constituição Federal de 1988, mencionado no item 3.1.4, que trata sobre a situação fundiária das comunidades Guarani no estado de Santa Catarina.

⁵⁹ Conforme descrito no item 3.1.4

4.2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA COMUNIDADE

Tekoá Marangatu está situada no município de Imaruí, SC, numa área rural localizada a sudeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST), distando aproximadamente 2,5 km dessa UC. Com uma área em torno de 70 hectares, o seu relevo é caracterizado por um vale onde corre o rio Cachoeira dos Inácios, cuja nascente está localizada no interior do PEST. É cercada por morros cobertos por uma vegetação formada quase exclusivamente por mata secundária de pequeno e médio porte. As ilustrações a seguir indicam a situação geográfica dessa comunidade em relação à Santa Catarina e à importante Unidade de Conservação deste estado, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro⁶⁰, que atualmente abrange 92.769,908 hectares.

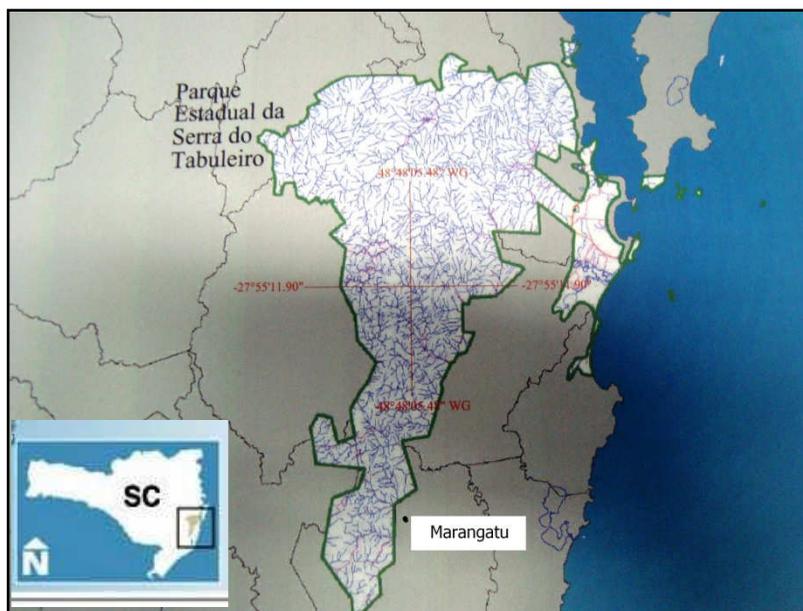


Figura 14: Localização do PEST em SC e *Tekoá Marangatu* em relação a essa UC. Fonte da Imagem: Adaptado de FATMA ([2000] 2004)

⁶⁰ A relação entre os *Mbyá-Guarani* e o PEST foi analisada por Litaiff & Darella (2000); Brighenti (2005); Bertho (2007) entre outros autores.



Figura15: Delimitação física de *Tekoá Marangatu*.
Fonte da Imagem: Inserção de dados sobre Google Earth (2009)

As moradias dessa aldeia guarani estão inseridas em núcleos residenciais compostos por famílias extensas e se distribuem espacialmente ao longo do vale, em clareiras abertas na mata. Próximo às margens do rio segue a estrada principal, que corta a aldeia longitudinalmente e em toda a sua extensão, desde a entrada até alcançar o último núcleo familiar, com uma distância aproximada de 1,5 km. Nesta área localiza-se a casa do antigo cacique, Augusto e sua esposa Maria. Nas proximidades há duas outras casas de membros de sua família extensa. Inserida nesse mesmo pátio, está situada a casa cerimonial/*Opy*, construída intencionalmente no local mais distante da entrada da aldeia, de modo a ficar protegida da presença e dos olhares dos *Juruá*. Recentemente foi construída uma nova *Opy*, próxima⁶¹ da área onde se encontrava a anterior. A organização espacial de *Marangatu* revela sua organização sócio-política, com a liderança sendo efetivada, desde o início, na maioria das vezes por membros da família extensa de Augusto da Silva⁶².

As figuras 15 e 16 apresentam as duas *Opy* de *Tekoá Marangatu*, a antiga, que atualmente está em fase de demolição e a nova, recentemente construída e a localização espacial dessas edificações.

⁶¹ Distanto em torno de 36 m uma da outra.

⁶² O processo político que envolve a atuação de outras lideranças está descrito na dissertação de mestrado de Quezada (2007).

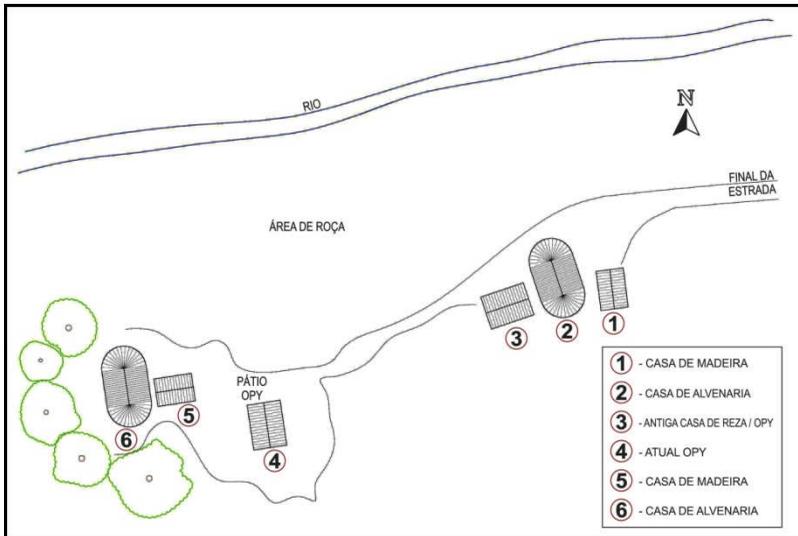


Figura 16: Croqui esquemático do Núcleo da *Opy* em *Marangatu*



Figuras 17: antiga e nova *Opy* – *Tekoá Marangatu*

A implantação da comunidade desenvolve-se de forma orgânica, sem apresentar a caracterização de um desenho geométrico. Porém, como já visto, segue de acordo com o padrão característico das aldeias guarani, com a presença de clareiras na mata referentes aos núcleos das habitações e às áreas de roça, a sinuosidade da estrada, as matas intocadas nas encostas e morros e a mata ciliar mais fechada nas margens do rio, conforme demonstra a figura 18.



Figura 18: Núcleos residenciais, social e religioso.
 Fonte: Ilustração sobre imagem Google Earth, (2009)

Nesse espaço observa-se que houve em ocupações anteriores à implantação do *tekoá*, grande desmatamento provocando alterações no seu ecossistema. As tentativas de conter esse desequilíbrio ambiental, com o plantio de espécies arbóreas exóticas como pinus e principalmente grandes áreas de eucalipto, mostraram-se como medidas inadequadas, trazendo como consequência o empobrecimento do solo, a dificuldade de coletar matéria prima tradicionalmente utilizada para alimentação, remédios, confecção de artesanato e casas, como também a ocorrência do afastamento da caça. As principais espécies nativas da região presentes nesta aldeia são os taquarais, guarapuvus, palmeiras e algumas frutíferas. Nas roças familiares próximas às casas são plantadas espécies como milho, aipim, batata doce, abóbora, feijão, melancia e amendoim, além de uma plantação coletiva numa área aproximada de 4 hectares.

O rio Cachoeira dos Inácios, apesar de nascer dentro da UC, corre por entre algumas propriedades até chegar a *Marangatu*. Esse importante afluente que deságua no rio Una, sangra o *tekoá* ao meio e oferece a possibilidade de banhos, pescaria, lavagem de roupas e muito lazer para os moradores de *Marangatu*, mas não é apropriado para a obtenção de água potável. Logo após a chegada dos *Mbyá* nesse espaço, foi aberto um poço artesiano para o abastecimento de água, porém com o tempo a água não se apresentou adequada ao consumo humano sendo preciso desativá-lo dessa função. Nessas condições, foi firmado um acordo entre a FUNASA e os proprietários de uma terra vizinha, para a

provisão de água para a comunidade Guarani através de um aqueduto de captação direta de uma das várias cachoeiras existentes nessa propriedade. Recentemente ocorreu de forma arbitrária o corte desse abastecimento, sendo necessário que o atual cacique Afonso Gerônimo da Silva apelasse juridicamente para retomar o fornecimento desse recurso hídrico indispensável à vida humana.

As figuras a seguir apresentam algumas das características físicas de *Tekoá Marangatu*.



Figuras 19: Vistas da estrada principal, do Rio Cachoeira dos Inácios e da vegetação de *Marangatu*

4.3 DADOS SÓCIO-CULTURAIS E POLÍTICOS OU ELEMENTOS ACERCA DO COTIDIANO DE CACHOEIRA DOS INÁCIOS

A comunidade conta com a implantação de projetos relacionados ao bem-estar, auto-sustentação, geração de renda, cultura, saúde, educação escolar, arquitetura, saneamento, agricultura e reflorestamento, oriundos da iniciativa de organismos governamentais e não-governamentais. Além de projetos, desenvolvidos de forma assistencial ou não, a comunidade é alvo de pesquisas acadêmicas, desenvolvidas por estudantes universitários da graduação, mestrado e doutorado, de Universidades situadas em Florianópolis, Palhoça, Itajaí, Tubarão e Criciúma.

Cabe ressaltar que o primeiro projeto empreendido nessa comunidade foi desenvolvido pela UFSC, coordenado por Litaiff logo após a chegada dos primeiros moradores, com a seguinte denominação: “Sem *tekoá* não há *tekó*” - *Sem terra não há cultura*, efetivado no ano de 2002.

As principais atividades desenvolvidas foram incentivar a reprodução do manejo tradicional guarani, a busca e incremento de sementes próprias, a recuperação do solo através de compostagem orgânica e o plantio de árvores frutíferas e nativas (BERTHO, 2005).

A forma como o grupo interdisciplinar de extensão universitária desenvolveu esse projeto com os representantes *Mbyá*, a partir de um estreito diálogo ocorrido na UFSC, durante as reuniões da Comissão de Apoio aos Povos Indígenas, demonstrou que o respeito e a integração de saberes são estratégias fundamentais para o sucesso de qualquer empreendimento com os Guarani.

Da parceria entre a Associação Rondon Brasil e a FUNASA/FUNAI resultou a implementação de saneamento e de ações voltadas para o incremento da produção agrícola com vistas à segurança alimentar e venda dos excedentes, correção do solo através do uso de insumos industriais, construção de açudes e criação de animais, porém, algumas destas ações não obtiveram continuidade (BERTHO, 2005; QUEZADA, 2007).

Com a intervenção de agentes externos, imbuídos de uma ótica desenvolvimentista, configurou-se um cenário de dissonantes opiniões entre as famílias *Mbyá*. No entendimento do cacique Augusto, a atuação do branco dentro do *tekoá* não comungava com o modo de vida tradicionalmente conduzido por eles ao longo de gerações. Por outro lado, havia aqueles que defendiam a instalação da escola, posto de saúde, a expansão da rede elétrica e saneamento, por entenderem que essas benfeitorias contribuiriam para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Entre os mais velhos, que são aqueles mais afeitos à manutenção do modo de vida inspirado na tradição, havia a preocupação que a aceitação desse aparato contemporâneo desencadeasse profundas mudanças na forma de ser do Guarani. A principal resistência dos *Mbyá*, todavia era em aceitar a instalação de uma escola formal oferecida pelos brancos, decorrente da percepção de que os filhos devem ser educados a partir da vivência com os pais, na observância cotidiana dos seus preceitos culturais e a escola poderia afastar suas crianças desses valores ancestralmente defendidos como verdadeiros.

Apesar da inegável força dessa argumentação, a visão que acabou prevalecendo foi a da aceitação das intervenções propostas pelos brancos. Porém esse entendimento não foi consensual, havendo algumas famílias que por não concordarem com a direção dos encaminhamentos, decidiram empreender uma nova mudança para outro local, em

consonância com as peculiaridades desse povo que, em face de desentendimentos preferem afastar-se do grupo a gerar discórdias no *tekoá* (DARELLA, 2004).

Outra atuação na comunidade que se somou às instituições já citadas foi a participação de técnicos da EPAGRI, instância do governo estadual, para o desenvolvimento do projeto Microbacias, em 2005. Essa iniciativa realizou cursos de apicultura, viveiro de mudas, piscicultura, avicultura, administração rural e o incentivo da agricultura tradicional guarani, visando à produção de alimento e auto-sustentação da comunidade.

Além dessas ações, houve projeto de melhoramento das casas, construção de módulos sanitários, campo de futebol e área de lazer para as crianças (BERTHO, 2005). Ainda no âmbito dessa atuação, está sendo construída uma edificação, situada na área social do *tekoá*, próximo à escola e ao posto de saúde, destinada à divulgação da cultura guarani e ao comércio de artesanato (no momento da pesquisa a obra ainda não havia sido finalizada).

A figura a seguir auxilia na compreensão visual desse importante núcleo do *Tekoá*.

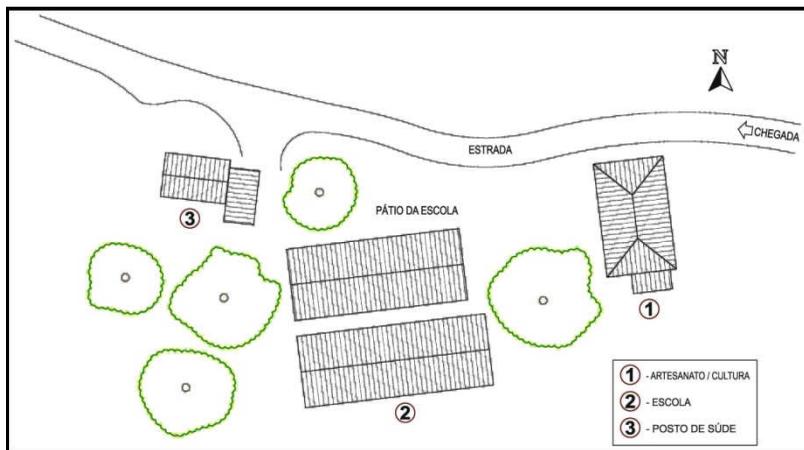


Figura 20: croqui esquemático do primeiro núcleo de *Marangatu*

O atendimento no Posto de Saúde ocorre através de um convênio entre a FUNASA e a ONG Associação Rondon Brasil, que mantém ações voltadas à prevenção, promoção e assistência à saúde indígena.

Na Escola Indígena de Ensino Fundamental *Tekoá Marangatu* estão matriculados 64 alunos, que frequentam as turmas do pré-primário e do ensino fundamental. Conta com uma diretora seis professores Guarani e cinco professores não indígenas. A prefeitura do município de Imaruá disponibiliza professor, material pedagógico e merenda escolar para a educação infantil.



Figuras 21: vistas do pátio frente à escola e posto de saúde ao fundo

Segundo dados do cacique, a comunidade conta atualmente com 32 famílias, num total aproximado de 160 pessoas. A economia desses moradores é proveniente de várias fontes, como o plantio, a coleta, a pesca, a caça esporádica, o artesanato, sendo que algumas famílias apresentam renda fixa oriunda de aposentadorias, benefícios do programa federal Bolsa Família, além de trabalhos de agente indígena de saúde (AIS), agente indígena de saneamento (AISAN) e professor.

Alguns trabalhos autônomos assistemáticos e sem vínculos empregatícios captam recursos financeiros, com a prestação de serviços em propriedades vizinhas, geralmente com agricultura e construções.

A produção e venda de artesanato é uma atividade executada pelas mulheres e jovens rapazes, recaindo a preferência pela confecção de cestos de diversos tamanhos e bijuterias. Os homens preferem produzir animais esculpidos na madeira, pequenos arcos e flechas, chocalhos, entre outros objetos próprios de sua cultura.

Em suas falas os *Mbyá* assumem o orgulho em manter sua “indianidade”, mas reconhecem que esse padrão social ainda seja alvo de preconceito por parte dos *Juruá*, conforme Litaiff (1996:144) esclarece que fora de seu meio esses sujeitos ainda são depreciados e discriminados, causando estranheza o seu modo de ser.

O autor chama a atenção, contudo, para o fato de que os *Mbyá* não são estranhos, “são apenas diferentes do padrão ditado pela civilização ocidental”.

Essa distorção na forma de pensar ocorre por um pré-julgamento decorrente da falta de convívio com esse povo, porque uma das qualidades dos *Mbyá* apregoadas pelos não-índios que se relacionam mais estreitamente com eles, diz respeito a sua integridade de caráter e honestidade, denotados pelo apreço na manutenção da cultura, a qual confere importância à fala e conseqüentemente à palavra dada.

Essa característica é observada por Darella (em comunicação oral⁶³) quando relata ser comum ouvir dos proprietários de pequenos estabelecimentos de gêneros de primeira necessidade, localizados próximos às áreas indígenas, quando vendem a crédito para os Guarani, que estes sempre honram os compromissos financeiros assumidos, jamais deixando para trás suas dívidas, mesmo com as variadas mudanças de domicílio que os caracteriza. Do mesmo modo, foi observada durante a estadia em campo a presença de um vendedor oferecendo alguns artigos alimentícios que, quando abordado, confirmou enfático a inteireza dos moradores de *Marangatu*.

Os jovens gostam de sinalizar sua busca pela inserção⁶⁴ na sociedade envolvente, por meio do uso de celulares, roupas, acessórios, equipamentos eletrônicos, do consumo de alimentos e bebidas, das apreciações musicais e de outras diversões. Essas tendências são levadas para dentro da comunidade através do rádio e principalmente da TV, sintonizando comportamentos e aspirações alheios as suas tradições, provocando paulatinamente mudanças nesse grupo social⁶⁵.

Neste sentido, é compreensível quando Litaiff (1996:151) elucida que “o *Mbyá* muda, mas não desaparece, o que demonstra a forte etnicidade deste subgrupo guarani”, pois os aspectos étnicos contidos no seu sistema simbólico-cultural estão constantemente se reorganizando em sucessivas alterações na significação que dão sentido à manutenção desses valores.

Essas transformações são percebidas como processos dinâmicos que provocam uma releitura dos fenômenos culturais. A incorporação

⁶³ Em fevereiro de 2010.

⁶⁴ Esclarecendo que essa inclusão ocorre mais a nível cultural do que no plano físico, dado que os Guarani, de modo em geral preferem conviver entre seus pares e no seu próprio habitat.

⁶⁵ Schaden ([1954] 1974) em seus estudos acerca do povo Guarani, em meados do século XX, externava apreensão com as mudanças produzidas pelo processo de assimilação vivenciado pelos membros dessa etnia decorrente do contato com a sociedade envolvente, principalmente nas esferas econômica, política e social. Suas pesquisas em campo esclareceram que o subgrupo *Mbyá-Guarani* apresentava, e ainda hoje pode ser observado, maior resistência a perda de sua cultura, posto que a sua religiosidade emanante era/é um forte fator de coesão social e cultural.

desses novos fenômenos é entendida como hibridismos culturais, ou mais especificamente no caso dos Guarani, de um processo de “guaranização”, que é a adoção de novos aspectos culturais incorporados ao seu cotidiano à maneira tradicional de ser guarani, e traduz, em parte, o que Darella (2004) denomina tradicionalidade dinâmica.

Desta forma, o entendimento corrente dá conta de elucidar que a aculturação não ocorre como a perda de cultura⁶⁶, porém, como a ocorrência da sobreposição de diferentes culturas, dado ser fator inerente a toda sociedade humana.

O pressuposto aventado de que a incorporação de elementos externos a cultura/tradição de uma sociedade provoca a sua descaracterização ou desestruturação étnica, foi há muito demonstrado como não verdadeiro. Sob a ótica contemporânea, a cultura é vista como uma referência simbólica que se submete incontestemente à radical transitoriedade da história (JUNQUEIRA, 1999), sendo assim, possui características mutáveis e não se comporta como um referencial estanque que permanece estático no tempo e no espaço. Antes disso, possui um caráter fluído, permeável, dinâmico e sujeito a inovações. Ou seja, a cultura entendida como o conjunto de símbolos de uma sociedade está sujeita a reavaliações de seus significados quando realizados na prática, tendo, portanto a característica de ser alterada historicamente na ação (SAHLINS, 1999).

O panorama exposto deixa claras as muitas imbricações culturais presentes no cotidiano desta comunidade, e demonstra a presença de fortes laços que mantêm os *Mbyá* coesos como grupo etnicamente diferenciado. Esses atributos por si só justificam plenamente a permanência nesse contexto físico, que embora não apresente as qualificações ambientais consideradas como as ideais, ainda assim possibilita a sustentação da identidade guarani, através da manutenção da agricultura de subsistência, da organização sócio-política, da vida espiritual, cultural, afetiva, língua materna, entre outros predicados que fundamentam sua peculiar visão de mundo.

⁶⁶ A palavra aculturação foi adotada a partir do termo inglês *acculturation*, utilizado no estudo dos primeiros antropólogos de língua inglesa para designar o “contato entre culturas” que ocorria entre os povos analisados. No Brasil, o termo “índios aculturados” não deve ser entendido como aqueles indivíduos que “perderam” a sua cultura original ou “sem cultura”, dado que não há povo sem cultura. A perda de elementos tradicionalmente culturais abre espaço para a adoção de novos subsídios culturais, através de ressignificações de sentidos e usos dessas novas incorporações, de modo que a noção de aculturação está superada na Antropologia.

4.4 ELEMENTOS QUE COMPÕEM A PAISAGEM ETNO-AMBIENTAL DE *TEKOÁ MARANGATU*

A Mata Atlântica é o habitat natural dos Guarani, que encontram neste bioma os diversos ecossistemas necessários para o pleno desenvolvimento das atividades de roça, construção, coleta, caça e movimentos no território. Porém, cada vez mais o padrão de ocupação dominante vem impondo limites às suas aldeias, que na maioria das vezes, não apresentam espaços ambientalmente diversificados para propiciar a manutenção daquelas atividades tradicionais (LADEIRA & MATTA, 2004).

Para os *Mbyá*, o significado do espaço ambientalmente diversificado, citado como o ideal para a configuração de um *tekoá*, é aquele que abarca numa mesma área relevos com variações de altitudes, nascentes de rios e vegetações nativas/originais e secundárias em estados inicial e avançado.

O conhecimento tradicional dos *Mbyá-Guarani* classifica principalmente quatro categorias referentes aos tipos de relevo e três para a vegetação (LADEIRA & MATTA, 2004; FREITAS, 2006⁶⁷).

Tekoá Marangatu não apresenta esses distintos espaços geográficos dentro dos seus limites, demonstrando ter área insuficiente, além de que a ausência quase que total de mata nativa dificulta sustentar a forma de vida tradicional.

A classificação para as categorias de paisagem configura na prática um etno-zoneamento, que determina na aldeia os locais propícios para o exercício de cada atividade, de acordo com o entendimento empírico do Guarani, proveniente do seu profundo conhecimento da natureza vem ao encontro de pesquisas atuais sobre manejos ambientais, que visam o equilíbrio ecológico.

As categorias concernentes às unidades de relevos e suas respectivas vegetações são descritas nos estudos⁶⁸ das autoras acima citadas, expostas a seguir.

⁶⁷ A autora relata estudos desenvolvidos pelo especialista *Mbyá* André Benitez em relação a essas categorias ambientais. À época que ocorreu esse relato, ele era cacique da aldeia Massiambu e atualmente é cacique da aldeia *Tava'i*, no município de Canelinha, SC.

⁶⁸ A escrita dos termos em língua guarani difere levemente de um estudo a outro, porém com concordâncias nos significados. Para o melhor entendimento, decidiu-se pela escrita encontrada na dissertação de Aguirre Neira (2008), conforme o autor expressa na ilustração apresentada adiante.

4.4.1 *Yvy Yvate*

Engloba as serras e as cotas mais elevadas dos morros. Os *Mbyá* reconhecem como sendo um lugar original/primevo, pois se encontra envolto em permanente bruma, chamada por eles de “fumaça da mata”, que está relacionada com o mito da recriação do mundo.

Local onde floresce *ka’ agüy Poruey*, a floresta intocada e intocável, úmida e fértil, que possui poder de cura. É considerado espaço sagrado, onde brotam as nascentes de água pura e também a morada de espíritos protetores.

Na crença dos Guarani, mesmo uma pequena intervenção antrópica em espaços de *Yvy Yvate* provoca influências em toda sua cosmologia.

O cacique Timóteo Oliveira⁶⁹, líder xamânico Guarani que frequentemente faz a intermediação céu/terra entre os seus, comunga com essa percepção ao descrever esta área como sagrada e com ingresso restrito:

[...] dali mais para frente tem que deixar, não pode mexer, nem caçar, não pode entrar, e de lá também tem que saber todo que é proibido de entrar caçar, nem andar perto, para deixar sempre, para crescer bichinho, passarinho, nada corta, nada entra. [...] O Guarani pode entrar, mais é só entrar (...) só de reza esse mato poderia [...] de visita pode ir, pode entrar pajé com pessoa, mas tem que obedecer [...] (AGUIRRE NEIRA, 2008:106).

4.4.2 *Yvy À*

Classifica o relevo de transição como as encostas dos morros com baixa declividade, ou nos termos guarani “início da subida do morro”. Apresentam a vegetação classificada como *Ka’agüy ete*, a mata primária ou então secundária, mas que se encontra em estado avançado de regeneração. Para os Guarani esta mata é considerada verdadeira/autêntica e precisa ser conservada.

Este local abriga espécies apropriadas à caça, pesca e coleta de frutos, ervas medicinais, madeira para a construção de casas, confecção

⁶⁹ Cacique e xamã de *tekoá Itanhaén*, situada no município de Biguaçu, SC.

de artesanato, entre outros elementos que sustentam a vida tradicional guarani.

4.4.3 Yvy Ajodjá Porã

Designação para “lugar plano na encosta”. Locais situados em encostas de altitude média que os Guarani avaliam como adequados para edificar aldeias.

4.4.4 Yvy Angüy

Termo guarani que denomina “lugares de fazer aldeia” está associado às faixas de relevo de planícies.

A vegetação que floresce em *Yvy Ajodjá Porã* (lugar plano na encosta) e *Yvy Angüy* (planícies) é *Ka’agüy Karapei*, a mata baixa, secundária que se encontra em estágio inicial ou médio de regeneração (capoeiras).

São locais escolhidos para a limpeza e cultivo das roças tradicionais, para o estabelecimento de habitações, roças, coleta de plantas alimentícias e medicinais, assim como a caça com o uso de armadilhas.

A ilustração a seguir demonstra clara e didaticamente estas categorias de relevo e vegetação, segundo a visão guarani.

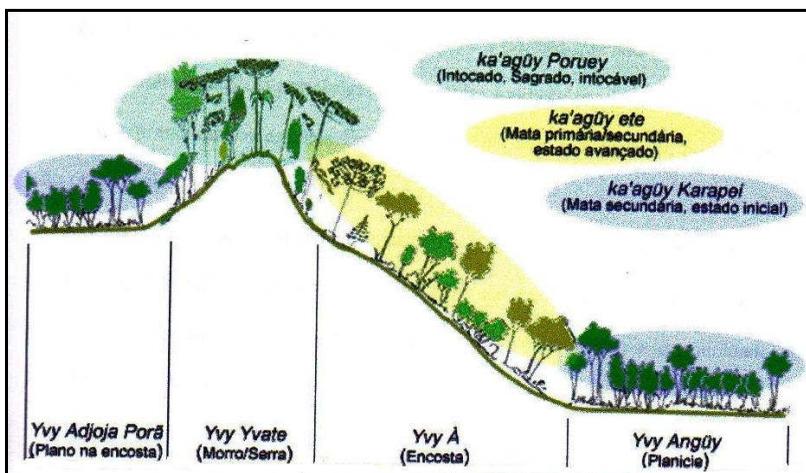


Figura 22: Categorias de relevo e vegetação segundo etnozoneamento Guarani.
 Fonte da imagem: Aguirre Neira, (2008)

O mosaico paisagístico em que *Marangatu* se insere não registra a presença de faixas de relevo de grande altitude, apenas encostas e planícies, sendo que os espaços de planície são relativamente menores que os de encostas. Como mencionado anteriormente, a vegetação nativa foi substituída por plantações de exóticas, restando da mata original apenas parte das formações ciliares.

A área caracteriza-se por um baixio de um vale, onde se encontra a estrada que corre paralela ao rio. Os núcleos habitacionais e as roças estão situados ao longo da estrada, demonstrando preferência dos *Mbyá* por habitarem nas planícies onde são abertas clareiras no meio da mata para essa finalidade. Foi observado apenas um núcleo de uma família extensa com várias casas, situado em altitude mais elevada.

Rossi (1995) esclarece que na teoria da arquitetura quando há referência às características espaciais de um local, inclui-se seu entorno, porquanto, com uma visão sistêmica permite-se demarcar o objeto de estudo e, ao mesmo tempo, relacioná-lo com todas as possíveis esferas de inter-relações.

Neste sentido, no estudo da composição do etnozoneamento Guarani que englobe todas as categorias paisagísticas citadas, faz-se necessária a inserção de parcela do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, importante Unidade de Conservação que se encontra nas proximidades de *Tekoá Marangatu* e pode ser alcançado por trilhas na mata, percorrendo o sentido noroeste.

Na busca pela manutenção do sistema tradicional, seus moradores acabam transcendendo os limites físicos da Terra Indígena, visando recursos naturais que permitam viver segundo seus costumes/tradições.

Este fato é confirmado com o depoimento de Augusto da Silva, relatado para a autora, durante a realização da pesquisa em sua aldeia:

Esta terra é bem pequena, e a gente ganhou [...] e tem esse rio que corre. Tem material para fazer casa e artesanato, aqui não, mas no parque, no do Tabuleiro. Fica naquele morro lá ... bem pertinho daqui, agora podemos entrar. Acho que até que o branco entendeu que o índio não vai destruir nada daquilo lá, nós nunca que vamos. Até o IBAMA já veio aqui e disse que temos todo o direito de entrar lá e cortar taquara para fazer artesanato, até madeira para as casas pode; morar lá não. Tem muito bichinho lá, até anta tem lá, veado, porco do mato, a gente não caça, tem que preservar os bichinhos da natureza.

Embasando esse pensamento, as afirmações a seguir retratam duas visões de mundo com paradigmas diferenciados. Na primeira, Dale & Carter (1955 citados por SCHUMACHER, 1983:9) discorrem que ao se fazer uma rápida retrospectiva da história da humanidade, percebe-se que “o homem civilizado caminhou pela face da Terra e deixou um deserto em seu rastro”. Por outro lado, as palavras de Melià & Temple (2004⁷⁰ citados por ZANIN, 2006:29) expressam um contraponto a esse comportamento, ao descreverem que “o Guarani não deixou desertos atrás de si.”

Para Ladeira (1989) dificilmente hoje a área de uma aldeia guarani consegue suprir o verdadeiro significado geográfico e ecológico de um *tekoá*, porque seus limites físicos muitas vezes são insuficientes para conter neste espaço todos os elementos imprescindíveis para a plena vivência da tradição sócio-cultural.

⁷⁰ MELIÀ, B.; TEMPLE, D. *El Don, la venganza y otras formas de economia guarani*. Asunción: CEPAG, 2004.

A figura a seguir demonstra de forma simbólica esse pensamento, com a inclusão do Parque Estadual da Serra do tabuleiro que dista em torno de 2,5 Km de *Tekoá Marangatu*.

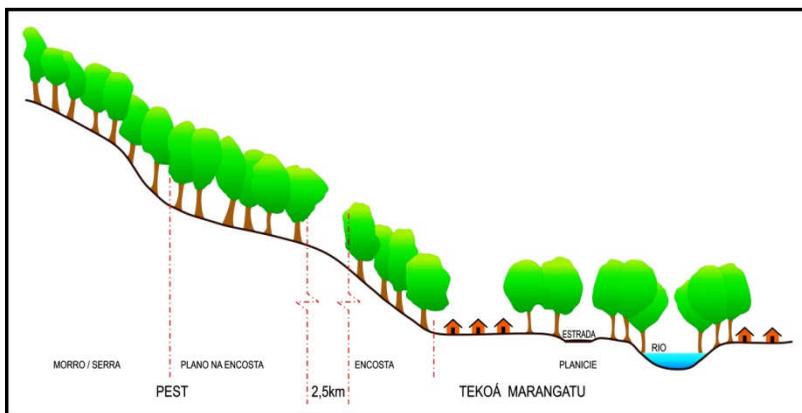


Figura 23: Perfil da paisagem de *Tekoá Marangatu* em relação ao PEST

Nesta visão, um *tekoá* não se restringe apenas às suas áreas de roça e moradia, mas também as áreas de caça, coleta e de perambulação, para que os Guarani possam viver de acordo com os seus costumes (FELIPIM, 2001). Neste contexto, a relação de *Marangatu* com áreas do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro expande simbolicamente seus limites geográficos e forma uma configuração que garante apoio à vida tradicional.

4.5 AMBIENTE CONSTRUÍDO DE *TEKOÁ MARANGATU*

Um conceito amplamente aceito sobre ambiente construído define-o como algum tipo de ambiente que sofreu intervenção humana. Da mesma forma ampliando essa definição, apreende-se que espaços arquiteturais são locais do ambiente construído onde ocorrem os eventos humanos, sendo eventos todas as atividades que envolvem a interação das pessoas com os objetos (MALARD, 1992 *apud* ALMEIDA, 1995).

A partir do processo de intercâmbio entre grupos culturais com o ambiente, físico/social, se desencadeia uma vinculação e consequentemente uma apropriação desses espaços, que vão se tornando lugares dotados de valores e sentimentos afetivos, como uma extensão da própria identidade dos seus habitantes. Segundo Tuan (1983), quando o ser humano atribui valor a um local este se torna lugar, porque lugar é um local ao qual se atribui valor. O autor considera que o conceito de lugar está relacionado a fatores culturais que dão significado a esse espaço.

Nessa mesma acepção, Rossi (1995) entende que a medida do valor de um *locus* advém de uma relação singular e ao mesmo tempo universal, que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar. Um significado mais abrangente a respeito do que estabelece a qualidade do lugar que o ser humano constrói para habitar é, conforme o entendimento de Gregotti (1975:183):

[...] seu nível de ordem e de invenção, sua idoneidade biológica, sua capacidade de acolhimento e adaptação, no sentido amplo de estar convenientemente sobre a terra, em algum lugar [...] à vida que é “devir” em direção a certas transformações e esperanças que põem em discussão nossa forma futura de habitar sobre a terra.

Em conexão com essas visões apresentadas, a análise do ambiente construído da comunidade indígena estudada revela muito sobre o modo de vida dos seus habitantes. A configuração espacial desse assentamento enfatiza a preferência dos Guarani por habitar locais contíguos aos parentes mais próximos.

Morfologicamente esse local, que aparentemente apresenta desordem e caos, desvenda, todavia, o modo guarani de viver em sociedade: convívio estreito da família conjugal com uma distância entre eles proporcional ao grau de parentesco, isso tudo relacionado com a autonomia econômica familiar e conjugal (AZANHA & LADEIRA, 1989).

Conforme apreendido, cada lugar natural está definido através de uma estrutura simbólica que determina seu valor. Para os *Mbyá*, o principal valor simbólico aferido a esse espaço geográfico, definido juridicamente como Terra Indígena Cachoeira dos Inácios, está contido em algumas das suas condições ambientais que oferecem suporte para a

construção de um espaço sócio-cultural passível de ser chamado “tekoá”.

Dentro do sistema Guarani, como foi visto, o termo *tekoá* é traduzido como “aldeia”, mas seu significado transcende esse conceito, englobando um significado mais amplo que se traduz como a apropriação de espaços com características ecológicas que garantam a subsistência cultural e ambiental, o *nhande rekó*, o modo de vida tradicional guarani.

Nestes termos, este lugar apresenta componentes passíveis de acontecer à reprodução de seus preceitos tradicionais, conforme expresso em sua própria fala: “[...] que seja mato, que possa plantar, que seja distante do branco, que não haja conflitos... o *tekoá*... não é apenas terra... (a ele) estão associados a casa (*Opy*) e as relações com os parentes; é onde enterram os mortos e onde rezam, onde radica exercer o direito divino de fazer suas roças [...]” (AZANHA & LADEIRA, 1989:23).

Augusto da Silva, durante conversa, evoca um sentimento de conexão e pertencimento a esse lugar, mesmo quando entende não ser mais possível reaver na totalidade os espaços ocupados por seus ancestrais:

[...] agora é certo que esta terra é pequena para tudo nós, se tivesse mais terra, dava para viver mais afastado [...] como era bem antigamente. Desde que eu era criança mudou muita coisa, mas eu estou satisfeito, porque antes nós sempre morava na terra dos outros, e hoje a gente tem a nossa terra, dos índios mesmo. Temos *Opy*, então eu estou feliz aqui, graças a Deus.

Nem mesmo a recente mudança do padrão tipológico de suas moradias trouxe alterações na conformação do desenho tradicional. Dessa forma, pode-se perceber que as interações cotidianas estabelecidas pelas relações sociais e familiares imprimem marcas, reforçando o padrão de assentamento, que apresenta num mesmo núcleo residencial famílias habitando em distintas arquiteturas.

A análise de significações comuns aos *Mbyá* revela uma configuração territorial que se organiza em pequenos núcleos habitacionais, com a casa *Mbyá-Guarani* sendo a unidade espacial privada de cada família nuclear e o pátio o complemento espacial que serve à família extensa. Essa observação também desvenda dados a respeito dos aspectos materiais, tecnologia construtiva empregada,

matéria prima utilizada e processos construtivos tradicionais que se entrelaçam com fatores ambientais, culturais e cosmológicos desta etnia.

A figura a seguir expressa bem essa configuração, com a presença das três tipologias habitacionais presentes num mesmo pátio.



Figura 24: Núcleo residencial: casa tradicional, casa de madeira e de alvenaria

O posicionamento no plano das três tipologias edificadas: a tradicional, madeira e alvenaria presentes em *Tekoá Marangatu*, pode-se ser visualizado a seguir. Essa figura esclarece o posicionamento dos três modelos habitacionais encontradas neste *tekoá*, tendo no momento do levantamento os seguintes números:

- 20 casas de alvenaria (1 está inacabada);
- 19 moradias de madeira;
- ▲ 21 casas tradicionais, sendo que 19 são moradias e 2 são Casas de Reza.

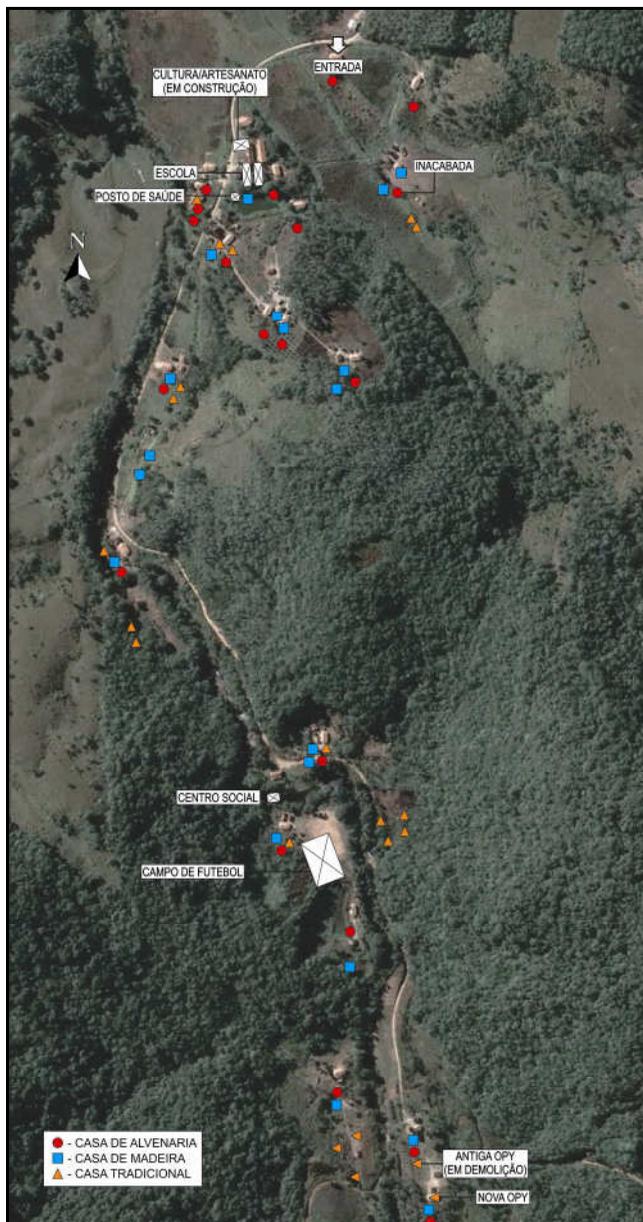


Figura 25: Localização das três tipologias situadas nos núcleos residenciais.
Fonte: Ilustração sobre imagem Google Earth (2009)

Como esse local não possui grandes áreas recobertas com formações florestais propícias à coleta de materiais para a construção das edificações tradicionais, foi ocorrendo um desestímulo pela manutenção dessa arquitetura. Restou aos seus moradores a busca por soluções distantes das tradições construtivas e sem a melhor resposta a suas necessidades sócio-culturais porque, de acordo com as colocações ouvidas de um Guarani: “já não tem mais recurso na natureza para a construção de casa”. De modo que esta é a tradução da principal fala dos Guarani entrevistados em *Marangatu*: a construção das casas tradicionais somente pode acontecer quando há condições favoráveis para tal, como o acesso a terras que contenham disponibilidade de recursos naturais, ou seja, a certeza de que é necessário viver em locais propícios para seguir mantendo a construção da casa tradicional, expressão material que exprime e reforça sua organização sócio-cultural e ambiental.



Figuras 26: Edificações em madeira.

De acordo com o relato dos *Mbyá*, as tipologias habitacionais construídas de tábuas de madeira e cobertura de telhas cerâmicas datam da chegada de algumas famílias, no início da ocupação do *tekoá*. Como havia abundância de árvores de eucalipto neste local, a opção recaiu pela utilização desse material.

Em conversas com seus moradores a respeito das suas casas, é comum ouvir as mesmas queixas, de que são muito quentes no verão e muito frias no inverno, além de que alguns expressam sentir a falta do fogo de chão dentro de casa para amenizar os rigores do inverno, ou então como se ouviu de uma senhora *Mbyá*: “só para manter o costume do índio, que gosta de estar pertinho do fogo”.

No final de 2008, a FUNAI iniciou a construção de vinte casas de alvenaria nesta comunidade⁷¹ que foram implantadas nos núcleos residenciais já existentes, por determinação das próprias famílias, conforme sua vontade em permanecer nas mesmas áreas já ocupadas. Algumas das antigas casas de pau-a-pique e cobertura de taquara ainda continuam servindo de moradia, da mesma forma que as casas de madeira também não foram desativadas. Observa-se que há certa resistência em se desfazer das construções antigas, estando ainda esta fase de mudança envolta num processo de transição que necessita do auxílio do tempo para processar internamente esta nova significação do morar.

Quanto às casas tradicionais que possuem cobertura de telha cerâmica, esta configuração provém da exigência da companhia de fornecimento de energia elétrica que por segurança não instala os fios de condução em telhados de palha ou taquara, como referido anteriormente. Dessa forma, mesmo naquelas casas construídas pelo modo tradicional, algumas delas efetuaram a mudança de telhado, visando o acesso à energia elétrica. As figuras a seguir demonstram essas características.



Figuras 27: casa tradicional com cobertura de telha cerâmica

Porém, houve quem não tenha aceitado essa benfeitoria, preferindo permanecer com seu telhado tradicional, pela possibilidade de manter o costume de fazer fogo no seu interior com bom escoamento da fumaça através das frestas das palhas da cobertura.

⁷¹ O capítulo seguinte traz dados referentes a essa questão.

4.6 HABITAÇÕES TRADICIONAIS

O repertório cultural dos Guarani apresenta uma tradição construtiva ativa e valorizada, além de estar imbuída por princípios ambientalmente sustentáveis.

Nesta comunidade, as habitações tradicionais são tipologias tipicamente adaptadas ao seu entorno e com respostas apropriadas em termos de conforto ambiental. Estas construções respondem satisfatoriamente às necessidades de repouso noturno dos *Mbyá* e nos dias frios e chuvosos protege contra as intempéries, servindo de abrigo no preparo das refeições e confecção de artesanato próximo ao fogo de chão. Como visto anteriormente, tratar-se de um elemento mítico presente na cultura guarani.

Neste sentido, Lemos (1981) entende que a relação com o clima leva os partidos da arquitetura sem arquitetos à execução de formas que obtenham as correções e seleções das interferências climáticas. As temperaturas relativas, por exemplo, aquelas que proporcionam a sensação de calor ou frio devido às relações de grau de umidade com a temperatura do ar, são corrigidas a partir de soluções construtivas em que as estruturas e os materiais empregados foram selecionados empiricamente através da experiência milenar de gerações, proporcionando uma adequada resposta ao meio ambiente.

Essa adaptação ao meio é reconhecidamente uma importante característica da casa vernacular, muito embora Rapoport (1972) esclareça que esse determinismo ambiental possa ser considerado como uma exigência primária, não é a única. Os aspectos social, econômico, político, religioso, entre outros, também determinam ou condicionam a produção, distribuição, forma e uso da habitação tradicional. Complementando esse pensamento, este autor esclarece que a arquitetura de alguns povos autóctones apresenta, em seu caráter formal, aspectos simbólicos e técnicos que possuem um mesmo grau de importância, estando sua construção envolta num ritualismo cerimonioso que demonstra o caráter sagrado da edificação, suplantando, dessa forma, o valor de um mero abrigo de proteção física contra as intempéries.

Esta particularidade é observada na arquitetura tradicional guarani, que busca escolher dentro da mata preferencialmente, as espécies vegetais que constam na cosmologia da criação, ou seja, aquelas que *Nhamandu Ete*, o Deus Criador ofereceu como dádiva para

os Guarani construírem suas casas. Esse preceito espiritual ligado à construção de casas é verificado no costume de acender o fogo para purificação do novo lugar, antes mesmo de habitar, além de serem pronunciadas rezas de agradecimento, conforme relatado para a autora por um *Mbyá* mais idoso:

Antes de entrar na casa nova tem que rezar. Depois que a gente construiu tem que agradecer a *Nhanderu*, Deus, que construiu a terra para os Guarani morar. Antes de morar na casa tem que fazer fumaça também, um dia ou dois. A fumaça é prá dizer que é casa de Guarani.

Ao se empreender conversas com os Guarani a respeito de suas casas tradicionais, muitos relatam que o conhecimento da construção das casas é comum a todos. De acordo com Alexander (1981) a construção tradicional possui esta característica, ou seja, de ser um processo corrente no qual toda pessoa sabe como fazer corretamente uma casa. Esse fato se deve à cultura de reciprocidade, que permeia o processo construtivo dessas habitações, com a dinâmica cultural conhecida como *mutirão* e nominada em guarani pelo termo *puxirõ*, envolvendo muitos *Mbyá* neste significativo ofício.

Estas edificações são construções exíguas, com plantas regulares e telhado de duas águas, que apresentam dimensões variadas, conforme as necessidades das famílias que as constroem, com medidas entre 12m² (3x4) e 20m² (4x5) e pé-direito baixo, em torno de 2,3m. Como geralmente não há divisões internas, esse ambiente único acaba desempenhado diversas funções como dormir, a principal delas, também guardar sementes do milho guarani ou outros objetos necessários, fazer artesanato, cozinhar e conviver com a família nos dias mais frios.

A análise dessas habitações permite compreender a concepção de espaço elaborado por esse grupo social (Novaes, 1983) e, sobretudo, as formas de apropriação e flexibilidade do espaço habitado. Este arranjo espacial simples, além de prover funcionalidade às atividades exercidas no cotidiano, mostra-se coerente com a tradição cultural dessa sociedade, que se pauta pela mobilidade entre aldeias e ao desapego material.

Para Costa (1987) a arquitetura guarani se caracteriza por apresentar uma simplificada estrutura construtiva, como reflexo direto da situação de trânsito ou de curta permanência nos locais de moradia.

Esse autor esclarece que a aparência simples ou rústica que eventualmente suas construções e as aldeias apresentam deve-se em boa parte à situação de mudança, própria de sua cultura. A mobilidade dos Guarani decorre além da supremacia da motivação espiritual, da condição decadente em termos ecológicos de seus territórios, que se deve ao cerco empreendido pela sociedade branca.

A porta é sempre frontal, as janelas raramente são observadas, quando ocorrem são pequenas aberturas situadas nas laterais e o caimento do telhado é acentuado, com os beirais protegendo as laterais, como demonstrado nas figuras a seguir.



Figuras 28: Casas tradicionais Mbyá-Guarani

Como essas edificações servem efetivamente de dormitório, a vida guarani acontece ao ar livre, sendo que a apropriação do espaço habitado vai além do construído, abrangendo o pátio circundante, a roça, as matas e os rios. É no pátio que ocorre a vida social, mantido geralmente na terra batida, com poucos vestígios de vegetação, onde se recebe os parentes e demais visitantes, se faz as refeições e artesanato junto ao fogo. Bem próximo, estabelece-se a roça de subsistência, algumas árvores frutíferas e ao seu redor são mantidas as matas e os rios. Dessa mata próxima e também da mais distante, conforme visto no item 4.4 são extraídos os elementos construtivos utilizados nas casas e artesanatos.

As casas tradicionais são produzidas segundo algumas crenças repletas de simbolismos oriundos da sua visão de mundo, a somatória desses conhecimentos simbólicos aliados à utilização dos recursos que o meio ambiente dispõe, proporciona uma solução espacial que melhor responde às necessidades cotidianas dos habitantes desta comunidade.

4.6.1 Desenho técnico das edificações tradicionais

As figuras 28, 29 e 30 expostas a seguir, apresentam respectivamente, a planta-baixa, a vista frontal e o corte transversal, caracterizando tecnicamente as casas tradicionalmente construídas pelos *Mbyá-Guarani*:

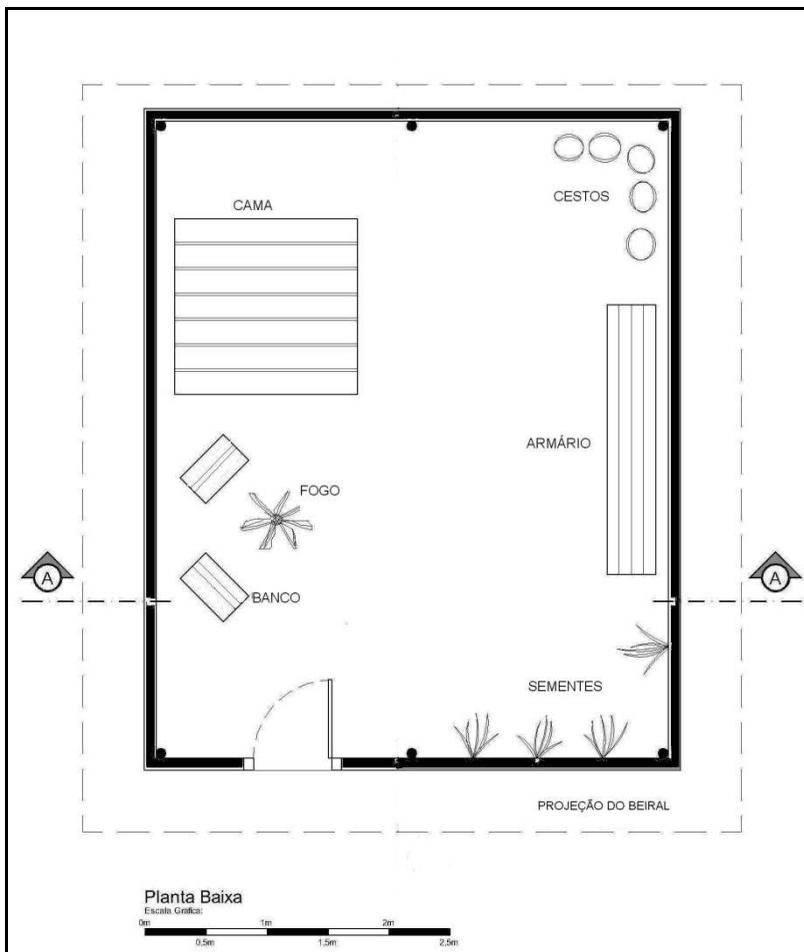


Figura 29: Planta-Baixa

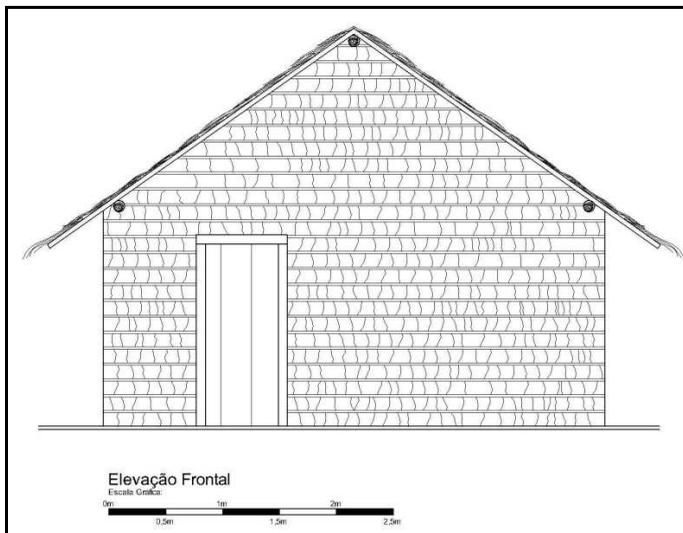


Figura 30: Vista Frontal

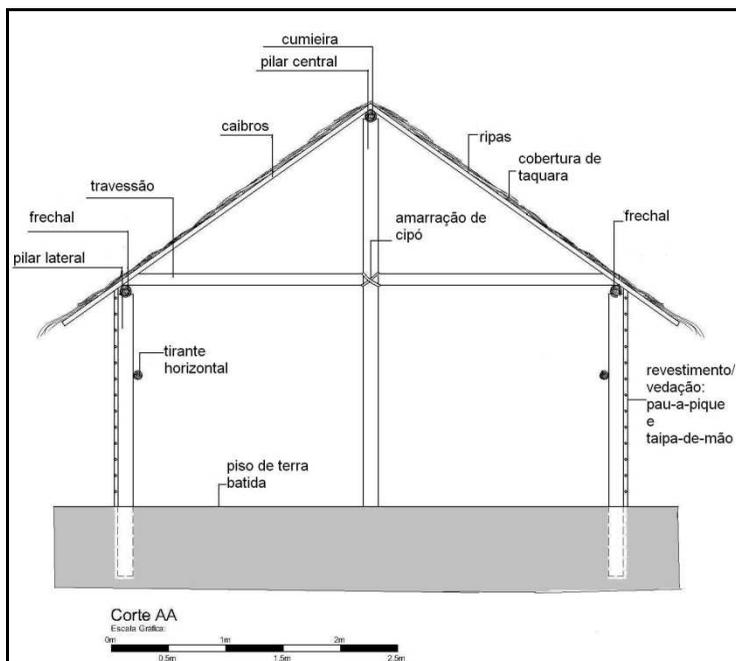


Figura 31: Corte transversal

A pouca mobília encontrada no interior dessas casas consta de estrados de madeira utilizados como camas e armários, grandes cestos produzidos de taquara onde são guardados alguns pertences ou alimentos e os pequenos assentos tradicionais denominados em guarani por *apyká*⁷², comumente observados nos pátios das casas *Mbyá*. Esse pequeno banco de madeira, que normalmente não ultrapassa vinte centímetros de altura, é produzido e utilizado pelos homens. Eles podem ser zoomórficos ou não, embora atualmente a escassez de madeira tenha restringido bastante a produção desses assentos esculpido com forma de animais, sendo mais comum encontrá-los na forma mostrada pelas seguintes figuras.



Figuras 32: Pequeno assento de madeira

Segundo Assis (2006) esse objeto tem uma função que ultrapassa o sentido utilitário de sentar, incorporando uma importante simbologia na forma de pensar dos *Mbyá*. Quando esses pequenos bancos se encontram no pátio em frente às casas, sua função é apenas utilitária, sendo denominado por *guapyra*. No contexto ritualístico da *Opy*, esse mesmo objeto é referido como *apyká* e adquire características transcendentais que possibilita, quando o xamã assenta-se nele, a comunicação com as divindades (ASSIS, 2006:88).

Outra importante ocasião em que esse objeto torna-se veículo de comunicação espiritual insere-se dentro do calendário agrícola guarani, quando da colheita anual do milho, com a celebração coletiva de *Nhemongaraí*, ritual de nomeação e batismo das crianças. Essa comemoração festiva é liderada pelos xamãs, que por meio da visão espiritual, identificam de que região celeste o assento da alma-palavra

⁷² Segundo o Léxico Guarani de Doolay (2001:16), *apyká* possui dois significados: 1. Condução sobrenatural que leva, ou até arrebatava pessoas para a habitação divina. 2. Pequeno banco.

da criança se origina. Segundo a cosmologia guarani, a alma da criança é transportada do mundo espiritual à terra pelo *apyká* e a origem de sua alma define seu nome, que por sua vez, se relaciona com sua missão terrena.

4.6.2 Principais características da casa tradicional Mbyá-Guarani

O modo de vida *Mbyá Guarani* reproduz um saber advindo da compreensão e observação da natureza que garante o desenvolvendo de práticas naturalmente sustentáveis, através de princípios construtivos elementares e materiais de baixo impacto ambiental. Essas edificações estão imbuídas por princípios sustentáveis e, segundo Roaf *et al.* (2003), as edificações tradicionais têm muito a ensinar sobre como projetar estruturas apropriadas às suas regiões.

A habitação *Mbyá* constitui uma das formas que mais significativamente caracterizam a organização social dessa cultura, posto que a casa é construída para atender a um propósito que emerge de um contexto cultural num lugar específico, que apresenta os elementos essenciais para a materialização desse projeto.

Os dados coletados em diferentes comunidades *Mbyá-Guarani* alusivos às principais características da casa tradicional estão apresentados a seguir. As informações referenciam os processos e elementos construtivos da estrutura, vedação, cobertura e piso dessas edificações. Essas informações foram coletadas principalmente em *Tekoá Marangatu*, bem como durante as visitas realizadas em *Tekoá Itanhaén* e *Tekoá Vy'á*.

4.6.2.1 Estrutura

A estrutura da casa tradicional é composta por dois pilares centrais (maiores) que sustentam a cumeeira e quatro laterais (menores) que apóiam os frechais. A escolha dos elementos verticais dessa estrutura geralmente recai sobre troncos que apresentem terminação em forquilha, para se conseguir maior estabilidade no apoio do elemento horizontal (cumeeira ou frechais). Quando não há uma forquilha natural são feitos entalhes para facilitar a justaposição e as amarrações com cipó. Esses elementos verticais são enterrados em buracos de fundação

para melhor fixação e rigidez da estrutura. As figuras a seguir demonstram a estrutura das casas tradicionais Mbyá-Guarani.



Figuras 33: Estrutura de troncos roliços



Figura 34: Estrutura da Casa Tradicional



Figuras 35: Detalhes da estrutura da Casa Tradicional

4.6.2.2 Vedações

As vedações tradicionalmente executadas pelos *Mbyá* em suas casas são o pau-a-pique e a taipa-de-mão, cujos elementos construtivos se limitam a pequenos troncos e galhos de espécies vegetais, cipó imbé, terra e água. As técnicas construtivas são descritas a seguir:

4.6.2.2.1 Pau-a-pique

A técnica construtiva utilizada para a vedação das casas tradicionais de *Marangatu* é popularmente conhecida por “pau-a-pique” e trata-se da colocação vertical de elementos de madeira, no caso dessas construções, diretamente no solo, sem a presença do baldrame, de pequenos troncos de árvores ou até mesmo alguns galhos roliços de bom tamanho, ou ainda de bambu. No momento da fixação dessas peças verticais deixa-se livre o vão da abertura da porta. A seguir incorporam-se os elementos horizontais, geralmente varas de taquaras em meia cana, no lado interno e externo, prendendo-os com tiras de cipó, outro tipo de fio sintético ou prego, formando uma trama reticulada. A presença de casas com as vedações somente em pau-a-pique é algo temporário, segundo os *Mbyá*, pois ainda não foram preenchidas com o barro. Esses detalhes são mostrados nas figuras a seguir.



Figuras 36: Detalhe vedação pau-a-pique



Figura 37: Trama de pau-a-pique



Figuras 38: Pau-a-pique e detalhe de partes do recobrimento de taipa-de-mão deteriorada

4.6.2.2.2 *Taipa-de-mão:*

Em seguida à execução do tramado de pau-a-pique, preenche-se manualmente com uma argamassa de barro os lados internos e externos, para vedar as frestas dessa trama citada. Esta técnica consiste em jogar de certa distância o barro nas paredes e depois pressionar a alisar bem no sentido horizontal. Esta fase construtiva, por ser fácil e divertida, permite a participação das crianças porque não exige mão-de-obra especializada. A terra para a preparação do barro provém de local próximo à obra, onde são cavadas aberturas circulares e de pouca profundidade. Nesse espaço se produz uma mistura pastosa com terra e água, amassada com os pés e as mãos a fim de se conseguir uma consistência que permita a sua aplicação e fixação junto aos elementos vegetais que formam as vedações. Nas habitações recobertas com taipa-

de-mão as pequenas fendas formadas entre os galhos são inteiramente fechadas, obtendo-se uma boa estanqueidade na edificação. A vedação das casas com essa técnica mostra-se mais adequada a climatização passiva, com a troca de calor tornado-se mais lenta e desse modo oferecendo maior conforto térmico. As figuras a seguir apresentam uma parede sendo preenchida pelo barro.



Figuras 39: Paredes de pau-a-pique sendo recobertas com barro

Essa técnica construtiva apresenta baixa resistência às intempéries e com o tempo as construções vão apresentando retrações e desagregações no preenchimento da camada de barro. Para se obter um resultado com maior durabilidade e resistência nas vedações, pode-se adicionar algum produto estabilizante, como cal ou cimento na massa do barro, bem como também a execução de camadas impermeabilizantes entre a fundação e a parede. Esses procedimentos construtivos resultam numa solução mais estável e com maior capacidade para suportar esforços de compressão e resistência.

Além da durabilidade, também se obtém um aspecto mais próximo das tipologias construtivas convencionais.

4.6.2.3. Tipos de Coberturas

Na cobertura são utilizadas as espécies vegetais coletadas em áreas próximas, como a taquara aberta, folhas de pindó ou guaricanga. Os caules das folhas são amarrados com cipó imbé de baixo para cima nos caibros de taquara ou outros pequenos galhos, compondo uma espessura que varia entre 10 a 20 centímetros. Nessa técnica somente as camadas mais externas da cobertura recebem as águas da chuva e sua inclinação permite um bom escoamento, proporcionando assim um

ambiente interno protegido e seco. A cobertura funciona como isolante térmico devido à espessa camada dos elementos naturais que provoca baixas trocas de calor entre o interior e o exterior. Outro ponto positivo dessa técnica é a possibilidade da exaustão da fumaça do fogo por entre as frestas da cobertura, que climatiza o ambiente interno sem causar problemas de saúde aos seus moradores. Os beirais na maioria das vezes são bem extensos, para proteger as vedações laterais das águas da chuva, conforme as figuras demonstram.



Figuras 40: Coberturas de taquara



Figura 41: Telhado com cobertura de folha de guaricanga



Figuras 42: Cobertura mista: folha de pindó e taquara

A vista interna do detalhe da cobertura mostra que a amarração das folhas de pindó na cobertura foi executada com fio industrial, conforme demonstra a figura 43.



Figuras 43: Vista da cobertura na parte interna com as amarrações em fio sintético



Figuras 44: Construção de telhado de taquara batida

4.6.2.4Piso

O piso dessas edificações é o próprio chão de terra apiloada, que permite o uso do fogo no interior da moradia. No momento de construir a moradia, adiciona-se uma camada de terra no seu interior para que seu piso fique um pouco mais elevado que o exterior e possa ser mais protegido da entrada da água da chuva.



Figura 45: Piso de chão batido permitindo a presença do fogo no seu interior.

4.6.3 Coleta do material utilizado na construção das casas tradicionais

Segundo Felipim (2001), as atividades de manejo e exploração dos recursos naturais são realizadas em épocas definidas de acordo com as fases da lua, sendo que as atividades de coleta de materiais para a construção de casas devem ocorrer durante a lua minguante. Medeiros (2006) discorre que as práticas de coleta de material para a confecção de artesanato e construções de casas apontam para um profundo conhecimento da base ecológica do funcionamento da diversidade,

sendo essa uma estratégia importante de manejo sustentável do ambiente ocupado pelos Guarani.

Relacionado a esses preceitos étnicos, estudos da antiga arquitetura japonesa apresentam semelhança nos princípios. Numazawa (2009) menciona que referente à madeira utilizada na arquitetura tradicional japonesa, havia uma disciplina técnica e espiritual que prezava, dentre outros requisitos, o momento do corte da árvore que só era executado nas estações de outono e inverno e na fase de quarto minguante da lua. Seguindo esse critério, acreditava-se que a madeira tornava-se mais resistente aos ataques de insetos.

Neste sentido, Carlier (1987⁷³, citado por NUMAZAWA, 2009) confirma com dados científicos esses preceitos culturais, afirmando que do mesmo modo como as marés sofrem influências da atração gravitacional da lua, as árvores também são influenciadas. Esse autor esclarece ainda que a fase da lua cheia atrai a seiva das árvores para o caule e copa. Já a fase lunar decrescente, exerce baixa influência sobre a Terra, levando a seiva das árvores a se concentrarem na raiz. Dessa forma, nestes períodos com menor concentração de seiva nos galhos e troncos, estes se tornam mais resistente aos ataques dos insetos xilófagos, que se alimentam dessa seiva.

4.6.4 Durabilidade das casas tradicionais

No âmbito da durabilidade, essas edificações não possuem a mesma resistência das casas construídas com tijolos, ferro e cimento, decorrente dos materiais e métodos construtivos que provêm do modo de vida dos Guarani. Em relação às vedações, como já visto, após a secagem do barro ocorre um efeito de retração desse material, que aos poucos vai se desagregando, acarretando uma diminuição da capacidade de resistência às águas da chuva.

Quanto aos materiais utilizados na cobertura, estes vão aos poucos se deteriorando, perdendo a estanqueidade e aumentando o ataque de alguns insetos que se alojam entre as palhas, sendo necessária a sua renovação periódica.

⁷³ CARLIER, H. The moon and agriculture. In: **Leisa Magazine**: Low External Input Sustainable Agriculture Magazine, Netherlands, v. 3, n. 1, p.20-24, 1987. Bimestral.

Segundo a dinâmica da mobilidade guarani, o cansaço da terra das plantações determina que as famílias desloquem suas roças para outras áreas na mesma aldeia ou partam para outras localidades. Nestes casos, são construídas novas moradias mais próximas das novas áreas de roça e as antigas moradias são abandonadas, com os materiais construtivos aos poucos se reincorporando ao ambiente, prática reconhecida como de baixo impacto.

A pouca importância atribuída à longevidade das suas casas se conecta com o costume tradicional de manter a mobilidade dos locais de roça em consonância com preceitos ecológicos de não exaurir a terra com as suas plantações. No sistema guarani, Zanin (2006: 45) busca nas palavras de Medrano (1992)⁷⁴ uma definição carregada de significação simbólica sobre a casa tradicional dos *Mbyá*, quando aquele autor expressa: “a casa é uma representação da floresta, uma vez que dela são retirados os materiais a serem utilizados, que acabam por retornar à floresta, ou seja, a casa é a própria floresta, portanto, o próprio território, *tekoá*.”

Além das casas acompanharem as migrações internas no *tekoá*, também há a mobilidade territorial exercida por essa etnia. Segundo Zibel Costa (1987), essa cultura entende que suas construções não são erguidas para permanecerem em pé por longo período de tempo, nem para fixar seus moradores em um mesmo lugar, mas sim para possibilitar-lhes a mobilidade espacial.

4.6.5 Novas Construções Tradicionais em *Tekoá Marangatu*

A fala dos moradores de *Marangatu* sobre a dificuldade com a coleta de material para construção das casas tradicionais é uma constante. No entanto, ao se adentrar pela comunidade, observa-se que os *Mbyá* prosseguem construindo essa tipologia nesse local.

Recentemente, com a chegada de uma família extensa vinda de uma Terra Indígena situada no litoral de São Paulo, foi aberta uma clareira na mata e foram construídas duas casas tradicionais, além de mais uma que está sendo finalizada e uma quarta que está sendo iniciada, todas no mesmo pátio.

⁷⁴ MEDRANO, R. H. O projeto jesuítico e a organização do espaço nas missões do Paraguai. 1992. Trabalho de Graduação Interdisciplinar- FAU/USP. São Paulo.

Numa das casas prontas o telhado foi executado com telhas cerâmicas (estão aguardando a ligação de energia elétrica) e a outra apresenta cobertura de folhas de guaricanga. Segundo os seus construtores, a mata ainda oferece material para continuar construindo conforme seu costume. Esclarecem que (sem contar com as telhas industrializadas da primeira casa) retiraram das proximidades os troncos e galhos de árvores, o cipó e as folhas de pindó.

Em relação ao tamanho dessas construções, as duas casas já finalizadas são de tamanho similar e medem aproximadamente 12m² (3X4). A casa que está recebendo o preenchimento com a taipa-de-mão e a outra que ainda está sendo executada a estrutura e a vedação de pau-a-pique possuem dimensões mais reduzidas, medindo em torno de 6 m² (2X3).

A seguinte figura mostra o pátio com as novas habitações.



Figura 46: Novas habitações tradicionais em Marangatu

Em resumo, a habitação tradicional dos *Mbyá-Guarani* apresenta uma solução construtiva caracterizada pela concreção da visão de mundo dessa sociedade, que alia conhecimentos técnicos sobre o ambiente que os cerca somados àqueles oriundos do seu mundo simbólico. Proporciona, portanto, a melhor resposta ao seu programa de necessidades e assim contribui para a manutenção de sua organização social e cultural.

4.7 CASA CERIMONIAL: *OPY*

Em toda aldeia guarani a espiritualidade é exercida na casa de reza, denominada pelo termo *Opy*, ou em alguns casos como *oó-guassu*, casa grande (COSTA, 1989, 1993). Este espaço edificado geralmente é a maior construção encontrada no local, sendo reverenciada como um espaço sagrado que concede proteção espiritual à aldeia.

A localização da casa de reza caracteriza a forma de apropriação espacial visto que esta edificação abre-se para um pátio central, um espaço de convergência onde são celebradas as atividades religiosas e sociais, comportando durante os seus rituais grande parte dos membros da comunidade. Próximo a esse local organizam-se as casas da família extensa do cacique observando-se um pátio comum entre elas.

Cadogan (1967⁷⁵, *apud* COSTA, 1989) refere-se à casa de rezas como a casa central de uma aldeia guarani, tendo o termo guarani *Opy* o significado de *o*: casa e *py*: centro, ponto fixo e também denotando coração, meio, semente, ou nas próprias palavras daquele etnógrafo: ‘A *Opy* é o coração do *Tekoá*, assim como o pajé é o coração do seu povo’.

Costa (1993) reforça ainda que o caráter sagrado dessa edificação se materializa na relevância do espaço interno e também no sistema de vedação que necessita ser mais estanque, para impedir a visão interior/exterior e a circulação de ventos que causa interferência nas rezas. Muito embora, além desses dois aspectos somados ao tamanho maior, o padrão formal dessa edificação não se diferencia das demais construções tradicionais, que seguem o processo construtivo e a tipologia arquitetônica similares.

Podem ser ressaltados outros dois aspectos que diferenciam a *Opy* das demais habitações, que se relacionam, mormente ao sistema simbólico e envolvem o ritualismo cerimonioso contido na prescrição que orienta a utilização de espécies arbóreas consideradas sagradas ao seu sistema mítico-religioso e por fim, na intenção de imprimir um caráter sagrado e permanente a essa edificação, em oposição as habitações que são consideradas construções mais efêmeras e transitórias.

Em relação ao cuidado com a utilização de materiais na construção das *Opy*, Assis (2006) esclarece que todo o processo construtivo da casa cerimonial é muito valorizado pelos *Mbyá*, que o

⁷⁵ CADOGAN, L. Chonó Kybwyrá: aves y almas en la mitología Guarani. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 15, 1967.

entendem como um importante elemento que os diferencia de outras etnias. As amarrações da estrutura que são executadas com fibras vegetais, sem a utilização de pregos, são preceitos culturais mantidos com orgulho por eles, conforme comumente relatam: “nada aqui foi pregado, é tudo amarrado como manda nosso sistema” (ASSIS, 2006:154).

Costa (1993) confirma essa fala quando expressa que atualmente há nas construções dos Guarani uma grande difusão da utilização de arames e pregos, além das dobradiças metálicas nas portas e janelas. Porém esse autor reforça que esses elementos exógenos dentro da cultura guarani são utilizados somente naquelas construções ditas pelos seus construtores como comuns, nunca nas casas de rezas.

Manter a tradição do processo construtivo das *Opy* pode abarcar significados que transcendem aspectos formais, conforme Darella (2004:315) discorre ao ter ouvido de um grupo de *Mbyá-Guarani*, em quatro ocasiões diferenciadas, entre tempos e espaços distintos, que os mesmos vivenciaram diversos problemas no local em que estavam iniciando a construção de uma nova comunidade, tendo que deixar aquele local às pressas.

O motivo relatado à pesquisadora foram as comunicações oníricas recebidas pela *xamã* que liderava o grupo, com sonhos e presságios que os alertavam sobre a premente necessidade de deixar o local onde haviam iniciado o estabelecimento de um *tekoá*, pois tinham cometido muitos erros. Entre os erros citados foi apontada “a utilização de pregos na construção da casa cerimonial quando deveriam ter utilizado apenas cipó imbé.”

No que tange à implantação no espaço, a *Opy* ocupa o centro simbólico da aldeia, demonstrando antes uma centralidade social do que um centro geométrico do território, e ainda conforme Schaden (1974) “é ponto de convergência das ações sociais e religiosas do grupo”. Acerca da importância da presença dessa edificação numa comunidade guarani, a *Opy* materializa a visão de mundo dos Guarani, a relação do ser humano e da natureza com o mundo celestial. Essa edificação é a casa central, a casa fixa, imutável e o coração da aldeia, a geradora do território guarani, representando no espaço físico o papel exercido pelo pajé no contexto social (COSTA, 1989).

Recorre-se novamente a Schaden (1974) para explicar que os Guarani se constituem um povo extremamente religioso, sendo que a sua “vida religiosa em conexão com a existência social (...) [é] o que de mais genuíno tem a cultura desses índios.” Dessa forma, compreende-se

que a construção da casa de rezas é permeada por um ritualismo cerimonioso, além do que de acordo com a tradição oral guarani, o pajé e os anciões da aldeia são consultados no momento da escolha do lugar mais favorável para essa edificação.

Esse saber é essencialmente empírico e comunga com o termo latino *genius loci*⁷⁶, que se refere ao espírito do lugar e reconhece a presença forte da memória coletiva e o acúmulo de saberes e experiências desse espaço: “O espírito do lugar, algo que não tem forma nem pode ser captado por uma fotografia: a alma, o talento, a vocação de cada território” (ROSSI, 1995:147). Augusto da Silva confirma a tradição guarani expressa no cuidado com a localização da *Opy* em relação aos pontos cardeais:

[...] antigamente eu sempre vi os antigos dizendo que a casa de reza tem que ser virada pro nascente do sol, é porque o sol para nós é um deus, *Karai*. O dono do sol é *Nhamandu*, o primeiro que fez tudo aqui, porque antes era tudo escuro, não tinha luz, nem terra, só água. O sol que dá a vida é como um trem que vem e ilumina tudo. Agora pra casa comum, a de morar tem que ver é o local onde vai ser construído, aí se escolhe pra que lado abre a porta.

Neste contexto, a *Opy*, conforme Costa (1993) sintetiza, seria um abrigo dos deuses, estando intimamente associada com a cosmologia guarani que indica certos preceitos para a sua construção na aldeia, como a utilização de matéria prima natural, o cuidado com a escolha do local, a abertura voltada para o sol nascente e ainda, que sua construção aconteça durante a primavera.

Portanto, a *Opy* representa um espaço especial onde ocorre o contato com o divino e essa crença sustenta e mantém a visão de mundo da sociedade *Mbyá*, conforme discorre Augusto da Silva:

Para colher o material no mato pra fazer casa, mas tem que escolher. Se for para a *Opy*, então tem

⁷⁶ Termo utilizado pelo arquiteto italiano Aldo Rossi (1995) referente à preocupação no mundo clássico com a implantação das construções e das cidades em relação às características espaciais singulares e ao mesmo tempo universais presentes em dado espaço e influenciadas pela divindade que presidia aquele local.

que escolher bem, aquele que Deus fez para nós, nem tudo pode usar para fazer casa de reza. A canela é boa, têm duas canelas, a do brejo e a amarela, essa é melhor. Porque é uma madeira leve, mas que não apodrece por dentro, essa dá pra construir.

Recentemente, primavera de 2010, ocorreu a construção da nova *Opy de Tekoá Marangatu*. Esse processo foi executado através do sistema de mutirão e mobilizou grande parte da mão-de-obra masculina da comunidade. Todos os detalhes foram executados seguindo a máxima atenção às suas peculiaridades construtivas. A figura 47 apresenta externamente a beleza plástica desta nova edificação e as figuras seguintes demonstram detalhes do interior da antiga *Opy*, com os instrumentos musicais utilizados nos rituais religiosos.



Figura 47: Casa Cerimonial- *Opy de Tekoá Marangatu* – Vista Externa



Figuras 48: *Opy*- Instrumentos Musicais utilizados nos rituais religiosos.

A expressão material da cultura guarani está presente nos espaços nos quais ainda é possível manter suas práticas e crenças tradicionais, materializados na construção de suas casas com materiais que priorizam o uso de espécies vegetais da flora local, assim como também nos padrões de assentamento. Por outro lado, nos locais mais expostos a influências externas os Guarani a buscam adaptações para suas moradias, com a utilização de novos materiais que levam a contínuas reinterpretações nas configurações espaciais.

A análise efetuada sobre a relação entre cultura e ambiente construído, ou mais precisamente, do entendimento sobre como as referências simbólicas se expressam no espaço, seguiu uma abordagem interdisciplinar de áreas dos conhecimentos disponibilizados pela revisão da literatura, que no contexto analisado, direcionou a compreensão dos saberes interculturais dos *Mbyá-Guarani*, cuja configuração espacial transcende os aspectos meramente formais.

CAPITULO 5: HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

156

Habitação de Interesse Social em Aldeias Indígenas: uma abordagem sobre o ambiente construído Mbyá-Guarani no litoral de Santa Catarina

EM *TEKOÁ MARANGATU*

Este capítulo expõe historicamente as informações concernentes ao processo para implantação de Habitações de Interesse Social em cinco aldeias *Mbyá* de Santa Catarina. Delineia os argumentos defendidos pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, que propõe diretrizes para a elaboração de políticas públicas para esse segmento social. Descreve tecnicamente o projeto arquitetônico dessas novas habitações e suas características construtivas. Relaciona as características materiais das casas tradicionais e das habitações sociais, avaliando os materiais, sistema e técnicas construtivas, além de efetuar uma análise simbólica das atividades e comportamentos gerados pelo arranjo espacial de cada uma delas. Discute o contexto apresentado nessas comunidades com a vivência nessas duas casas.

5.1 DADOS HISTÓRICOS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÕES DE HIS EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Nas aldeias indígenas a falta de moradias levou a FUNAI, em parceria com o Ministério das Cidades e FUNASA, a firmar um protocolo de intenções visando implementar as ações para conter o déficit habitacional dessas comunidades.

Com este objetivo, foi instituído o Plano Plurianual no ano de 2004, denominado Programa de Subsídio a Habitação para Populações de Baixa Renda – PSH Indígena, tendo por meta: “propor até o exercício de 2007, a construção de 30 mil unidades para os povos indígenas ocupantes das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.”⁷⁷.

Segundo dados do Ministério da Justiça, as ações implementadas através do Plano Plurianual – PPA determinam que se estabeleça um programa de habitação adequado as peculiaridades étnicas das comunidades indígenas, uma vez que:

⁷⁷ Dados obtidos em: <<http://www.mj.gov.br/datas/pages>: Ministério da Justiça/Povos Indígenas/Apoio às Comunidades> Acesso em 28/07/2008.

[...] estas não se enquadram nos parâmetros estabelecidos nos programas destinados a comunidades de baixa renda, sobretudo, nos moldes dos Programas Oficiais do Governo Federal, face as comunidades indígenas, em geral, encontrarem-se abaixo da faixa de pobreza.

Quanto ao projeto arquitetônico referente às moradias destinadas a essas aldeias, a proposta entende que:

[...] em face da restrição orçamentária, nossa proposta ficaria limitada ao modelo de unidade de moradia de cunho popular, contando com sala, dois quartos, uma cozinha, uma varanda e um banheiro, utilizando-se de traços arquitetônicos do grupo indígena, sempre que possível. A construção deveria ser em alvenaria de tijolo, cobertura de telhas de barro ou outro material definido no projeto arquitetônico, utilizando materiais e técnicas da região onde serão construídas as casas.

Para atender a demanda habitacional de algumas comunidades *Mbyá-Guarani* do litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, foi firmado o convênio DNIT/FUNAI em razão dos resultados relacionados à questão indígena contidos no EIA/RIMA referente às obras de duplicação da BR-101, trecho sul, entre o município de Palhoça, SC e o município de Osório, RS.

Com a divulgação do levantamento das necessidades das comunidades impactadas com o empreendimento ficaram estabelecidas medidas mitigadoras que determinaram o repasse de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões) do DNIT à FUNAI. Dessa parceria instituiu-se o Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Guarani (PACIG), destinado à aquisição de terras, construção de moradias e demais benfeitorias.

Em Santa Catarina, foram adquiridas terras para três comunidades *Mbyá-Guarani*, como foi referido no item 2.1.4 relativo à situação fundiária das comunidades do estado: *Itanhaén/Morro da Palha* e *Kuri'y/Amaral* em Biguaçu (2007e 2008, respectivamente); *Tava'i/Canelinha* (2007) e *Vy'á / Major Gercino* (2009).

Além da aquisição de terras, o PACIG destinou verba para a construção de 58 casas em cinco comunidades.

O número de moradias para cada comunidade foi decidido de acordo com o número de famílias que habitavam as aldeias durante o processo de elaboração do projeto.

A recente construção de 20 dessas casas em *Marangatu* não foi suficiente para conter seu déficit de moradias, que segundo o cacique Afonso Gerônimo, conta com 32 famílias. Dessa forma, foi reivindicada junto à FUNAI a construção de mais 12 casas com essa mesma tipologia para atender todas as famílias da comunidade.

As 58 habitações destinadas a cinco comunidades *Mbyá-Guarani* em Santa Catarina estão distribuídas conforme quadro a seguir:

	Comunidade	Localização/Município	Número de Habitações
1	<i>Tekoá Tava'í</i>	Rio da Dona, Canelinha	7
2	<i>Tekoá Itanhãe</i>	Fazenda Morro da Palha, Biguaçu	12
3	<i>Tekoá Kury'y</i>	Amaral, Biguaçu	13
4	<i>Tekoá Itaty</i>	Morro dos Cavalos, Palhoça	6
5	<i>Tekoá Marangatu</i>	Cachoeira dos Inácios, Imaruí	20

Quadro 6: Comunidades indígenas, municípios e número de moradias.

Fonte: DNIT

Em conversa com Juracy Coelho⁷⁸, engenheiro pertencente ao corpo técnico da FUNAI responsável pelo projeto arquitetônico das casas destinadas às comunidades indígenas, este esclareceu ter havido uma reunião entre esses técnicos e lideranças indígenas, ocasião em que o projeto foi apresentado aos *Mbyá-Guarani* presentes, obtendo a sua aprovação.

A proposta de moradia para os povos indígenas, idealizada pelos técnicos da FUNAI consta da seguinte descrição⁷⁹:

⁷⁸ Em novembro de 2009, durante o III Congresso Iberoamericano de Habitação de Interesse Social, realizado em Florianópolis, SC.

⁷⁹ In: <<http://www.mj.gov.br>>

Sabendo-se que os elementos que formam essa construção como: cobertura, uso de grafismo (em portas, paredes e piso), e a concepção espacial, entre outros, apresentam a tentativa de trazer para essa obra a essência das construções indígenas, objetivando, assim, uma melhor convivência no espaço disponibilizado para os povos que o utilizarão, primando pelo conforto e familiaridade com os espaços concebidos, uma vez que os projetos deverão priorizar a diversidade, tão necessária à vida, adotando sistemas diferenciados para a solução das variáveis do projeto (COELHO, 2004).

Pertinente a esse ponto, durante visita em *tekoá Itanhaén*, o cacique Timóteo Oliveira, uma das lideranças presentes na reunião citada, ao ser questionado sobre que tipo de casa seria construída em sua aldeia, não soube especificar exatamente como era o projeto, dando a seguinte resposta: “Não é como casa de Guarani [...] esta vai durar pra sempre, nós quisemos assim [...] eu vi (...) mas não sei bem como entendi [...] unicamente sei que é casa de branco”.

Cabe ressaltar que Artur Benitez, cacique e líder espiritual de *tekoá Vy'á*, em Major Gercino, durante visita em sua aldeia em maio de 2010, afirmou que não aceitou a construção dessas casas em sua comunidade, porque busca viver mais próximo da vida tradicional guarani. Também no núcleo habitacional que reside e noutro próximo de alguns membros de sua família extensa não há instalação de energia elétrica.

Embora a utilização de energia elétrica esteja atualmente difundida entre os *Mbyá*, há os que preferem não acessar esse benefício, construindo deliberadamente suas casas em locais não alcançados pela rede elétrica. Uma das filhas de Artur, mãe de quatro crianças, justifica sua decisão com as seguintes palavras: “Esse é o jeito que preferimos viver, que se está mais acostumada, (...) [é] mais adequado (...) traz mais saúde para o Guarani”.

Artur legitima essa fala, quando conta que depois que se mudou para essa terra, nomeada por ele de *Tekoá Vy'á*: Aldeia Feliz, não mais adoeceu e isso, na sua visão, tem relação com as boas características do

lugar escolhido para viver, que pretende manter, pelo menos em parte dele, sem a presença da intervenção externa⁸⁰.

No caso dos *Mbyá-Guarani*, a manutenção de seu sistema construtivo representa um mecanismo de fortalecimento cultural, assim como algumas das suas atividades de subsistência, como a agricultura, coleta, caça ou pesca.

A área mais próxima da entrada, onde está situada tanto a escola quanto o posto de saúde, conta com energia elétrica. Alguns moradores têm suas casas neste local, inclusive um filho do cacique que habita uma casa de madeira e diz viver quase como um branco, um tanto afastado do sistema guarani. Embora assim se considere, demonstra grande respeito e admiração pelo seu pai, que com suas visões protege e aconselha a todos na comunidade. Conta que seu pai conversa com os espíritos da mata quando colhe material para remédio, construção, para indicar o melhor local para construir uma casa ou para que as águas do rio não invadam a aldeia⁸¹.

A figura a seguir apresenta uma casa tradicional em *Tekoá Vy'á*.



Figura 49: Casa tradicional em *Tekoá Vy'á*.

⁸⁰ Essa visão está em consonância com as pesquisas de Bueno (1995) que demonstram a influência nociva dos campos de radiação emitidos pela energia elétrica em relação à saúde humana.

⁸¹ O Rio Tijucas faz divisa com a aldeia e várias propriedades vizinhas já tiveram suas terras invadidas pelas suas cheias.

5.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

A Constituição Federal de 1988 é um marco histórico no processo de legitimar os direitos diferenciados dos povos indígenas, consolidando posições que asseguram o reconhecimento da sua organização social, seus costumes, a língua e suas crenças e tradições, conforme visto estarem estipulado no artigo 231 desse ordenamento jurídico.

Com objetivos de desenvolver políticas públicas voltadas a esses segmentos sociais, bem como contemplar suas especificidades, foi instituída a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais.⁸²

Considerando as especificidades sociais, econômicas, culturais e ambientais nas quais se encontram inseridos os povos e comunidades tradicionais, essa comissão redigiu um documento⁸³ que delimita quatro eixos estratégicos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, abaixo:

1. Acesso Aos Territórios Tradicionais e aos Recursos Naturais;
2. Infra-Estrutura;
3. Inclusão Social e,
4. Fomento e Produção Sustentável;

No eixo da implementação de infra-estrutura adequada às realidades sócio-culturais de demandas dos povos e comunidades tradicionais encontram-se as seguintes diretrizes:

- a) Garantir a participação dos povos e comunidades tradicionais na concepção, elaboração e implementação dos Planos Diretores, do Zoneamentos Ecológico-Econômicos, outros

⁸² Nesses termos, incluem-se outras categorias além das indígenas, como: povos quilombolas, seringueiros, pescadores artesanais, entre outras formas de organização social.

⁸³ Texto de 01/07/2006 consolidado com as contribuições dos membros da Comissão Nacional da PNPCT* durante a 2ª Reunião Ordinária da CNPCT**, realizada entre 30/80/2006 a 01/09/2006em Brasília – DF.

*PNPCT – Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

**CNPCT – Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

planos de uso e ocupação territorial e também nas instâncias de decisão relativas à execução de projetos de infra-estrutura.

- b) Priorizar a participação dos povos e comunidades tradicionais na concepção, elaboração e implementação, bem como a utilização da mão-de-obra local nos projetos de infra-estrutura baseados em padrões socioculturais dos povos e comunidades tradicionais.
- c) Conceber, necessariamente em conjunto com os povos e comunidades tradicionais respeitando-se os padrões locais, as obras a serem construídas em seus territórios.

A elaboração da Política Nacional contou com a participação dos órgãos responsáveis pelas políticas de ação indigenista, de organizações da sociedade civil e representantes das organizações indígenas. Portanto, a consolidação dessas políticas é um passo fundamental para direcionar ações que considerem e respeitem a diversidade cultural, com predominância do saber tradicionalmente edificado e preservação dos significados simbólicos, nos quais os membros das etnias indígenas encontram razões para continuar suas práticas e vivências.

O interesse em levantar essa questão torna-se relevante em face da necessidade do estabelecimento de políticas voltadas à habitação nas comunidades indígenas que contemplem e abarquem o seu saber construtivo, de acordo com os preceitos norteadores acima expostos.

Esta base de argumentação entende que as intervenções das políticas públicas em comunidades indígenas devem valorizar os conhecimentos e as técnicas praticadas tradicionalmente, não provocando dependências tecnológicas e econômicas, conferir autonomia e respeitar a autodeterminação destes povos.

5.3 CARACTERÍSTICAS DAS NOVAS TIPOLOGIAS HABITACIONAIS

A tipologia das habitações sociais construídas em algumas comunidades Guarani em Santa Catarina apresenta materiais e técnicas construtivas que seguem o padrão dominante da indústria da construção.

Trata-se, portanto, de elementos exógenos a essas comunidades, apresentando as seguintes características:

Habitação de Interesse Social	
Área construída	67 m ²
Cobertura	Telhas cerâmicas com caimento de 39°
Esquadrias	Madeira
Estrutura	Concreto
Estrutura do telhado	Madeira
Forro	Madeira
Pé-direito	2,3 m
Piso	Cimento alisado em todos os ambientes
Planta-baixa	Retangular com extremidades semicirculares
Vedação	Alvenaria com blocos cerâmicos de seis furos

Quadro 7: Especificações Técnicas - Habitação Social

As figuras a seguir, com a representação técnica da planta baixa e elevações demonstram algumas dessas especificações.

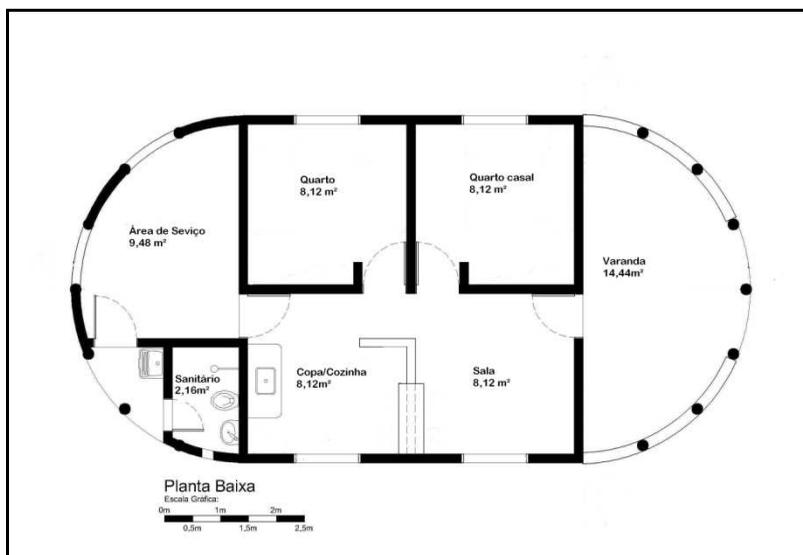


Figura 50: Desenho técnico Habitação Social- Planta Baixa

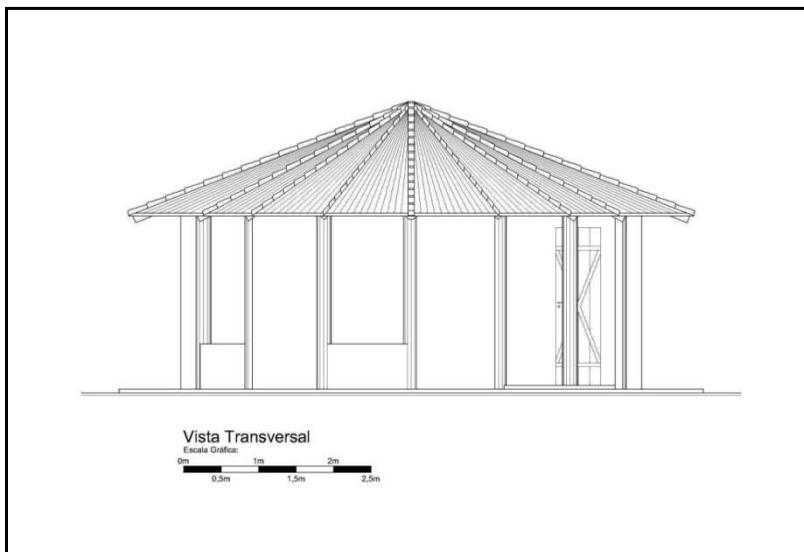


Figura 51: Desenho técnico da Habitação Social – vista transversal

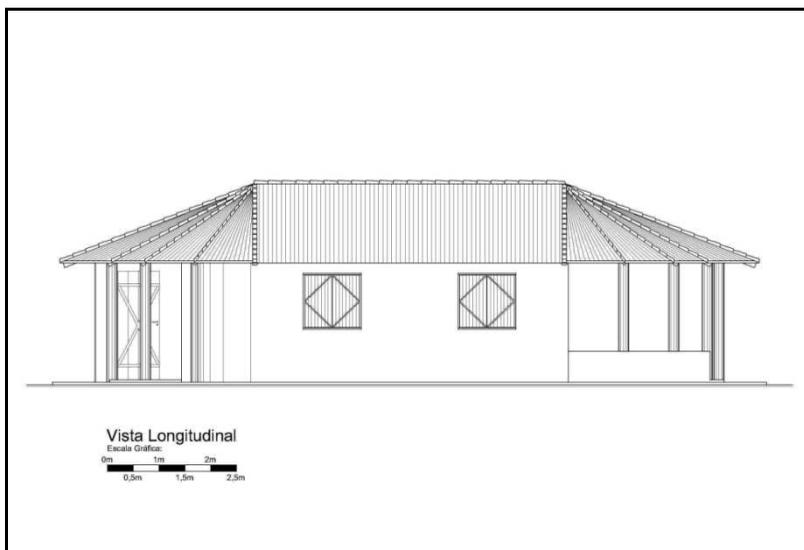


Figura 52: Desenho técnico Habitação Social- vista longitudinal

Em *tekoá Marangatu* foram construídas 20 habitações, com custo de R\$ 548.315,40, verba proveniente do convênio FUNAI/DNIT. Os moradores escolheram o local para a implantação de suas casas. Muitas delas foram construídas no mesmo núcleo familiar no qual se encontravam as casas tradicionais. A figura a seguir demonstra a disposição espacial das vinte unidades residenciais construídas em *Marangatu*.



Figura 53: Implantação das Habitações sociais em *tekoá Marangatu*
Fonte: Dados adicionados sobre imagem de Google Earth, (2009)

Neste projeto arquitetônico, que foi elaborado pelo corpo técnico da FUNAI, para as comunidades Guarani, o elemento que tenta se aproximar da linguagem formal da arquitetura das culturas indígenas é a circularidade do telhado, que remete às antigas casas, cujos vestígios são encontrados em alguns sítios de acordo com pesquisas arqueológicas. Entende-se que reproduzir essa forma arredondada ou até mesmo o uso de grafismos (de acordo com a proposta do autor anteriormente citada) são apenas elementos decorativos, que lembram “o estilo” guarani sem, no entanto respeitar a especificidade dessa cultura que deve ser contemplada na preservação dos significados simbólicos que permeiam seus espaços construídos.

Pertinente a essa reflexão, vale acentuar que o planejamento de uma habitação, assim como de qualquer outro empreendimento é um processo que envolve a tomada de decisões iniciais que influenciarão as etapas subsequentes, daí a importância de se prever um procedimento projetual participativo.

As palavras de Gregotti lançam luz sobre o papel social do arquiteto, que “não é certamente de natureza sociológica ou antropológica, mas sua função frente ao homem e a sociedade continuamente lançam hipóteses sobre diversos comportamentos e as diversas modalidades de relação no trabalho, na família e na comunidade” (GREGOTTI, 1975:183).

Neste contexto, entende-se que apesar deste projeto arquitetônico ter sido aprovado pelas lideranças indígenas, não houve a participação desses usuários na elaboração do mesmo, conforme exposto no item 5.2 referente às diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais.

Embora se tenha claro a importância da participação dos povos tradicionais, neste caso, indígenas, na elaboração dos projetos voltados à implementação de infra-estrutura adequada às suas comunidades, pode-se questionar a aplicabilidade desse enfoque, devido ao desconhecimento dos códigos da representação técnica utilizados nos projetos de arquitetura e/ou engenharia, que dificulta a apreensão do significado real do objeto proposto. A participação efetiva dos usuários na gestão nos projetos que lhe dizem respeito só se dará com a devida capacitação frente ao repertório técnico utilizado, pois de outro modo, o processo participativo serve apenas para legitimar o projeto realizado pelo corpo técnico.

Essas novas tipologias habitacionais foram executadas por mão-de-obra externa, contratada pela construtora que venceu o processo licitatório⁸⁴. Em visita à comunidade durante a construção dessas casas, ouviu-se da pessoa responsável por esse empreendimento, que estava havendo a necessidade de trazer mais pessoas para a execução desse trabalho. Segundo ele, os Guarani que foram contratados como ajudantes de pedreiros não tinham constância no serviço, justificando suas faltas com os cuidados na roça e/ou outros assuntos relativos à família, causando o atraso do cronograma previsto.

Conforme se ouviu dos Guarani entrevistados, alguns operários decidiram abandonar o trabalho e voltaram ao seu estado de origem, devido a insatisfações de ordem financeira, quais sejam, baixo salário e constantes atrasos em seus pagamentos⁸⁵.

⁸⁴ Empresa de construção situada no estado da Bahia, estado de origem dos operários contratados para executarem as obras nas comunidades Guarani nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

⁸⁵ Conforme se ouviu, os funcionários se deram conta de que o piso salarial de operários da construção civil na Bahia é menor que o de Santa Catarina e reivindicaram equiparação de

O impasse gerado entre a construtora e seus funcionários acarretou a paralisação das obras, sendo que das 58 unidades habitacionais contratadas, somente 26 foram executadas. Mesmo assim, das vinte unidades construídas em *Marangatu*, uma delas não foi concluída, algumas edificações apresentam infiltração no telhado e/ou também deslocamento de partes do reboco.

Além do fato de uma moradia ter ficado incompleta e algumas outras mal acabadas, essas intervenções foram todas entregues sem o fogão a lenha, muito embora, de acordo com o projeto arquitetônico apresentado pelo encarregado dessas obras em *Marangatu*, o leiaute previa na área de serviço a construção de um fogão a lenha de alvenaria, conforme demonstra a figura a seguir.

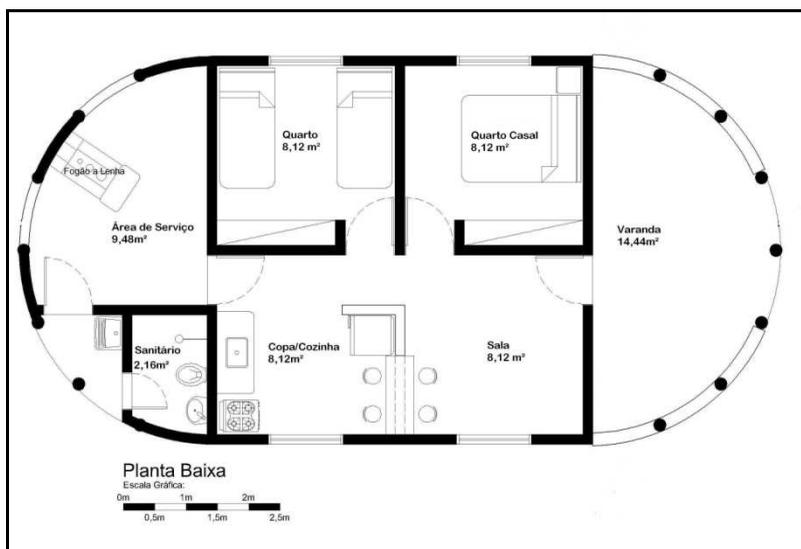


Figura 54: Leiaute proposto para as habitações sociais nas comunidades *Mbyá-Guarani*

As outras seis construções executadas em *tekoá Tava'i*, no município de Canelinha, foram entregues sem as instalações elétricas e hidrosanitárias. Em *tekoá Itanhaén*, município de Biguaçu, das doze unidades previstas, somente duas casas foram iniciadas e não foram

proventos. Como a construtora não aceitou esse reajuste, todos decidiram reincidir os contratos, abandonaram o serviço e voltaram para seu estado de origem. Segundo os Guarani ouvidos neste caso, a alegação foi que se era para ganhar o mesmo que na Bahia, eles preferiam trabalhar em casa.

concluídas. Nas demais comunidades, as obras nem mesmo foram iniciadas.

A complexidade dos fatores que envolvem a construção de habitações em terras indígenas advém no momento em que se ressalta a necessidade dessas soluções construtivas contemplarem o *modus vivendi* do povo Guarani, com suas diferenças sócio-culturais e, ao mesmo tempo atenderem adequadamente os princípios de infra-estrutura básicos da habitação contemporânea.

No entanto, as políticas públicas voltadas a atender as necessidades dos povos indígenas vêm aplicando recursos em tipologias construtivas inadequadas, desconsiderando um saber próprio que expressa uma forma de habitar mais holística e integrada à sua cosmologia.

Apesar de essas novas edificações suprirem um déficit habitacional existente nas comunidades Guarani, esses modelos apresentam uma conceituação arquitetônica distinta da casa tradicional produzida por essa etnia.

A figura a seguir demonstra a presença das duas tipologias lado a lado em *Tekoá Marangatu*.



Figura 55: Casa Tradicional e Habitação Social em construção – *Marangatu*

Além das observações e leituras espaciais, as entrevistas esclareceram o grau de satisfação dos Guarani com as habitações recebidas. Alguns jovens e adultos entrevistados mostraram-se satisfeitos e acreditam que essas casas representam o modo como querem viver atualmente e no futuro, que está bem distante do modo de

vida vivido por seus velhinhos. Salientam que hoje os jovens estudam, alguns utilizam computador, televisão, aparelho de som, celular e esta casa se mostra adequada a esse cotidiano. Mesmo entre essas duas faixas etárias, alguns dos *Mbyá* entrevistados relataram que essas casas são importantes porque não há mais material para fazer suas casas antigas, embora eles expressem ter consciência que as mesmas não refletem a cultura guarani.

Ouviu-se também muitas reclamações sobre a ocorrência de goteiras, além de sempre ressaltarem a ausência de um fogão à lenha conforme constava no projeto arquitetônico.

Embora a falta de material construtivo para a manutenção das casas tradicionais dificulte a manutenção dessa importante tradição, muitos deles ainda continuam construindo e habitando essas edificações tradicionais.



Figuras 56: Tipologias construídas em Marangatu

Para aqueles que entendem que a manutenção da casa tradicional já não se caracteriza como modelos de moradia ao se utilizarem das novas habitações sociais buscam a assimilação de padrões e hábitos de comportamento contemporâneos e a inserção na sociedade envolvente. Apesar dessa autonomia cultural em relação à habitação, apresentam, todavia, uma disposição para manterem vivas muitas das suas peculiaridades tradicionais, como a língua materna, a organização sócio-política e redes de parentesco, a religiosidade, a economia de reciprocidade e a endogamia⁸⁶.

Em relação aos idosos, há um consenso em permanecerem habitando suas casas tradicionais. Eles falam que gostam de morar em casa de índio, que estão muito acostumados, pois é “difícil mudar o

⁸⁶ No caso dos *Mbyá* é tradição manter os casamentos entre indivíduos dessa mesma etnia.

costume”. Deixam claro que não pretendem desmanchá-las. O costume de dormir ao lado do fogo é o maior motivo para não habitarem as novas casas, que são utilizadas por eles somente para guardar objetos.

De acordo com a fala de um *Mbyá* mais idoso a respeito desse projeto construtivo, foi dito: “essas novas casas são boas, porque dá pra guardar as coisas que ganhamos, mas pra morar não dá, vou continuar morando na casa de barro”. Menciona que constrói casas desde criança e as considera mais adequadas a sua cultura, portanto são melhores que as novas e ainda afirma que eles vão continuar construindo as casas de barro por muito tempo ainda, “porque ninguém vai esquecer como se faz.”

Mostra-se satisfeito com a casa que habita, construída por ele há alguns anos, com estrutura de eucalipto, paredes de pau-a-pique e telhado de taquara batida, que apresentava, mesmo num dia muito quente, um ambiente interno com temperatura amena, podendo ser aquecido nas noites frias com a presença do fogo em seu interior.

Apesar de ter aceitado conversar sobre a sua casa, preferiu não identificar o modo construtivo, demonstrando querer manter o direito de preservar o conhecimento de sua arquitetura tradicional:

[...] às vezes os estudantes de fora chegam e vem já fotografando, mas eu não gosto assim [...] a casa de fazer assim como Guarani faz é da cultura mesmo, nossa, como *Nhanderu* (nosso Pai Criador) deixou prá nós. Isso é coisa de Guarani, só interessa ao índio mesmo.

Com esta colocação, compreende-se que a casa para o Guarani é antes, a materialização da sua cosmologia, se revestindo de importância que transcende o objeto material e adentra o domínio do sagrado, devendo ser resguardado dos olhares profanos dos demais.



Figura 57: Pátio de uma família *Mbyá-Guarani*

5.4 RELAÇÃO ENTRE A CASA TRADICIONAL E A HABITAÇÃO SOCIAL

Devido à especificidade da cultura Guarani, a avaliação procurou abordar as intervenções propostas pelas políticas públicas dentro do enfoque qualitativo, relacionando essas habitações com a forma como os *Mbyá-Guarani* tradicionalmente concebem e estruturam seu espaço construído.

Inseridos nos aspectos materiais e simbólicos, os itens analisados referem-se aos materiais, sistemas e técnicas construtivas e ao arranjo espacial, das casas tradicionais dos *Mbyá-Guarani* e das habitações de interesse Social.

Em relação aos materiais construtivos, foi observado que a escolha dos materiais tradicionais está inserida dentro de um contexto cultural, simbólico e ambiental. Enquanto que aqueles utilizados nas HIS são fornecidos pela indústria da construção civil.

De acordo com a pesquisa, o sistema construtivo dos *Mbyá-Guarani* baseia-se num sistema de economia de reciprocidade

materializado nos mutirões construtivos. Nas habitações sociais veio por meio de uma empresa que venceu um processo licitatório.

A técnica construtiva utilizada pelos *Mbyá* advém de conhecimentos empíricos em relação ao meio circundante e repassados na prática do fazer, onde todos aprendem. As intervenções habitacionais externas são construídas com tecnologias alheias ao grupo indígena, gerando dependência na sua manutenção.

O arranjo espacial das habitações dos guarani se configura como um espaço flexível e integrado ao pátio externo, sem divisões internas e que permite o fogo de chão posicionado na área central. As habitações sociais apresentam espaços compartimentados, pré-definidos e segregados da área externa. Além de propor espaços que pedem a utilização de equipamentos não condizentes com o padrão de vida dos *Mbyá-Guarani*.

Embora se considere positivo o fato dessa nova edificação atender as necessidades físicas de abrigo e moradia dessa comunidade, a base de argumentação parte do pressuposto que o ato de morar é uma manifestação de caráter cultural, que suplanta o valor de um mero abrigo de proteção física contra as intempéries, como já tendo sido explicitado. Com relação a essas unidades habitacionais, as pesquisas em tecnologias mais sustentáveis e que não estejam vinculadas a tecnologias, materiais construtivos e modo de produção convencionais da sociedade industrial aproximam-se mais das suas tradições construtivas e melhor respondem às suas especificidades étnicas.

Neste sentido, não é o caso de condenar esse grupo social a habitar numa “aldeia museu” (GALLOIS, 2006), mas antes disso, entender que essa imposição a valores progressistas é mais uma forma de catequização. Embora dessa vez, no lugar de injunções religiosas, esteja sendo imposto o deus “progresso”, com seus inquestionáveis atributos tecnológicos prontos para substituir as antigas técnicas aprimoradas no decorrer de longo período de tempo e imbuídas de profundos significados sociais e critérios ecologicamente coerentes.

Dessa forma essa avaliação não se restringe apenas a fatores técnicos, estéticos e econômicos, mas adentra interdisciplinarmente o território do morar, entendendo que a tradição ou o “*nhande rekõ*”, que em guarani é traduzido por modo de ser ou sistema tradicional, materializa-se integralmente no seu ambiente construído.

5.4.1 Materiais Construtivos

Os materiais construtivos utilizados na arquitetura tradicional possuem baixo índice de energia incorporada, que é a quantidade de energia não renovável utilizada na extração, na produção, no transporte e no descarte desses materiais. Os custos dessas construções são nulos quando há nas proximidades um ecossistema preservado que permite a coleta das espécies vegetais necessárias. Na habitação social, os materiais utilizados seguem o padrão massificado fornecido pela indústria da construção civil responsável pelo alto consumo de energia e matéria prima que impactam a frágil base de recursos naturais.

MATERIAIS CONSTRUTIVOS		
Item Verificado	Arquitetura Tradicional	Habitação Social
Estrutura	Troncos de árvores	Concreto
Cobertura	Taquara, folhas de palmeira e guaricanga	Telhas cerâmicas
Vedação	Pau-a-pique e taipa - de-mão	Alvenaria de bloco cerâmico
Piso	Terra apiloada	Cimento alisado

Quadro 8: Materiais construtivos tradicionais e industrializados

Para Schumacher (1983), o uso dos recursos naturais proveniente de áreas próximas para a produção das necessidades locais é o meio mais racional de vida econômica, enquanto que a dependência de importações de pontos remotos é anti-econômica, já que o método da economia moderna é igualar e quantificar tudo em dinheiro, sem distinguir materiais renováveis e não-renováveis.



Figuras 58: Materiais locais/orgânicos e materiais industrializado

A contínua aquisição de materiais industrializados pelos Guarani acarreta a perda da auto-suficiência, impactos ambientais em suas comunidades e dependência ao sistema financeiro. Conforme ressaltado por Montibeller-Filho (2001:34):

A distinção entre o saber popular e o científico, em relação às coisas da natureza, assume para a economia ecológica, em sua abordagem mais recente, importância muito grande. A necessidade de garantir os meios de sobrevivência coloca a preservação ambiental como exigência às camadas populares que dependem de bens naturais.

No entanto, o autor entende que ao contrário do científico, o saber popular, que inclui as técnicas agrícolas e o conhecimento medicinal, entre outros, não é valorizado financeiramente, o que explicaria em parte, a pobreza de muitos povos. Esse autor também questiona a efetividade do desenvolvimento sustentável no capitalismo em escala planetária, no qual os recursos naturais são vistos como condição de simples recursos para a produção de bens de consumo, reféns dos interesses econômicos, que não consideram os custos ambientais desses procedimentos.

Por outro lado, as práticas de etno-sustentabilidade desenvolvidas pelos *Mbyá-Guarani* ao longo de sua estória através das suas práticas agrícolas, bioarquitetura, valores, crenças e tradições fornece uma visão inspiradora, principalmente neste momento que a sociedade está discutindo a necessidade de efetuar mudanças paradigmáticas em várias áreas do conhecimento.

5.4.2 Sistema Construtivo

O sistema construtivo utilizado na intervenção externa não levou em conta a tradição construtiva dos *Mbyá* e seu sistema de reciprocidade mantido com a prática de mutirão. A execução das casas através de uma empresa licitada excluiu a interação da participação comunitária tradicionalmente praticada por eles.

SISTEMA CONSTRUTIVO	
Arquitetura Tradicional	Habitação Social
Mutirão	Empresa Licitada
Economia de Reciprocidade	Relação comercial

Quadro 9: Sistema construtivo tradicional e externo

O processo construtivo tradicional ampara-se num sistema comunitário baseado na relação de reciprocidade que regula as relações sociais de toda a comunidade, ou até mais além, de comunidades próximas. Esse modo de produção coletivo é referido em guarani como *potirõ*.

Conforme fala do Sr. Augusto: “[...] para se construir uma casa precisa de 5, 6 até 10 pessoas, para levantar um tronco, tudo nós junto, como é que vocês falam,... num mutirão, né?”.

Quando questionado sobre esse termo em guarani para designar esta atividade, disse ser *nhemboaty*, cujo significado de acordo com Dooley (2006:21) é traduzido como reunião de pessoas⁸⁷. O valor dessa atividade coletiva é observado por Fathy (1982:153) quando relata que:

O domínio de uma habilidade é uma experiência de considerável valor espiritual para o artesão e a pessoa que adquire um domínio sólido de qualquer habilidade também cresce em termos de auto-respeito e de estatura moral. [...] Cada artesão individualmente ganha em compreensão e dignidade, ao passo que a aldeia, como um todo, adquire um sentimento de sociedade, de interdependência e de fraternidade que só realizações cooperativas são capazes de proporcionar.

O líder desse processo, geralmente é alguém que constrói casas há bastante tempo e possui o conhecimento empírico da arte de construir. Para Alexander (1981), nas culturas tradicionais o processo da construção de uma habitação é familiar a todo o grupo.

Aqueles que acompanham essa empreitada vão se familiarizando com as técnicas e desse modo pode-se perceber que o conhecimento para se construir uma habitação numa aldeia *mbyá* se perpetua na ação,

⁸⁷ Dooley (2006) descreve como *avakue ijaty omba'eapo auguã*: os homens se reunindo para trabalhar. E também *pytmo* e *pytyvõ* como o verbo ajudar. E *pytyvõa* como ajudante.

num saber não escrito, inserido por um fazer vivo, repassado de modo oral de geração em geração.



Figuras 59: Mbyá-Guarani construindo em mutirão e trabalhador de empresa licitada construindo as HIS.

5.4.3 Técnicas Construtivas

A arquitetura efetuada pelas sociedades tradicionais dispõe de um repertório de conhecimentos que se relacionam com os determinados materiais fornecidos pelo ambiente circundante, com as características das condições climáticas e com o seu próprio e exclusivo “saber fazer” que se expressam nos seus preceitos culturais.

TÉCNICAS CONSTRUTIVAS	
Arquitetura Tradicional	Habitação Social
Conhecimento de todos: “saber fazer”	Mão-de-obra externa
Adaptada ao ambiente	Gera dependência

Quadro 10: Técnicas construtivas tradicionais e externas

Em vista desses termos, essa sociedade providencia suas construções atendendo aos seus usos e costumes, portanto, esta casa além de funcional é uma arquitetura que se perpetua de geração a geração. Só pode ser daquele povo que a construiu e estar naquela específica localidade (LEMOS, 1981).

A intervenção externa apresenta técnicas construtivas genéricas e padronizadas, sem nenhuma relação com o lugar onde a obra foi implantada, permitindo sua execução em qualquer outro local e cultura.

A tecnologia dominada pelos Guarani reflete um conhecimento e respeito pelas condições ambientais, incorporando princípios básicos de etno-sustentabilidade e tende a ser a melhor resposta em relação aos recursos disponíveis na região. As técnicas construtivas executadas pelos *Mbyá* demonstram conhecimento dos recursos naturais e evidenciam uma grande habilidade como auto-construtores, tendo a capacidade de conseguir materializar um abrigo estanque e plasticamente bem resolvido a partir de elementos providos localmente.

A ocorrência de técnicas externas a esse conhecimento tradicional pode gerar, a princípio, dependência e perda da capacidade de decisão e do controle relacionado ao conhecimento dos elementos culturais.

Schumacher (1983) esclarece que o sistema de produção tradicional mobiliza os recursos inestimáveis que todos os seres humanos possuem, seus cérebros perspicazes e suas mãos habilidosas, sendo o que é mais apreciado por eles, o trabalho criativo e útil com o cérebro e com as mãos. Já a tecnologia moderna requer a aplicação intensiva de capitais, a elevada dependência do suprimento de energia, a automação de mão-de-obra, é ecologicamente nociva em termos de recursos não-renováveis e embrutecedora para o ser humano. O autor denomina como tecnologia intermediária, também chamada de tecnologia de auto-ajuda, tecnologia democrática ou do povo, a produção que faz uso do melhor do conhecimento e da experiência atuais aliada com a acumulação de conhecimentos tradicionais preciosos que podem ser aplicados de modo que propicie à descentralização, seja compatível com os recursos naturais e planejada ao ser humano: “O desenvolvimento não se inicia com bens materiais, começa com pessoas e sua organização e disciplina. Sem esses três elementos, todos os recursos permanecem latentes, inexplorados, [apenas] potenciais” (SCHUMACHER, 1983:153).

Para o autor a idéia de tecnologia intermediária não implica simplesmente um “retrocesso” na história a métodos ora ultrapassados, conquanto que o processo de aperfeiçoamento da tecnologia tradicional é extremamente importante, como a retenção de alguns de seus elementos culturais, as habilidades e os métodos de seus construtores.



Figuras 60: Casal *Mbyá-Guarani*, construtores de sua casa e habitação executada por mão-de-obra externa

A valorização do saber construtivo das pessoas idosas, detentoras do conhecimento oral, mantém e fortalece os laços sociais e culturais:

Olha que agora não tem quase mais ninguém que sabe ... antigamente todo mundo sabia construir, mas estamos perdendo algum costume, até eu esqueço. Agora as crianças tão tudo na escola e não são mais criadas só como índio (Augusto da Silva).

Em suma, a casa sempre foi mais que refúgio para o ser humano. Desde as épocas mais remotas foi mais que um conceito físico ou utilitário. Se prover abrigo é uma função passiva, seu verdadeiro propósito é a criação de um ambiente mais adequado ao modo de vida, com rituais religiosos quase sempre precedendo sua construção e ocupação, sendo que dessa forma torna-se um espaço de unidade social (RAPOPORT, 1972). Esse autor sustenta ainda que a linguagem construída se baseia naturalmente no próprio conhecimento cultural, porém mais abstrato, mas difuso, necessitando concretar-se no tempo e no espaço por meio da plena vivência dos costumes locais, das maneiras tradicionais de lidar com os alimentos, com o clima e com os materiais disponíveis localmente.

Essa linha de pensamento encontra eco nas palavras de Alexander (1981) quando expressa que o padrão de linguagem contido numa habitação indígena é comum a todo o grupo de pessoas.

Como é um padrão vivo e atuante, tem a capacidade de conectar os sentimentos da comunidade com seus ancestrais e ao mesmo tempo

de plasmar uma visão de seu futuro como povo, concreto em todas as suas particularidades.

Dentro dessa visão, o desenvolvimento que mantém a etnicidade dos grupos indígenas, por meio da valorização e utilização dos conhecimentos tradicionais e na busca por respostas que subsidiem uma relação equilibrada com o meio ambiente, vem de encontro com a percepção atual de que os padrões de consumo e métodos de produção intensificam a pressão sobre os recursos naturais do planeta.

Tendo-se essa consideração em vista, recorre-se ao conceito de etnodesenvolvimento, proposto por Stavenhagen (1985⁸⁸, citado por LITTLE, 2002), como sendo o desenvolvimento que responde aos problemas e necessidades locais através da valorização e utilização dos conhecimentos empíricos tradicionais oriundos dos indivíduos de uma região, que buscam respostas aos seus anseios mantendo uma relação equilibrada com o meio em que estão inseridos. Dessa maneira, o etnodesenvolvimento não se enquadra dentro de parâmetros de progresso, como PIB, nível de escolaridade, crescimento populacional, padrão de consumo e alimentação, renda per capita entre outros, mas mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade.

O foco central de quaisquer programas ou atividades que visam o etnodesenvolvimento é o grupo étnico, com suas necessidades econômicas e reivindicações políticas. Dessa forma, o etnodesenvolvimento introduz um conjunto de novos temas, para tanto, combina a problemática do desenvolvimento com a do reconhecimento da diversidade cultural, quanto ao conhecimento científico, à valorização e fortalecimento dos saberes locais e suas tecnologias associadas. No plano simbólico, o etnodesenvolvimento local requer controle sobre os conhecimentos científicos e sobre os processos educativos (LITTLE, 2002).

Portanto, a saída para a questão do déficit habitacional nas aldeias *mbyá-guarani* nem sempre tem como único impasse o custo financeiro, necessitando estudos mais aprofundados para essa demanda. As pesquisas em tecnologias mais sustentáveis e que não estejam vinculadas a técnicas, materiais e sistemas construtivos convencionais da sociedade industrial aproximam-se mais das suas tradições construtivas e melhor respondem às especificidades dessa etnia.

⁸⁸ STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico* 84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. p. 13-56.

5.4.4 Arranjo Espacial: Atividades e comportamento

Em relação à concepção espacial da nova habitação, como a compartimentação dos espaços e a presença de portas nos ambientes internos e chaves nas portas externas, ocorre a alteração do comportamento e propõe um novo tipo de organização habitacional para as famílias dessa comunidade.

Foi observado que em muitas casas, mesmo em dias ensolarados, as janelas e portas permanecem fechadas, mantendo o ambiente interno resguardado do exterior, como acontece nas casas tradicionais. Da mesma forma, o convite para entrar raramente acontece, a intimidade e privacidade do recinto interno são mantidas nesta nova moradia. Nas ocasiões que foi possível adentrar esse local, buscou-se respeitar esse sentimento e os poucos registros fotográficos procuraram resguardar a intimidade da família.

Embora que essa edificação conte com duas portas externas, uma social, no estar e outra de serviço nos fundos, a cozinha não possui uma porta que se abra para o exterior. Há a falta de ligação direta da cozinha com o pátio externo, sendo que a janela projetada não é suficiente para garantir essa relação vital para a mulher Guarani porque enquanto realiza muitas tarefas domésticas, observa os filhos pequenos e participa dos acontecimentos junto com os parentes próximos.

Quando se observa a varanda dessas habitações que, segundo o memorial descritivo do projeto arquitetônico, destina-se ao feitiço de artesanato e convívio percebe-se que esse ambiente não está sendo utilizado para a função prevista no projeto.

Em todas as visitas realizadas não se observou nenhum tipo de apropriação desse espaço, estando sempre vazio, ou servindo como depósito de alguns objetos.

A preferência dos *Mbyá* é pelo estar natural, num ambiente externo, próximo ao fogo, numa roda onde seja possível aquecer a água do chimarrão e fumar o cachimbo, denominado *petynguá*.



Figuras 61: Varanda HIS e Mbyá no pátio

A despeito desta moradia possuir metragem superior a muitas casas projetadas por programas sociais de habitação, o ambiente destinado às refeições não cumpre essa função.

As figuras a seguir retratam a divisória de concreto (projetada para servir como bancada para as refeições da família) que separa a cozinha e o estar.



Figuras 62: Detalhe da divisão da sala de estar e cozinha

O balcão fixo de alvenaria projetado para servir de mesa não é utilizado com essa finalidade, comprometendo a funcionalidade desse ambiente que foi pensado para uma família urbana e não está de acordo com os hábitos guarani.

Esse arranjo espacial proposto que é específico para as famílias que habitam em áreas citadinas, prevê a aquisição de certos eletrodomésticos para o bom desempenho da cozinha, como fogão a gás

e geladeira, conforme demonstra o detalhe da planta-baixa do projeto arquitetônico com esses equipamentos propostos e ao lado o espaço projetado sem esses elementos.

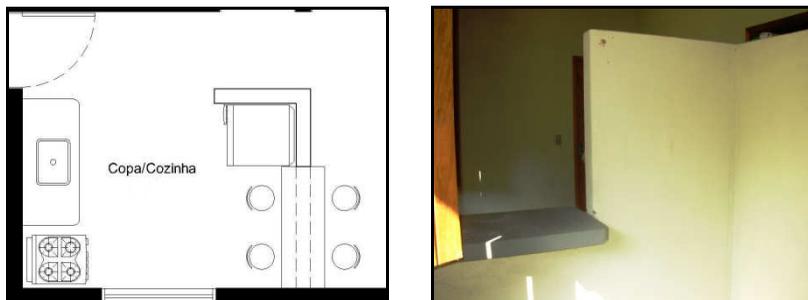


Figura 63: Detalhe da planta-baixa da cozinha e imagem desse espaço sem os equipamentos propostos

As famílias Guarani são numerosas e as refeições são compartilhadas com mais membros da família extensa, como os avós ou outro parente visitante. O espaço projetado com essa divisória torna-se inviável para essa função.

Na nova habitação, conforme mencionado, não há possibilidade da presença do fogo e nem mesmo foi construído um fogão à lenha na área de serviço, como previsto no leiaute do projeto. A falta de um fogão à lenha impede a cocção de alimentos neste ambiente, fazendo com que continuem utilizando um fogão de chão no pátio para atender suas necessidades de cocção e a manutenção do convívio familiar durante as refeições ao redor do fogo.

Segundo uma jovem mãe *Mbyá*, a casa que ganhou é pouca utilizada, porque não dá para acender fogo dentro dela e não tem fogão a lenha: “falaram que iam fazer fogão de lenha na casa, no fundo (...) depois foram embora, ficou sem fogo dentro.”

Dessa forma, continua utilizando o fogo de chão feito no pátio ou então dentro da casa de barro. Ela comenta que não possui condições de comprar fogão a gás e que somente algumas famílias dali possuem poder aquisitivo para adquirir esse equipamento doméstico e manter os gastos com a sua manutenção.

O fogo, portanto, com seus usos diferenciados: cocção de alimentos, climatização do ambiente e proteção espiritual pode ser

considerado como sinônimo de lar guarani. Tradicionalmente é utilizado pelas famílias como um foco de convergência que alia os momentos de refeição ao convívio e manutenção da cultura.

Conforme visto no item 3.1.7, sobre o simbolismo do fogo na tradição guarani, até mesmo no verão há o costume de fazer fogo de chão dentro da casa tradicional, que serve para espantar os insetos, proteger as sementes do milho do ataque de carunchos além de conferir proteção espiritual, segundo suas crenças religiosas.

A presença do fogo na vida guarani é de tal importância, que há um termo no seu vocabulário que expressa claramente esse fato. No Léxico Guarani, de Dooley (2006), lê-se que a expressão guarani: *tatá ypy* significa tanto o lugar dentro da casa onde se faz o fogo no chão, quanto o próprio lar, a morada. Interessante também é perceber que da mesma raiz etmológica guarani derivam os termos *tatá* que significa fogo e *tatá rupá*, fogão. E quando se usa esse elemento para produzir iluminação trata-se por *tataendy*.

Esse mesmo termo exprime o significado para as inovações decorrentes do progresso tecnológico: primeiro o lampião, depois a lanterna e por último a eletricidade, são todos entendidos como *tataendy*: o fogo que ilumina.

Para encerrar a questão sobre a percepção simbólica e pragmática que os Guarani possuem sobre o fogo, Assis (2007) descreve que a chegada de visitas Guarani sempre é um acontecimento festivo dentro do *tekoá*, sendo muito comum perguntarem para o visitante de que lugar ele é, esclarecendo a autora que dentro do critério de residência dos Guarani a pergunta é sempre formulada sobre qual o seu assento de fogos, ou em seus próprios termos, de qual *tatáypy rupá* você é?

Neste sentido, entende-se que a casa para o Guarani é o lugar onde se faz o fogo. Quando agentes externos propõem intervenções habitacionais, mesmo com toda a boa vontade (pode-se pensar assim), que não condizem com o padrão tradicional, é compreensível que aqueles mais apegados à tradição, talvez os mais idosos, relutem em habitar uma casa que impossibilita a presença do fogo no seu interior.

Desse modo se percebe que estas pessoas empreendem um grande esforço para desconstruírem interiormente a noção tão impregnada do sentido de lar como *tatá ypy*, o lugar onde se faz o fogo.

5.5 HABITAR EM DUAS CASAS: VIVENCIANDO A SOBREPOSIÇÃO CULTURAL NA INEVITÁVEL TRANSITORIEDADE HISTÓRICA

Darcy Ribeiro (1996) esclarece que o estilo das casas e sua forma de utilização são também afetados após os contatos com civilizados, ocorrendo em alguns casos de maneira espontânea e em outros de forma compulsória. Este autor relata que nas decisões das políticas públicas que provêem moradias para as etnias diferenciadas, não é raro ocorrer rejeição a essas habitações.

Ribeiro cita ainda o caso dos índios *Kaingang* de São Paulo, que receberam do SPI casas de alvenaria, mas que a despeito disso, continuaram vivendo ainda por alguns anos em casas tradicionais construídas ao lado daquelas, até que foram se habituando às novas edificações e aos poucos assumiram definitivamente as casas de tijolo e telha, de materiais industrializados.

Como foi visto, há diversos graus interagindo no processo intercultural, acarretando inexoráveis transformações no modo de vida ancestral através de um dinamismo cultural próprio de cada sociedade, provocando mudanças ao longo do tempo e do espaço, sem, contudo, abalar a sua identidade étnica, quando acontece de forma natural.

Ressalta-se que a visão sobre esse processo nem sempre contou com essa compreensão, dado que a ideologia praticada pelo SPI (RIBEIRO, 1954; SANTOS 1975) se baseava num postulado cujo entendimento era que, se o indígena “ainda” era índio (VIVEIROS DE CASTRO, 2006), logo deixaria de sê-lo, pois a total integração à sociedade dominante era vista como um processo inerente a toda sociedade tribal.

Desnecessário comentar sobre as conseqüências nefastas ocasionadas aos seres humanos que foram submetidos a esse processo forçado que não levou em conta o tempo, o espaço e nem o direito à manutenção de sua diferenciação étnica.

Neste sentido, Ribeiro (1996) argumenta que a adoção de elementos culturais estranhos não é dissociativa em si mesma, pois que:

Qualquer cultura representa o resultado, em certo lugar e em certo momento, de um sem número de mudanças que se processaram tanto por adoção como por descoberta, invenção ou redefinição de antigos elementos. Toda cultura, mesmo a mais estável, está permanentemente envolvida nesta substituição de valores, técnicas e equipamentos, tornados arcaicos no próprio desenvolvimento social (RIBEIRO, 1996: 377).

À luz dessa proposição, entende-se que a adoção de novos elementos culturais deve ocorrer de forma livre e espontânea, com tempo suficiente para que o grupo receptor tenha oportunidade de selecionar o que lhe convém adotar e, da mesma forma, suprimir o que não lhe convém. Só assim, os membros de uma sociedade podem sentir-se capacitados a adquirir ou expressar um novo elemento, “de modo que o trabalho de redefinição em termos de valores tradicionais e de conciliação com o contexto cultural se faça progressivamente” (RIBEIRO, 1996: 377).

Confirmando esse pensamento, também a fala dos *Xokleng* (Loch, 2004:78) denota a expressão de um desejo de materializar uma configuração espacial que contenha duas casas para cada família, uma de chão batido e palha ou pau-a-pique, que permita acender o fogo no chão, e outra de alvenaria, como uma condição imaginada: “o ideal é que pudéssemos ter duas casas – uma oca e uma casa de pedra⁸⁹”.

Dado que habitar simplesmente casas de palha como “os índios de dentro do mato”, que é o termo que referencia seus ancestrais, não mais responde às necessidades de hábitos presentes, adquiridos ao longo do processo de contato interétnico.

Se no contexto atual dos *Xokleng*, essa fala exprime apenas um devaneio, em algumas comunidades Guarani de Santa Catarina esse desejo é realizado, com a presença de casas tradicionais ao lado das habitações construídas pelo poder público.

Zanin (2006) também menciona que os *Mbyá* seguem construindo suas casas tradicionais ao lado das intervenções habitacionais realizadas pelo estado no Rio Grande do Sul. E essa ação ocorre, segundo a autora, como a tradução de fatores subjetivos inerentes e ainda muito presentes nesta cultura, que é a manutenção dos valores culturais tradicionais.

⁸⁹ Os *Xokleng* se referem às casas de alvenaria como casas de pedra.

Em *Tekoá Marangatu*, a fala de Augusto da Silva esclarece bem o entendimento da importância dessas novas edificações conjugadas com a necessidade que os mais velhos têm de permanecerem habitando suas casas tradicionais:

Eu não era (fui) acostumado a morar nessas casas, aí não se gosta de dormir nelas. Agora a outra a gente vai poder guardar a roupa para não enfumaçar tanto, porque lá dentro não dá pra fazer fogo dentro, nem fogão a lenha tem, falaram que iam construir um fogão lá trás, mas não fizeram e também tem problema, quando chove tem muita goteira lá. Mas eu não vou trocar a casa, sempre fui acostumado com a casa de barro é muito melhor... pra saúde é melhor pra gente até. O índio mesmo não se acostuma a morar nesta casa, só os mais novos que se acostumam, os mais velhos não querem.

Novamente se observa que os *Mbyá* mais velhos intuitivamente relacionam suas casas tradicionais com a boa saúde física. Recorre-se outra vez a Bueno (1995) que vincula os materiais construtivos e a rede elétrica presente nas edificações e no entorno delas com os desequilíbrios na saúde apontados pelos seus moradores.

O autor entende que uma casa edificada com materiais sustentáveis, como as casas dos *Mbyá*, é uma casa saudável, funcionando como uma terceira pele (sendo a *cúti*s do corpo humano a primeira e as suas roupas a segunda). Esta edificação interage organicamente como um microcosmo, representando em pequena escala as relações entre o ser e o seu meio, ou seja, como uma extensão do próprio planeta Terra.

Esclarece ainda que a rede elétrica e os aparelhos elétricos e eletrônicos em geral, emitem campos eletromagnéticos que contaminam os ambientes internos de locais de trabalho e de domicílios. Nessa obra, o autor descreve pesquisas desenvolvidas por centros acadêmicos na Europa, que apontam a contaminação eletromagnética causada pelos aparelhos eletrodomésticos como um fator de comprometimento ao bem estar e à saúde das pessoas.

O interesse em levantar essa questão torna-se relevante em face da necessidade do estabelecimento de políticas voltadas à habitação nas

comunidades indígenas que contemplem e abarquem o seu saber construtivo. A tradição construtiva dos *Mbyá-Guarani* reflete o seu modo concreto de viver e a manifestação pontual de sua cultura demonstra que esse modelo sofreu poucas modificações ao longo do processo de contato e de aproximação com a sociedade envolvente.

A apropriação efetiva das novas edificações por todos os *Mbyá* ocorrerá quando as novas propostas ofereçam moradias mais adequadas às suas necessidades culturais, com respostas espaciais mais compatíveis com os usos e costumes diferenciados.

Além disso, acredita-se que novos critérios deverão nortear essas intervenções, requerendo uma mudança de paradigmas na atuação dos profissionais envolvidos com projetos de habitações para comunidades indígenas, com a incorporação de estratégias projetuais que minimizem os impactos ambientais.

Levar o conceito da sustentabilidade para a prática é um grande desafio, devido à complexidade em equilibrar a questão social com a ambiental, juntamente com a dimensão cultural e econômica.

A contemplação de todas essas dimensões, que num primeiro momento pode parecer utópica é, porém fundamental para melhorar as condições e a qualidade de vida dos *Mbyá-Guarani*.

CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa verificou-se que a arquitetura tradicional *Mbyá-Guarani* expressa um contraponto autêntico à indústria globalizada da construção, constituindo uma resposta positiva ao agravamento das condições ambientais. Isso acontece devido à sua adaptação ao meio circundante e à manutenção de sua cosmologia que dá suporte aos significados simbólicos de seu sistema construtivo.

Dessa forma, entende-se que embora haja a necessidade de se propor habitações que incorporem infra-estrutura da sociedade contemporânea, haja vista a adoção de hábitos urbanos nestas comunidades, ressalta-se, no entanto, a importância de propor ações que considerem e apoiem o saber construtivo e a manutenção desse conhecimento para as gerações futuras, incentivando a continuação da peculiar cultura do povo *Mbyá-Guarani*.

Para tanto, concomitantemente, faz-se imprescindível a concretização dos seus direitos territoriais a fim de garantir o acesso a áreas florestadas e com características ambientais favoráveis à sustentabilidade propiciada pelos modos tradicionais de organização sócio-cultural.

A partir de uma ótica interdisciplinar, a fundamentação teórica abarcou temas oriundos das disciplinas da Arquitetura, Antropologia e Psicologia Ambiental, apontando elementos que puderam contribuir para a construção de subsídios durante a coleta de dados em campo bem como para a análise e interpretação dessas informações colhidas.

A busca pelos objetivos propostos pela pesquisa contou com um estudo etnográfico sobre o Povo Guarani, apresentando dados históricos e preceitos culturais referentes a territorialidade e a mobilidade que compõe uma singular tessitura espacial. Sobre a demografia e situação fundiária dos assentamentos em Santa Catarina. Tendo sido descrito ainda, uma breve reflexão acerca da sua mitologia, sobre a importância do fogo para essa etnia e a propósito da concepção espacial que reflete a organização sócio-cultural indígena.

A análise do processo histórico e dos conceitos projetuais da Habitação de Interesse Social priorizou referenciais que forneceram conceituações sobre esse tema em relação às políticas públicas habitacionais, ao interesse social na habitação popular, a qualidade projetual com seus erros e acertos e aos distintos significados do morar.

E por fim, apresentou uma apreciação da inter-relação existente entre comportamento humano e espaço edificado, direcionando a análise para o entendimento da influência que as especificidades culturais provocam no ambiente construído.

A pesquisa descreveu histórica e estruturalmente *Tekoá Marangatu*, apresentando dados sobre seu ambiente construído e aspectos da paisagem etno-ambiental.

Caracterizou o núcleo da entrada do *tekoá* com as edificações relacionadas com a sociedade envolvente, como a escola e o posto de saúde, o último núcleo, de acesso mais restrito onde está construída a casa de reza da comunidade, além dos núcleos residenciais das famílias extensas que habitam três moradias diferenciadas tipologicamente, respondendo assim o primeiro dos objetivos específicos desta investigação.

Seguindo o encaminhamento da pesquisa, a descrição dos aspectos funcionais e simbólicos da casa tradicional dos *Mbyá-Guarani* veio de encontro a resposta do segundo objetivo anunciado. Através da análise da funcionalidade dos espaços que transcende a estrutura da casa e engloba o pátio com seu uso social e da caracterização dos materiais, técnicas e sistema construtivo.

O processo histórico-político de implantação das Habitações de Interesse Social em comunidades *Mbyá-Guarani* de Santa Catarina, foi descrito no quinto capítulo, respondendo assim o questionamento referente ao terceiro objetivo da pesquisa.

Na seqüência, foi abordado o quarto objetivo, com a apresentação do projeto arquitetônico e descritivo das habitações sociais construídas pela iniciativa pública em algumas comunidades *Mbyá-Guarani* do estado de Santa Catarina.

Com o apoio dos dados levantados, pôde-se avaliar a intervenção habitacional disponibilizada pela iniciativa pública em relação à cultura desse grupo étnico. Nessa avaliação foram confrontadas as características relativas ao processo, técnicas e materiais construtivos, além do arranjo espacial da habitação social com as casas tradicionalmente construídas pelos *Mbyá-Guarani*.

Concluindo-se que, sendo o projeto de edificação um definidor do sistema construtivo, sua concepção precisa conter todas as informações sobre os usuários a que se destina a edificação. Seus hábitos, crenças, costumes sempre remeterão ao material adequado.

Desse modo, foram contemplados os questionamentos que este estudo se propôs a investigar.

Ao final deste trabalho, constata-se que muito ainda há para ser aprofundado diante da riqueza do assunto investigado, assim, espera-se que o presente estudo sobre habitações em comunidades *Mbyá-Guarani*, cujo conteúdo apresenta um tema inédito neste Programa de Pós-Graduação, possa servir de inspiração para futuras pesquisas nesta área do conhecimento.

Como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se um aprofundamento nas seguintes lacunas apresentadas pela presente pesquisa:

- Proposta de diretrizes para elaboração de projetos arquitetônicos em comunidades *Mbyá-Guarani*, que levem em conta os aspectos culturais e simbólicos desta etnia.
- Desenvolvimento de pesquisas de materiais construtivos mais compatíveis com a cultura indígena e que apresentem soluções frente aos impactos ambientais gerados pela indústria da construção civil.
- Elaboração de um estudo que contemple um processo de projeto arquitetônico participativo e alie o conhecimento técnico ao conhecimento construtivo dos *Mbyá-Guarani*.

A discussão sobre habitações indígenas e políticas públicas remete a questões que transcendem as dimensões técnicas, ambientais e econômicas e esbarram nas dimensões ideológicas e culturais que precisam ser levadas em consideração na elaboração de projetos de habitação para essa etnia, inserindo como novo, o tradicional modo de vida guarani.

Espera-se, assim, que este trabalho possa contribuir com subsídios para os próximos projetos habitacionais voltados a comunidades *Mbyá-Guarani*, fonte dessa investigação.

REFERÊNCIAS

- ABIKO, A. K. **Introdução à gestão habitacional**. São Paulo: EDUSP, 1995. 31p.
- ABIKO, A. K.; COELHO, L. O. **Mutirão Habitacional**: Procedimentos de Gestão. Porto Alegre: ANTAC, 2006. 64p.
- AGUIRRE NEIRA, J. C. **Ocupação e Gestão Territorial de Indígenas Mbyá-Guarani**: Análise a partir da formação da Aldeia *Itanhaen*, em Santa Catarina – Brasil. 2008. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- ALEXANDER, C. **El modo intemporal de construir**. Barcelona: Gili, 1981. 282p.
- ALMEIDA, M. M. **Análise das Interações entre o Homem e o Ambiente** – estudo de caso em agência bancária. 1995. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- ANTUNES, A. K. T. **Palavras do Xeramõi**. Holambra, SP: Cuca Fresca, 2008. 48p.
- ASSIS, V. S.; GARLET, I. J. Análise sobre as populações Guarani contemporâneas: demografia, espacialidade e questões fundiárias. **Revista de Índias**, Madrid, v. LXIV n. 230, abr. 2004. p. 35-54.
- ASSIS, V. S. **Dádiva, mercadoria e pessoa**: as trocas na constituição do mundo social Mbyá-Guarani. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- AZANHA, G.; LADEIRA, M. I. **Os índios da Serra do Mar** – A presença Mbyá Guarani em São Paulo. São Paulo: CTI/Nova Stela, 1988. 71p.
- AZEVEDO, S. Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: Coleção Habitare - **Habitação Social nas**

Metrópoles Brasileiras: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Coordenador: Adauto Lucio Cardoso. Porto Alegre: ANTAC, 2007. 552p.

BACHELARD, G. **A poética do espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 1989. 242p.

BERTHO, A. M. de M. **“Os Índios Guarani da Serra do Tabuleiro e a Conservação da Natureza”** (Uma perspectiva etnoambiental). 2005. Tese (Doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: FAPESP, 1998. 342p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 1988.

BRICENÕ, H. G.; CHAVES, A. G.; VASQUEZ, F. G. **La vivienda indígena en la vertiente de Costa Rica.** 1988. Tesis de grado para os cursos de antropologia y arquitectura. Universidad de Costa Rica/Escuela de Antropologia y Sociologia/Escuela de Arquitectura. Costa Rica.

BRIGHENTI, C. A. Necessidade de novos paradigmas ambientais: implicações e contribuição Guarani. **Cadernos Prolam/USP**, ano 4, v. 2, 2005. p. 33-56.

_____. **Estrangeiros na Própria Terra:** presença guarani e estados nacionais. Chapecó/Florianópolis: ARGOS e EdUFSC, 2010. 282p.

BUENO, M. **O grande livro da casa saudável.** São Paulo: Editora Roca, 1995. 279p.

CABEZA DE VACA, A. N. **Náufragos e Comentários.** São Paulo: L&PM, 1999. 319p.

CAMPBELL, J.; MOYERS, B. **O Poder do Mito**. São Paulo: Palas Atenas, 2007. 242p.

CHAMORRO, G. Os Guarani: sua trajetória e seu modo de ser. **Cadernos Comin**, São Leopoldo, n. 8, ago. 1999.

CLASTRES, H. **Terra sem mal. O profetismo tupi-guarani**. São Paulo: Brasiliense, 1978. 123p.

COOPER, J. M. Processos de fazer fogo. In: RIBEIRO B. (coord.) **Suma Etnológica Brasileira 2 - Tecnologia Indígena**. Petrópolis: Vozes/FINEP, 1987. p. 109-115.

COSTA, C. R. Z. **Habitação Guarani – tradição construtiva e mitologia**. 1989. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. O desenho cultural da arquitetura guarani. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - FAU/USP**. São Paulo, n. 4, dez. 1993. p. 113-130.

COSTA, M. H. F.; MALHANO, H. B. Habitação Indígena Brasileira. In: Ribeiro, B. (coord.) **Suma Etnológica Brasileira 2 - Tecnologia Indígena**, Petrópolis, Vozes/FINEP, 1987. p. 27-92.

CORRAL-VERDUGO, V. Psicologia Ambiental: objeto, realidades sócio-físicas e visões culturais de interações ambiente-comportamento. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 16, n. 1-2, 2005. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

DA MATTA, R. Casa, Rua & Outro Mundo: reflexões sobre o espaço e a sociedade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: SPHAN/Fundação Pró-Memória, n. 19, 1984. p. 05-14.

DARELLA, M. D. P. **Árvores cósmicas/sagradas: o pindó e ygary na cosmovisão dos índios Guarani**. 1999. Programa de Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

_____. **Ore Roipota Yvy Porã “Nós Queremos Terra Boa”**. **Territorialização Guarani no Litoral de Santa Catarina – Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1986. 169p.

DOOLEY, R. A. **Léxico Guarani – Dialeto**. Cuiabá: Sociedade Internacional de Linguística, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.sil.org/americas/BRASIL/publcns/dictigram/GNDicLex.pdf>>.

FARAH, M. F. S. Estado e habitação no Brasil: o caso dos institutos de previdência. In: IPT/Projeto de Divulgação Tecnológica Lix da Cunha. **Tecnologia de edificações**. São Paulo: IPT/Pini, 1998.

FATHY, H. **Construindo com o povo: Arquitetura para os pobres**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. 237p.

FELIPIM, A. P. **O agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho**: um estudo de caso na aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba.

FERREIRA, A. B. de H.; J. E. M. M. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª ed. 1986. 1838p.

FOLZ, R. R. **Mobiliário na Habitação Popular**. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos.

FREITAS, A. E. C. **Estudos Complementares ao EIA/RIMA** referentes ao componente indígena voltado ao processo de Licenciamento Ambiental do Sistema de reforço Eletroeletrônico à ilha de Santa Catarina e litoral catarinense. ELETROSUL – Centrais Elétricas S.A. Porto Alegre: Neocorp, 2006.

GALLOIS, C. J. S. Mobilidade e Sedentarização na Terra Indígena Wajãpi. In: **III Encontro da ANPPAS**. Brasília, 2006.

GERBER, R. M. *et al.* **PRAPEM/MICROBACIAS 2**. Relatório de Ações/EPAGRI/SC. Florianópolis, Set.2009.

GIFFORD, R. **Environmental Psychology: Principles and Practice**. Massachussets: Allyn and Bacon Inc, 1987.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994. 206p.

GREGOTTI, V. **Território da arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1975. 192p.

GRÜMBERG, G. *et al.* **Guarani Retã 2008. Povos Guarani na Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai**. Centro de Trabalho Indigenista, 2008.

Disponível

em:

<http://www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/GuaraniReta_2008.pdf>.

Acesso em: 12 ago. 2009.

GÜNTHER, H.; ROZESTRATEN, R. J. A. **Psicologia Ambiental: Algumas considerações sobre sua área de Pesquisa e Ensino**. 2004. (Série: Textos de Psicologia Ambiental, n. 7, Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental.

HALL, E. T. **A dimensão oculta**. São Paulo: Martins Afonso, 2005. 258p.

HUMPHREY, C.; VITEBSKY, P. **Arquitectura sagrada**. Modelo do cosmo, forma simbólica e ornamento tradições do leste e do oeste. Colônia: Taschen, 1997. 184p.

ITTELSON, W. H.; PROSHANSKY, H. M.; RIVILIN, L. G.; WINKEL, G. H. **Homem Ambiental**. 2005. (Série: Textos de Psicologia Ambiental, n. 14. (tradução J. Q. Pinheiro). Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental.

JUNG, C. G. **Memórias, sonhos, reflexões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. 497p.

JUNQUEIRA, C. **Antropologia Indígena: uma introdução**. São Paulo: EDUC/PUC, 1999. 111p.

KIM, U. Indigenous, cultural and cross-cultural psychology: A theoretical, conceptual and epistemological analysis. *Asias Journal of Social Psychology*, n. 3, 2000. p. 265-287.

LADEIRA, M. I. **Mbyá Tekoa o Nosso Lugar**. São Paulo em Perspectiva, 3(4), out/nov, 1989. p. 56-61.

LADEIRA, M. I. **Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Mata Atlântica – áreas protegidas?** In: Mandaru Revista Eletrônica do CTI – Centro de Trabalho Indigenista. Ano I n. 2, agosto, 2004. Disponível: http://www.trabalhoindigenista.org.br/revista_mandaru.asp. Acesso em: 13 maio 2008.

LADEIRA, M. I.; MATTA, P. **Terras Guarani no litoral: as matas que foram reveladas por nossos antigos avós: ka' agüy oreramói kuéry ojou rive vaekue y**. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 2004. 116p.

LEMOS, C. A. C. **O que é arquitetura**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 85p.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos**. Lisboa: Martins Afonso, 1955. 522p.

LITAIFF, A. **As divinas palavras: identidade étnica dos Guarani-Mbyá**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1996. 159p.

LITAIFF, A.; DARELLA, M. D. P. Os índios Guarani Mbyá e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. In: **XXII Reunião Brasileira de Antropologia**, 2000, Brasília.

LITTLE, P. E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. In: **Tellus**. Campo Grande, ano 2, n. 3, out./2002. p. 33-52.

LOCH, S. **Arquiteturas Xoklengs Contemporâneas: uma introdução à antropologia do espaço na Terra Indígena de Ibirama**. 2004. Dissertação

(Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1990. 231p.

MALARD, M. L. Os objetos do cotidiano e a ambiência. Artigo Técnico. In: **II ENCAC. Anais**. Florianópolis: UFSC/ANTAC, 1993.

_____. **As Aparências em Arquitetura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 144p.

MASCARÓ, J. L. **O Custo das Decisões Arquitetônicas**. Porto Alegre: São Cristóvão, 2004. 192 p.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 203p.

MAUSS, M, **Introducción a la Etnografía**. Madrid: Istmo, 1974. 388p.

MEDEIROS, J. C. de A. **Restabelecendo um tekoá pelos Índios Guarani Mbyá**. Um estudo de caso da aldeia Yakã Porã – Garuva/SC. 2006. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MELLO, F. C. **Aetchá Nhanderukuery Karai Retarã. Entre deuses e animais: xamanismo, parentesco e transformação entre os Chiripá e Mbyá Guarani**. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2005. 138p.

MONTIBELER-FILHO, G. **O Mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001. 306p.

NOELLI, F. **Sem Tekoha não há Tekó**. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí, RS. 1993. Dissertação

(Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre.

NOVAES, S. C. (org). **Habitações indígenas**. São Paulo: Nobel/Universidade de São Paulo, 1983. 196p.

NUMAZAWA, C. T. **Arquitetura Japonesa no Pará**: Estudo de caso em edificações de técnica construtiva que favoreceu uma maior durabilidade da arquitetura em madeira no município de Tomé-Açu. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento**: visão holística na arquitetura e na comunicação. São Paulo: Mackenzie, 2002. 261p.

OLIVEIRA, D. **Nhanderukeri Ka'aguy Rupa** - As florestas que pertencem aos deuses. Etnobotânica e Territorialidade Guarani na Terra Indígena *M'Biguaçu*/SC. 2009. Monografia em Ciências Biológicas – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PALERMO, C. **Sustentabilidade Social do Habitar**. Florianópolis: Editora da autora, 2009. 96p.

POSEY, D. Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, B. (coord.) **Suma Etnológica Brasileira 1- Etnobiologia**. Petrópolis: Vozes/FINEP, 1987. p. 15-25.

PROSHANSKY, H. M.; FABIAN, A. K.; KAMINOFF, R. Physical World Socialisation of the Self. **Journal of Environment Psychology**, n. 3, 1983. p. 57-83.

PRUDENTE, L. T. **Arquitetura Mbyá-Guarani na Mata Atlântica do Rio Grande do Sul**. Estudo de Caso do Tekoá *Nhiuu Porã*. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

QUEZADA, S. E. C. **A Terra de Nhanderu**: Organização Sociopolítica e Processos de Ocupação Territorial dos Mbyá-Guarani em Santa

Catarina, Brasil. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

RAPOPORT, A. **Vivienda y Cultura**. Barcelona: Gili, 1972. 217p.

RIBEIRO, B. **O Índio na Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1987. 125p.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 559p.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. 287p.

ROAF, S.; M. F.; S. T. **Ecohouse, a Casa Ambientalmente Sustentável**. Porto Alegre, Artmed Editora S.A. 2003. 407p.

ROLNIK, R.; NAKANO, K. As armadilhas do pacote habitacional. **Le Monde Diplomatique Brasil**, n. 20, mar. 2009. p. 04-05.

ROSSI, A. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 309p.

SÁ, C. **Formas e símbolos em aldeias indígenas brasileiras**. Revista Projeto. São Paulo, n. 57, nov. 1983. p. 51-56.

SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 218p.

SAMUELS, M.; SAMUELS, N. **A cura pelas imagens mentais**. Rio de Janeiro: Xenon, 1993. 215p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991. 124p.

SANTOS, S. C. **Educação e Sociedades Tribais**. Porto Alegre: Movimento, 1975. 92p.

_____. Notas sobre a presença indígena na Ilha de Santa Catarina. PEREIRA, N. D. V. (org.). **A Ilha de Santa Catarina**:

espaço, tempo e gente. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. p. 80-91.

SCHADEN, E. **Aculturação indígena.** São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais/EDUSP, 1969. 333p.

_____. **Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani.** São Paulo: EDU/EDUSP, 1974. 190p.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 261p.

SCHWEIZER, P. J.; PIZZA JR, W. Casa, Moradia, Habitação. **R. Adm. Mun.** Rio de Janeiro, v. 44, n. 221, 1997. p. 16-32.

SILVA, R. G. Etnoarquiteturas européias no vale do Rio Itajaí-Açu/SC. **Fórum de estudos recentes sobre arte, cultura e sociedade.** IV Reunião de Antropologia do MERCOSUL, Curitiba, 2004.

SILVEIRA, W. J. C. Habitação de Interesse Social em Santa Catarina. In: **Workshop Arquitetura de Terra.** NUTAU/FAUUSP. São Paulo, 1995. p. 73-80.

_____. **Geração de Renda através de Obras Sociais para a Viabilidade Econômica das Comunidades.** 2000. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOARES, A. L. R. **Guarani: organização social e arqueologia.** Porto Alegre: EDUPUCRS, 1997. 256p.

SOMMER, R. **Espaço Pessoal: as bases comportamentais de projetos e planejamentos.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda. 1973. 220p.

SOUZA, J. O. C.; MORAES, C. E. N.; PIRES, D. M.; MORINICO, J. C. P.; ARNT, M. A. **Tava Miri São Miguel Arcanjo, Sagrada Aldeia da Pedra:** os *Mbyá-Guarani* nas Missões. Porto Alegre: IPHAN/RS, 2007. 50p.

SPELLER, G. M. A importância da vinculação ao lugar. In: SOCZKA, L. (org) **Contextos humanos e Psicologia Ambiental**. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2005, p. 133-167.

STADEN, H. **Duas viagens ao Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. 216p.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência**. São Paulo: DIFEL S/A, 1983. 250 p.

VELTHEN, L. H. Equipamento Doméstico e de Trabalho. In: RIBEIRO, B. (coord.) **Suma Etnológica Brasileira 2 - Tecnologia Indígena**. Petrópolis: Vozes/FINEP, 1987. p. 95-108.

VIVEIROS DE CASTRO, E. No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. In: **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental, ago. 2006. Disponível:<http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf>. Acesso em: 23 de outubro de 2009.

ZANIN, N. Z. **Abrigo na Natureza: Construção Mbyá-Guarani, Sustentabilidade e Intervenções Externas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Anexo: Comunidades Indígenas Guarani em Santa Catarina

Terra Indígena	Situação Fundiária	Município	Área/em hectares
1. Amâncio/ <i>Yvy Ju Miri</i>	Não identificada	Biguaçu	A definir
2. Cambirela	Não identificada	Palhoça	A definir
3. <i>Itanhaén</i>	Regularizada/ aquisição	Biguaçu	216
4. Amaral/ <i>Kuri y</i>	Regularizada/ aquisição	Biguaçu	500
5. Massiambu/ <i>Ka'akupe</i>	Não identificada	Palhoça	4
6. Reta/ <i>Yvy Ju</i>	Não identificada	São Francisco do Sul	A definir
7. <i>Tava ã</i>	Regularizada/ aquisição	Canelinha	195
8. Feliz/ <i>Vy a</i>	Regularizada/ aquisição	Major Gercino	140
9. <i>Yy AkãPorã</i>	Não identificada	Garuva	A definir
10. <i>Tekoa Marangatu</i>	Regularizada	Imaruí	68
11. <i>M Biguaçu/Yyn Moroti Whera</i>	Homologada e registrada	Biguaçu	59
12. Morro Alto	Delimitada	São Francisco do Sul	893
13. Morro dos Cavalos	Declarada	Palhoça	1998
14. <i>Pindoty</i> /Gleba Conquista	Delimitada	Barra do Sul	1016
15. <i>Pindoty</i> / Gleba <i>Pindoty</i> (aldeias Yvapuru, Jabuticabeira e <i>Pindoty</i>)	Delimitada	Araquari	2278
16. Piraiá	Delimitada	Araquari	3017
17. Tarumã	Delimitada	Araquari	2.172

18. Araçai (a comunidade vive no Toldo Chimbanguê II – <i>Kaingang</i>)	Declarada	Cunha Porã e Saudades	2.728,63
19. Aldeia Limeira	TI Xapecó (<i>Kaingang</i>)	Ipuaçú	A definir
20. Aldeias <i>Takuaty</i> e Toldo	TI <i>La Klãnõ</i> (<i>Xokleng</i> , <i>Kaingang</i> e <i>Guarani</i>)	José Boiteux e Doutor Pedrinho	A definir

Fonte: Dados obtidos do Relatório Microbacias 2 (2009) e do Laboratório de Etnologia Indígena/Museu Universitário/UFSC (2010).